

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**VINÍCIUS DA ROCHA OLIVEIRA**

**Revisionismo histórico e memória: as construções de Leandro Narloch sobre a Guerra  
do Paraguai**

**UBERLÂNDIA**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**VINÍCIUS DA ROCHA OLIVEIRA**

**Revisionismo histórico e memória: as construções de Leandro Narloch sobre a Guerra  
do Paraguai**

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito necessário para obtenção de título de graduação em licenciatura e bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar.

**UBERLÂNDIA**

**2023**

**VINÍCIUS DA ROCHA OLIVEIRA**

**Revisionismo histórico e memória: as construções de Leandro Narloch sobre a Guerra do Paraguai**

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito necessário para obtenção de título de graduação em licenciatura e bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar

---

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro

---

Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, devo agradecer aos meus pais, Ocimar e Silvana, que sempre estiveram me apoiando de todas as maneiras possíveis e possibilitaram que eu pudesse realizar meus estudos e concluir mais essa importante etapa em minha vida.

Agradeço também ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia e a todos os professores que tive o prazer de conhecer durante esses anos de graduação. Em especial, agradeço ao professor Alexandre de Sá Avelar, pelas orientações e auxílios, e também aos professores Deivy Ferreira Carneiro e Gustavo de Souza Oliveira, pela disponibilidade e empenho na leitura de meu trabalho e na participação da banca examinadora.

Por fim, agradeço a quem sempre esteve por perto e, nos bons e maus momentos, nunca deixou de compartilhar de seu amor e carinho. Obrigado, Amanda!

## **Resumo.**

Este trabalho tem como objetivo analisar as construções narrativas sobre a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) presentes no livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*<sup>1</sup> (2009), de autoria do jornalista brasileiro Leandro Narloch. Utilizando o conceito de revisionismo histórico, conduziremos nossa análise buscando ressaltar como, através da distorção de fontes, omissão de informações e invalidação de debates essenciais para uma consideração honesta sobre o tema, o autor realiza uma leitura simplória e reducionista sobre o conflito sul-americano. Também temos por objetivo discutir sobre as diferenças entre História e Memória visando a reflexão sobre os motivos que levam Narloch a disputar a memória do evento. Assim, se torna essencial ressaltarmos como as construções do autor visam estruturar um argumento que busca evidenciar uma suposta doutrinação “politicamente correta” nas escolas brasileiras. Portanto, também objetivamos a realização de uma discussão referente ao contexto histórico da publicação da primeira edição do livro, que ocorre em um momento de transformações educacionais no país e de fortalecimento de movimentos reacionários pautados em uma reestruturação educacional tais como o Escola sem Partido.

**Palavras Chaves:** Guerra do Paraguai; revisionismo histórico; história; memória; Leandro Narloch.

---

<sup>1</sup> NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do brasil**. 3. ed. Porto Alegre: Globo S.A., 2019.

**Abstract.**

This work aims to analyze the narrative constructions about the Paraguayan War (1864 – 1870) present in the book *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (2009), authored by the Brazilian journalist Leandro Narloch. Using the concept of historical revisionism, we will conduct our analysis seeking to highlight how, through the distortion of sources, omission of information and invalidation of essential debates for an honest consideration of the subject, the author performs a simplistic and reductionist reading of the South American conflict. We also aim to discuss the differences between History and Memory in order to reflect on the reasons that lead Narloch to dispute the memory of the event. Thus, it becomes essential to emphasize how the author's constructions aim to structure an argument that seeks to highlight a supposed “politically correct” indoctrination in Brazilian schools. Therefore, we also aim to carry out a discussion regarding the historical context of the publication of the first edition of the book, which occurs at a time of educational transformations in the country and the strengthening of reactionary movements based on an educational restructuring such as *Escola sem Partido*.

**Keywords:** Paraguayan War; historical revisionism; history; memory; Leandro Narloch.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – A Guerra do Paraguai e suas correntes historiográficas.....</b>	<b>6</b>
<b>1.1 – Corrente Nacional Patriota ou Memorialista .....</b>	<b>9</b>
<b>1.2 – Corrente Revisionista.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 – Corrente Restauracionista.....</b>	<b>33</b>
<b>Capítulo 2 – <i>Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil</i> – Autor e contexto histórico da obra.....</b>	<b>45</b>
<b>2.1 – Sobre o autor. ....</b>	<b>45</b>
<b>2.2 – Conteúdo da obra e o revisionismo histórico de Narloch. ....</b>	<b>49</b>
<b>2.3 – Contexto social e político da obra. ....</b>	<b>53</b>
<b>Capítulo 3 – A Guerra do Paraguai, segundo o <i>Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil</i>.....</b>	<b>62</b>
<b>3.1 – O balanço historiográfico sobre a Guerra do Paraguai realizado por Narloch. ....</b>	<b>62</b>
<b>3.2 – Como são realizados os ataques ao ensino de História. ....</b>	<b>71</b>
<b>3.3 – As distorções de Narloch sobre a Guerra do Paraguai.....</b>	<b>77</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>87</b>
<b>Fontes Utilizadas. ....</b>	<b>89</b>
<b>Bibliografia:.....</b>	<b>90</b>

## Introdução.

Este trabalho tem como objetivo analisar as construções sobre a Guerra do Paraguai presentes no livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de autoria do jornalista brasileiro Leandro Narloch. Em nossa análise, buscaremos discutir como o autor utiliza de um revisionismo histórico para disputar a memória do evento. Assim, antes de comentarmos mais detalhadamente sobre nosso objeto de análise, se torna necessário realizarmos algumas considerações iniciais.

Primeiramente, sobre revisionismo histórico, é necessário ressaltarmos como existe grande confusão sobre o termo e como esse pode adquirir significados distintos quando inserido em determinados contextos. Como destaca o historiador Enzo Traverso, a prática de revisão é quase que inerente ao trabalho historiográfico, uma vez que, quando analisadas sob a luz de novas fontes ou novos questionamentos, concepções consolidadas historicamente podem ser indagadas ou mesmo ter sua significação alterada<sup>2</sup>. Porém, na década de 1980, o termo *revisionismo* foi apropriado por intelectuais alemães que visavam reabilitar a imagem do partido nazista. Apesar da alusão à prática historiográfica de revisão, Traverso ressalta como tal reabilitação se dava por meio da manipulação de fontes que levavam a uma leitura distorcida do passado<sup>3</sup>. Dentre os argumentos construídos a partir dessa prática, se destaca a total negação da existência das câmaras de gás destinadas ao extermínio judeu. Assim, em 1987, o historiador francês Henry Rousso, popularizou o termo *negacionismo* para se referir a tal prática<sup>4</sup>.

Apesar dos termos revisionismo e negacionismo terem sido construídos no contexto de reabilitação do nazismo, é necessário ressaltarmos também como podemos encontrar exemplos de tal prática em passados mais longínquos. Como por exemplo, na negação do genocídio armênio pelo governo turco, um exemplo de negacionismo de Estado<sup>5</sup>. Tais práticas não são inofensivas e possuem consequências políticas e sociais sérias. Ainda utilizando o genocídio armênio como exemplo, a noção de uma só etnia, e a negação do passado violento na Turquia,

---

<sup>2</sup> TRAVERSO, Enzo. Revisión y revisionismo. **Pasajes**: Revista de pensamiento contemporáneo, Valência, n. 14, p. 69-76, 2004.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Apresentação- Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 13-36, 2021.

<sup>5</sup> Idem.

certamente contribui para aumentar os casos de perseguições e xenofobia contra armênios existentes ainda nos dias de hoje<sup>6</sup>.

Apesar da proximidade, como ressaltado anteriormente, revisionismo e negacionismo são conceitos construídos em momentos e por intelectuais distintos. Porém, como indica o título desta monografia, neste trabalho, buscaremos utilizar o termo revisionismo histórico para caracterizar as construções de Leandro Narloch. A escolha, se justifica pela ênfase de que o jornalista brasileiro não se utiliza de um negacionismo vulgar. Por exemplo, nos atentando para um dos temas de discussão deste trabalho, Narloch não nega a própria existência da Guerra do Paraguai, mas sim articula uma argumentação baseada em distorções e omissões visando uma leitura simplista do conflito que esteja alinhada com seus objetivos ideológicos.

Desta forma, entender as bases de como se estrutura o revisionismo histórico, se torna essencial para identificarmos narrativas do tipo e mesmo combater o fenômeno. Faz-se necessário ressaltar sua complexidade, ou seja, precisamos entender que o revisionismo moderno não se constitui somente da negação de acontecimentos mas, principalmente, faz uso da omissão e distorção de informações<sup>7</sup>. Também é característica notável desse fenômeno a necessidade de que ele sempre se apresente como uma análise científica e hipercrítica da historiografia já existente. Além disso, quando combatido, costuma vender uma narrativa de perseguição por parte de supostos opositores<sup>8</sup>. No Brasil, o debate não é novidade e diversos temas têm ganhado maior notoriedade. Devemos destacar como exemplos os períodos de ditadura militar e escravidão, que são alvos recorrentes de discursos revisionistas. Como efeito, historiadores e estudiosos têm se debruçado sobre a questão, buscando analisar suas origens e intenções. É impossível atribuir o fenômeno à somente um espectro político, mas devemos destacar como grupos e indivíduos notoriamente de extrema direita tiveram sua ascensão essencialmente ligadas com a prática nos últimos anos<sup>9</sup>.

Para além das considerações sobre revisionismo histórico, também é essencial para a construção deste trabalho, a compreensão das diferenças e relações entre história e memória. Neste momento, é necessário ressaltarmos como diferentes intelectuais pensaram tais relações

---

<sup>6</sup> SILVA, Lays e Serpa de Souza de Oliveira; DE MELO, Vitor Furtado. Possíveis impactos da efetividade do direito à memória sobre episódios de genocídio para a contemporaneidade: uma análise dos casos do século XX. **Revista de Direito da Unigranrio**, v. 11, n. 2, p. 176-207, 2021.

<sup>7</sup> AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 42, p. 161-184, 2021.

<sup>8</sup> VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; Op.cit.

<sup>9</sup> BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdeci Lopes (Orgs.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. pp. 183-204.

de maneiras distintas, sendo notória a existência de teorias que buscam aproximar os dois conceitos. Porém, neste trabalho, adotaremos uma visão que busca entender a memória como um fenômeno construído socialmente e que se difere da história. Márcia Menendes Motta, ao tratar do tema, ressalta como o senso comum muitas vezes confunde os dois termos, devido as suas intrínsecas relações com o passado<sup>10</sup>. Porém, também ressalta como a história pretende ser crítica, tratando-se de um exercício intelectual. Diferente da memória, que, em suas diversas manifestações e construções, pode tomar forma de glorificação do passado. Assim, segundo a autora, muitas vezes é trabalho do historiador desconstruir a memória.

A autora também ressalta a importância de entendermos a memória como um fenômeno plural. Através da análise do caso do Massacre de Civitella, Motta busca evidenciar como diferentes grupos sociais podem possuir diferentes memórias sobre um mesmo ocorrido e como muitas vezes essa memória está em disputa<sup>11</sup>. Tal entendimento é essencial para a análise de nosso tema. Afinal, se a memória pode ser disputada, faz-se relevante discutir o peso do revisionismo histórico nessa dinâmica.

É a partir dessas discussões que buscaremos analisar as construções de Leandro Narloch sobre a Guerra do Paraguai. Em seu livro, *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, o jornalista apresenta um compilado de diferentes temas da historiografia nacional, tais como colonização, escravidão, ditadura militar e, evidentemente, Guerra do Paraguai. Mirando no grande público não especializado, escrito em um tom de polêmica, o autor busca elucidar como fomos ensinados de forma incorreta na escola, cujo conteúdo teria vindo, segundo o autor, enviesado por doutrinas “politicamente corretas”. Apesar de não definir detalhadamente o significado do termo, em análise, é evidente como o autor se refere a uma suposta hegemonia de esquerda presente nos ambientes acadêmicos e perpetuada de maneira doutrinária nas escolas. Assim, a partir do *Guia*, segundo seu criador, o leitor poderia ter acesso às verdades sobre o passado brasileiro. Desta forma, Narloch defende ideias como a de que “os portugueses ensinaram os índios a preservar a floresta” ou que “os guerrilheiros comunistas [...] eram tão violentos e autoritários quanto os militares” (NARLOCH, 2019, p. 36 e 236). O método narrativo de Narloch, que deve ser entendido a partir da prática de revisionismo histórico, é utilizar verdades pontuais, encontradas na historiografia, e omitir informações e considerações relevantes para manipular uma interpretação “politicamente incorreta” sobre o passado. Com

---

<sup>10</sup> MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 16, n. 17, p. 179-200, 30 jul. 2014.

<sup>11</sup> *Idem, Ibidem.*

tal abordagem e em um contexto de grande tensionamento político na história brasileira, o trabalho do jornalista encontrou grande aprovação do público geral, fazendo com que o *Guia* permanecesse por semanas seguidas na lista dos livros mais vendidos na categoria de não ficção<sup>12</sup>. O sucesso também foi suficiente para que diversas sequências da obra fossem produzidas, entre elas o *Guia politicamente incorreto da América Latina* e o *Guia politicamente incorreto da Economia Brasileira*. Também podemos citar a adaptação para uma série documental de 2017, encomendada pelo canal *History Channel* que contou com a participação de celebridades como Felipe Castanhari<sup>13</sup>. Portanto, fica evidente o imenso sucesso da obra, sendo imensurável o número de pessoas que entraram em contato com as distorções do autor.

Devido à brevidade de nosso trabalho, não pretendemos discutir todos os temas abordados por Narloch, focando nossa análise nas construções do autor sobre o tema Guerra do Paraguai (1864 – 1870). É necessário ressaltarmos como a historiografia do conflito é bastante vasta, sendo notória a existência de debates e leituras distintas e contrastantes realizada por estudiosos de diferentes áreas e nacionalidades. Portanto, para podermos embasar nossa análise, também é necessário considerarmos tais debates e as principais leituras sobre a guerra.

Assim, o que se segue neste trabalho é uma análise estruturada da seguinte maneira: Em um primeiro momento, discutiremos as principais correntes historiográficas da Guerra do Paraguai. Para isso, destacaremos a corrente memorialista, escrita majoritariamente por militares brasileiros e que segue uma narrativa ufanista quanto à atuação da Tríplice Aliança<sup>14</sup>. Também discutiremos a corrente revisionista (aqui, o termo deve ser entendido a partir da prática historiográfica de revisão, e não no sentido de revisionismo histórico que buscamos utilizar para caracterizar as construções de Narloch), que busca analisar o conflito a partir de uma perspectiva mais positiva em relação ao lado paraguaio e mais crítica em relação aos aliados. E, por fim, também discutiremos a corrente restauracionista, que realiza uma recuperação dos argumentos centrais da historiografia memorialista. O que objetivamos com essa discussão é elucidar a complexidade da guerra e as principais leituras sobre o conflito, o que nos dará base para realizarmos nossa análise posterior sobre as proposições de Narloch sobre o tema.

---

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). **Revista TransVersos**, n. 18, p. 64-85, 2020.

<sup>13</sup> PRISCO, Luiz. Felipe Castanhari comanda “Guia Politicamente Incorreto” na tevê. **Metrópoles**, Brasília, 21 de out. de 2017. Disponível em < <https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/felipe-castanhari-comanda-guia-politicamente-incorreto-na-teve>>. Acesso em 25 de mar. de 2022.

<sup>14</sup> O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em maio de 1865, oficializou a união militar entre Argentina, Brasil e Uruguai no objetivo de combater o Paraguai.

Em um segundo momento, buscaremos analisar o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Destacaremos quem é o autor, ressaltando sua carreira como jornalista e escritor e seus posicionamentos políticos adotados em relação à educação brasileira. Discutiremos também aspectos gerais da obra, ressaltando a centralidade evidente dada aos ataques aos professores e à educação, bem como o que é comum na estruturação argumentativa da prática do revisionismo histórico desse livro. Por fim, discutiremos o contexto histórico de sua publicação. Para essa análise, focaremos nas transformações educacionais que ocorriam no país e na associação do autor e do livro em relação ao fortalecimento de movimentos reacionários tais como o Escola sem Partido.

Finalmente, objetivamos também analisar as construções específicas sobre a Guerra do Paraguai presentes no livro. Para isso, analisaremos como o autor busca considerar as diferentes correntes historiográficas sobre o tema, criando espantalhos e esvaziando a real complexidade que envolve as disputas sobre a leitura do conflito. Também abordaremos como o autor, por meio de generalizações e a adoção de uma linguagem agressiva e degradante, utiliza do desenvolvimento historiográfico do tema para atacar e acusar a educação e os professores brasileiros de doutrinação. Por fim, buscaremos analisar a narrativa apresentada sobre a guerra, ressaltando como o autor realiza diversas distorções, omissões e invalidações de debates para construir uma narrativa simplista que visa responsabilizar somente o lado paraguaios pelas consequências negativas do conflito e reabilitar a imagem do Império e da Tríplice Aliança. A partir das análises realizadas, buscaremos refletir sobre como Narloch opera uma leitura totalmente reducionista e simplória sobre o evento, e como tal leitura é mobilizada a fim de estruturar seu argumento central crítico ao sistema educacional brasileiro.

## Capítulo 1 – A Guerra do Paraguai e suas correntes historiográficas.

A Guerra do Paraguai foi um conflito de grandes proporções que envolveu diretamente quatro países sul-americanos: Argentina, Brasil e Uruguai, que formavam a Tríplice Aliança; e o Paraguai. Os muitos anos em que a guerra se estendeu, se iniciando em meados de 1864 e se encerrando oficialmente em 1870, os números de combatentes e armamento mobilizado, assim como o total de vítimas, são fatores que fizeram com que o evento ficasse conhecido como o maior conflito militar da América Latina. Ao final da guerra, os aliados saíram vencedores e o Paraguai derrotado. Mais do que um simples revés, o país guarani sofreu uma grande destruição, perdendo territórios e parte considerável de sua população, sendo obrigado a enfrentar um grande retrocesso e um longo processo de reestruturação que, por muitos anos, aconteceu sob tutela exercida pelo Estado brasileiro.

Marcos como o ponto inicial e final da guerra, as motivações dos países envolvidos ou suas condutas durante o conflito, são temas de grandes debates historiográficos envolvendo estudiosos de várias nacionalidades e formações. Por exemplo, muitos autores argumentam que a guerra teve início com a invasão paraguaia ao Mato Grosso em dezembro de 1864, o que, sem uma declaração formal de guerra, teria representado uma agressão em tempos de paz do exército de Solano López. Em contramão a essa visão, outros autores argumentam que podemos definir como o início da guerra a antecedente intervenção brasileira no Uruguai que, em última instância, derrubou o governo de Atanasio de la Cruz Aguirre, partidário blanco que exercia uma política que objetivava minar a influência brasileira no país oriental. A argumentação se sustenta no fato de que Solano López, aliado de Aguirre, havia emitido forte nota na qual declarava ao governo imperial que, caso a intervenção se concretizasse, haveria guerra entre as nações. Até mesmo o termo utilizado para se referir ao conflito é campo de disputas, pois, conforme ressaltado por Andrew Cesar de Goes<sup>15</sup>, é comum que historiadores, principalmente paraguaios, utilizem termos como Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra Guasu (Guerra Grande), assim atribuindo uma perspectiva mais favorável ao lado derrotado.

Portanto, para podermos melhor nos situar acerca desses debates e também para podermos melhor considerar nossa discussão ao longo desta monografia, julgamos necessário realizar uma breve exposição referente às principais correntes historiográficas sobre o tema.

---

<sup>15</sup> GOES, Andrew Cesar de. **Guerra do Paraguai/ Guerra Guasu**: narrativas nos livros didáticos do Brasil e do Paraguai. 2021. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

Para cumprir esse objetivo, também é necessário ressaltarmos que a própria identificação das correntes é resultado de um processo de estudo e que diferentes autores fizeram de maneiras mais ou menos distintas. Porém, comumente observamos em trabalhos acadêmicos, a identificação de ao menos três grandes correntes historiográficas<sup>16</sup>. A primeira aparece sob o nome de Nacional Patriota ou também como Memorialista. Essa corrente se consolidou no Brasil nas décadas que sucederam a guerra e tem como principais autores militares brasileiros que, de maneira direta ou indireta, vivenciaram o conflito. De modo geral, a corrente se caracteriza por um teor ufanista, com exaltações dos feitos da Aliança e condenação máxima à Solano López, que é retratado como megalomaniaco e desequilibrado. A segunda corrente é identificada sob o nome de Revisionista e apresenta elementos mais críticos à guerra, principalmente em relação às ações do exército da Aliança. É uma corrente que se popularizou no Brasil durante meados da década de 1970, primordialmente através do livro *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*, do jornalista Júlio José Chiavenato<sup>17</sup>. Porém, é importante ressaltarmos que obras que se encaixam nessa corrente existem desde a contemporaneidade da guerra e, mesmo em anos mais recentes, ainda é a corrente mais dominante no Paraguai.

A terceira é a corrente que mais aparece de forma distinta. Pode ser identificada como contemporânea, neorrevisionista ou restauracionista. Normalmente é caracterizada por obras que rompem com reducionismos como as tentativas de heroicização ou vilanização de personagens e nações envolvidas durante a guerra. A obra que mais se destaca nessa corrente também é a geradora de maiores debates: *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*, de Francisco Doratioto<sup>18</sup>. Em seu livro, o historiador brasileiro trabalha com análise de fontes primárias e prioriza bastante a reconstrução das batalhas militares. Pelo rigor historiográfico

---

<sup>16</sup> Alguns autores e obras que se dispuseram a identificar as correntes historiográficas sobre a Guerra do Paraguai e que nos serviram de referência são: QUEIRÓZ, Silvana de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai** de J. J. Chiavenato. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010; MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010; GOES, Andrew Cesar de. **GUERRA DO PARAGUAI / GUERRA GUASU: narrativas nos livros didáticos do Brasil e do Paraguai**. 2021. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021; SILVA, Fabiana Luiza da. **Solano López e Duque de Caxias na historiografia brasileira sobre a Guerra do Paraguai (1893-2003)**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2010; TOLEDO, Michael. **A Guerra Além da Guerra: as disputas de discurso presentes no revisionismo de León Pomer sobre a guerra do Paraguai**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020; BARROSO, Giane Aparecida. **Pensando a Guerra do Paraguai: representações simbólicas**. 2005. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

<sup>17</sup> CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 205 p.

<sup>18</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

adotado e pelo impacto da obra, *Maldita Guerra* é considerada incontornável para a historiografia do conflito. Com grande riqueza de detalhes, Doratioto busca construir uma argumentação discordante com alguns pontos fortes do revisionismo de Chiavenato, tais como a ideia de que a Inglaterra havia sido a grande articuladora do conflito ou a de que o Paraguai apresentava índices de desenvolvimento notoriamente superiores em relação aos seus vizinhos no momento de pré-guerra. Porém, na construção de alguns argumentos, Doratioto também recebeu duras críticas de historiadores e estudiosos, tais como Mário Maestri<sup>19</sup>. Pontos que ainda serão abordados mais extensamente neste trabalho, tais como a conclusão de Doratioto de que o Paraguai iniciou a guerra com a invasão do Mato Grosso ou a narrativa criada a partir da figura de Solano López como tirano, são fatores que renderam à obra a nomenclatura de Restauracionista, justamente por resgatar argumentos notoriamente característicos da historiografia memorialista.

Apesar dos debates existentes, é inegável que *Maldita Guerra* não pode ser enquadrada em nenhuma das duas correntes previamente citadas. Portanto, em balanços historiográficos sobre o tema, a obra é normalmente colocada ao lado de trabalhos mais recentes que buscam explorar a Guerra do Paraguai a partir de novas perspectivas, tais como a participação de mulheres ou de minorias étnicas no conflito<sup>20</sup>. Porém, essas obras não necessariamente concordam com todas as conclusões alcançadas por Doratioto. Assim, ao realizar a generalização de agrupar diferentes trabalhos em correntes historiográficas, o termo Restauracionista acaba perdendo grande parte de seu significado e muitos autores optam por utilizar nomenclaturas como Neorrevisionismo ou Historiografia Contemporânea. Apesar de reconhecermos a problemática da generalização, neste presente trabalho, optaremos por utilizar o termo Restauracionista, por dois motivos principais: Primeiramente, porque concordamos com os argumentos (que ainda serão analisados mais detalhadamente) que apontam na obra de Doratioto um resgate de máximas características da corrente memorialista - ênfase que será essencial para nossa posterior discussão central. Segundo que, apesar de reconhecermos a importância de trabalhos que buscam expandir as perspectivas presentes na guerra, devido às limitações e brevidade deste trabalho, não pretendemos analisar tais obras que se encaixariam

---

<sup>19</sup> MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [S.L.], 27 mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>. Acesso em: 03 maio 2023.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo: ANJOS, Klênia Maria Reis dos. **A Dimensão Social de Um Conflito: negros livres e libertos na Guerra do Paraguai (1840-1870)**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005; DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

em uma terceira corrente historiográfica sobre o tema, nos limitando a centrar nossa análise primordialmente em *Maldita Guerra*.

Dessa forma, o que se segue neste primeiro capítulo, é uma análise mais detalhada sobre as principais correntes historiográficas sobre a Guerra do Paraguai. Devemos ressaltar como esse balanço tem como objetivo cumprir as exigências de nossa discussão central, que envolve negacionismo/revisionismo e o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, do jornalista Leandro Narloch. Portanto, é evidente como outros autores podem considerar esse balanço de maneira diferente e distinta, não sendo nosso objetivo estipular um modelo para a discussão sobre a historiografia da Guerra do Paraguai. Também se torna necessário enfatizar que, embora pretendamos abordar algumas obras de autores estrangeiros, esse balanço considera primordialmente a historiografia brasileira sobre a guerra, sendo nossos principais autores referências nacionais.

### 1.1 – Corrente Nacional Patriota ou Memorialista

De modo generalizante, podemos entender como pertencentes à corrente Nacional Patriota obras que se enquadram dentro de uma argumentação e narrativa geral identificada através de um teor ufanista, de exaltação aos feitos da Tríplice Aliança e condenação geral do exército paraguaio e principalmente de seu líder Solano López. Desta forma, as mais diversas obras que podemos enquadrar nessa corrente historiográfica normalmente convergem em pontos chaves da reconstrução da guerra, tais como os motivos, estopim e fim do conflito.

Os principais autores que inauguraram a corrente foram militares brasileiros que participaram diretamente da guerra, tais como o Coronel Antônio de Sena Madureira, que em 1870, ano em que as tropas brasileiras começavam a deixar o território paraguaio, escreveu sobre o evento em resposta ao inglês George Thompson, que havia servido ao lado derrotado e escrito de maneira bem crítica sobre o conflito. Silvânia de Queiroz, ao analisar a obra, ressalta como o Coronel se preocupava em refutar toda e qualquer colocação de Thompson que buscava responsabilizar a Aliança pelas consequências da guerra, mesmo que, conforme enfatizado pela autora, o autor inglês também apresentasse em sua narrativa críticas ao lado paraguaio<sup>21</sup>. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, a produção historiográfica militar brasileira sobre a Guerra do Paraguai seguiu forte. Assim, se consagrando como a narrativa oficial sobre a guerra e permanecendo predominante no Brasil por longo período de tempo,

---

<sup>21</sup> QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai** de J. J. Chiavenato. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010

sendo superada somente em meados da década de 1970 com a ascensão da corrente revisionista, impulsionada no país pelo jornalista Júlio José Chiavenato e sua já citada obra *Genocídio Americano*. Evidência do referido domínio é a análise realizada por Queiroz quanto à abordagem sobre a Guerra do Paraguai em manuais didáticos brasileiros. Fica evidente, na exposição da autora, como narrativas notoriamente contrastantes com a historiografia oficial somente surgiriam após o fim do período de ditadura militar<sup>22</sup>.

Diante do que foi exposto, parece seguro afirmar que a Guerra do Paraguai foi e ainda é um marco importante para o exército brasileiro. O que abre margens para um debate interessante sobre o quanto a historiografia produzida pelos militares sobre a guerra foi utilizada para que privilégios fossem mantidos ou conquistados por essa classe. Nesse sentido, ao analisar as correntes sobre o tema, o autor Michael Toledo<sup>23</sup> adota uma divisão, apontada como realizada a partir das considerações de Mário Maestri, da corrente nacional patriota em duas. Em um primeiro recorte, é agrupado obras produzidas entre 1870 e 1900 que, segundo o autor, para além das exaltações comuns ao exército, também se preocupam em “contribuir para a construção positiva da imagem do próprio império” (TOLEDO, 2020, p, 37). Posteriormente, com o início da república e a ascensão do positivismo no Brasil, as obras mudaram o tom, ainda persistindo a exaltação da atuação do exército da aliança, mas a heroicização de personagens se intensificou e os interesses defendidos agora eram aqueles ligados aos próceres da república.

Porém, de qualquer forma, por mais que as obras possam apresentar objetivos distintos, elas ainda se aproximam em pontos fundamentais na elaboração da narrativa geral da guerra. Portanto, para este presente trabalho, ainda adotaremos uma visão generalizante da corrente nacional patriota como uma só, em vista também de que não é nosso objetivo principal refletir sobre a mobilização da memória da guerra pelos militares no momento de transformação política em que foi instaurada a República. Mais importante, é ressaltarmos a existência desse debate e também o fato, que se aplica também para as correntes que ainda iremos discutir, de que essas não são homogêneas, contendo obras que se aproximam e se distanciam entre si em diferentes pontos, mas que mantêm uma consistência geral que nos permite tal generalização.

Portanto, torna-se importante discutirmos detalhadamente quais são esses pontos chaves que se repetem na corrente nacional patriota. Em geral, obras entendidas como pertencentes a

---

<sup>22</sup> Idem, p. 181-206.

<sup>23</sup> TOLEDO, Michael. **A Guerra Além da Guerra**: as disputas de discurso presentes no revisionismo de León Pomer sobre a guerra do Paraguai. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

essa corrente apresentam uma narrativa cronológica, bastante focada nas batalhas militares, nos feitos de personagens que são heroicizados ou vilanizados e em momentos críticos do conflito. Como já ressaltado, seguem um teor ufanista e bastante conservador de exaltação da Tríplice Aliança e principalmente da nação brasileira. Sobre essa última questão, é interessante a discussão realizada por Odair Eduardo Geller sobre um “padrão oficial de cultura” (GELLER, 2018, p.61) impulsionado pelo Estado através de institutos como o IHGB que tinham como objetivo regular a produção historiográfica no país, o que, em partes, explica as aproximações nas obras militares sobre a Guerra do Paraguai<sup>24</sup>.

Dos pontos chaves abordados na corrente, está o estopim da guerra. Grande parte das obras aponta como elemento decisivo a captura do navio mercante brasileiro Marquês de Olinda e a invasão do Mato Grosso pelas tropas paraguaias em dezembro de 1864. Portanto, apontam o Paraguai como país agressor. Somado a isso, como destacado pela autora Silvânia de Queiroz, alguns autores, tais como o general Dionísio Cerqueira em sua obra *Reminiscencias da Campanha do Paraguai*, enfatizam com grande vigor como a agressão teria ocorrido em um momento de “plena paz”, já que não existia até então uma declaração formal de guerra. Apesar da veemência de tais afirmações, a maioria das obras não realiza grandes reflexões sobre a situação geopolítica na região do Prata no momento antecessor a guerra, que apresentava uma articulação entre Brasil e Argentina para uma intervenção no governo de Aguirre no Uruguai. Também não refletem sobre como o respeito à legitimidade ao governo de Aguirre era importante para o Paraguai, que, com o aliado uruguaio, garantia acesso ao mar, essencial para a manutenção de sua própria soberania. No caso de Cerqueira, conforme ressaltado por Queiroz, o militar parece ignorar a carta de Solano López de agosto de 1864 em que o líder guarani era bastante claro que, caso confirmada a intervenção no Uruguai, haveria guerra. Além do mais, o próprio cunho militar alcançado por tal intervenção questionava a “plena paz” descrita pelo autor<sup>25</sup>.

Devido ao foco maior nas batalhas, poucas obras dessa corrente apresentam amplas discussões referentes às situações políticas dos países envolvidos durante o momento de pré-

---

<sup>24</sup> GELLER, Odair Eduardo. **José Bernardino Bormann, José Ignacio Garmendia e Juan Crisóstomo Centurión e a constituição narrativa da Guerra contra o Paraguai**. 2018. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

<sup>25</sup> QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: *genocídio americano*: a Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenato**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010, p. 86-91.

guerra. Nesse sentido, o historiador Mário Maestri<sup>26</sup> apresenta a obra *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, lançada em 1935 pelo General brasileiro Tasso Fragoso, como uma divisora de águas:

Tasso Fragoso dedicou as 214 páginas iniciais do primeiro livro aos “Antecedentes histórico” do longo conflito. Sua ampla revisão da história política pregressa do Prata superava substancialmente a tradicional descrição, imediata e linear, dos fatos bélicos, até então praticada pela historiografia brasileira, produzida comumente por seus companheiros de farda. Tratava-se de um importante passo adiante. (MAESTRI, 2012, p. 2)

Porém, Maestri ressalta como, apesar do amplo uso de fontes primárias (conseguidas com maior facilidade por seu posto militar) e da longa exposição sobre os antecedentes da guerra, Fragoso acaba por cair em reducionismos comuns cometidos por seus antecessores. Assim, apesar das fontes mostrarem a complexidade do conflito, o autor seguia com conclusões de que a guerra somente ocorreu por consequência do sistema bárbaro paraguaio, no qual Solano López representava um megalomaniaco responsável por brutalizar seus soldados<sup>27</sup>.

Portanto, podemos concluir como é predominante na corrente uma visão degradante sobre o Paraguai. O país é comumente descrito como selvagem, onde a civilização não pôde prosperar devido aos intentos autoritários de seus governantes. Nesse sentido, o líder Solano López é quem ganha a maior configuração de bode expiatório. López é repetidamente descrito como tirano e almeiante a conquistador. A máxima de que a guerra era contra Solano López e não contra o povo paraguaio foi repetida incansavelmente durante os anos de confronto e também é recorrente na historiografia memorialista. Porém, se torna evidente como as caracterizações sobre o povo paraguaio não conseguem se distanciar da visão degradante perpetuadas sobre o país e seu líder. Principalmente quando a lógica argumentativa de que a Aliança estava salvando um povo oprimido entra em contradição com as explicações do porquê os soldados paraguaios mostrarem singular resistência. Um exemplo disso é a obra *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*, escrita por Richard Burton antes mesmo do desfecho oficial do conflito. Apesar do autor fugir do estereótipo memorialista, afinal, não era militar nem brasileiro, mas sim um cônsul inglês que esteve em Santos no momento da guerra, ao analisar sua obra, a autora Giane Aparecida Barroso<sup>28</sup> ainda a classifica como pertencente à corrente.

---

<sup>26</sup> MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança. História e ideologia. **O Olho da História**, Salvador, n. 18, jul. 2012. Disponível em: <http://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/maestri.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>28</sup> BARROSO, Giane Aparecida. **Pensando a Guerra do Paraguai**: representações simbólicas. 2005. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

Conforme enfatizado pela autora, ao refletir sobre a conduta dos soldados paraguaios, Burton retorna ao período de colonização das Américas e às missões jesuítas. Para o autor, devido às suas particularidades geográficas, o Paraguai foi um país em que os missionários jesuítas conseguiram com singular eficácia implementar um senso de rebanho e obediência nas populações originárias, o que teria possibilitado que posteriormente governantes tomassem vantagem desse aspecto para instaurar regimes opressores<sup>29</sup>. O argumento citado, apesar de não ser recorrente em outros trabalhos, exemplifica bem como a complexidade do conflito muitas vezes era substituída por explicações essencialistas, principalmente sobre o exército paraguaio, comumente descrito como embrutecido e selvagem devido às características históricas do país.

Em contramão, uma visão muito mais positiva é observada em relação ao Brasil e ao Império. Grande parte das obras memorialistas não apresenta uma análise profunda em relação à interferência brasileira no Uruguai, que derrubou Aguirre, representante do partido blanco, e possibilitou que Venâncio Flores, do partido colorado, assumisse o poder. As que fazem, seguem a narrativa oficial do Estado de que era uma ação necessária, já que o alegado objetivo primário era o resgate de imigrantes brasileiros em situação de maus-tratos. Assim, o império é apresentado como civilizado e civilizador, legitimado a interferir em situações de injustiças. Com essa perspectiva, as ações da Aliança durante a guerra são justificadas com facilidade, já que o conflito passa a representar um embate entre civilização e barbárie. Das críticas existentes em relação ao império, muitas repousam no que já foi discutido neste trabalho de que a corrente não é homogênea, existindo autores que apoiavam o imperador e a monarquia e outros com tendências republicanas. Um trecho que nos permite vislumbrar as críticas que eram realizadas está no prefácio da obra *Guerra do Paraguai: Volume I*, do militar republicano José Bormann<sup>30</sup>. No enxerto, o autor reflete sobre a política do império em relação a reivindicação de territórios (importante lembrar que o Mato Grosso também era reivindicado pelo Paraguai), para Bormann, a pouca eloquência do império foi um dos fatores que permitiram aos paraguaios iniciarem a guerra:

O governo brasileiro quis também regularizar com o vizinho negócios pendentes de limites; mas nada conseguiu, e, assim a nossa política frouxa tornava o Paraguai audacioso, tenaz, persistente em seu plano de nada resolver ou então cifrar a sua conduta em prometer e não cumprir. (BORMANN, 2021, p. 13)

---

<sup>29</sup> Ibidem, p. 22-24.

<sup>30</sup> BORMANN, José Bernardino. **Guerra do Paraguai**: volume I. Rio de Janeiro: RCMP, 2021.

Os motivos que deram início ao enfrentamento militar formam outro ponto chave essencial na historiografia memorialista da guerra, e para entendermos os argumentos utilizados é necessário voltarmos nossa atenção para a narrativa construída acerca da figura de Solano López, líder paraguaio. Nas obras oficiais, López é frequentemente descrito como um líder tirano, vaidoso e com ambições conquistadoras. A construção dessa imagem é essencial para basear diferentes justificativas para fatores particulares do país guarani. O autoritarismo do ditador é utilizado para explicar um suposto embrutecimento das tropas paraguaias, que apresentava soldados dispostos a morrer por seu líder. Esse imaginário construído é utilizado para legitimar o argumento de que López possuía um grande objetivo expansionista e pretendia com a guerra anexar territórios de seus vizinhos, o que teria sido o grande motivador do conflito. Nesse sentido, era bastante frequente e simbólico as comparações entre López e Napoleão Bonaparte, como exemplifica a passagem de Bormann:

O general [Solano López], agora presidente, ou antes ditador, preparava-se para realizar os seus sonhos de glória e de poderio, acalentados junto ao pórfiro colossal, sob o qual dorme o sono da morte o primeiro dos capitães e dos conquistadores: Napoleão. (BORMANN, 2021, p. 15)

Através de semelhantes construções acerca de Solano López, a invasão do Mato Grosso pelas tropas paraguaias em dezembro de 1864 alcança um significado condizente com a narrativa imperial que colocava o país Guarani na posição de agressor, permitindo aos historiadores militares depositarem toda a responsabilidade do conflito na megalomania de López e se ausentarem de tecer quaisquer maiores considerações sobre a intervenção brasileira ao Uruguai e aos avisos prévios emitidos pelo líder paraguaio sobre a mesma.

Uma vez iniciada a guerra, as narrativas sobre os conflitos militares nas obras memorialistas seguem com um teor bastante ufanista, com exaltações sobre a bravura dos soldados brasileiros e principalmente de seus comandantes. Em análise, podemos concluir que é nessa fase que a narrativa de civilização contra barbárie mais se fortalece, uma vez que, em contraste com a motivação dos soldados da Aliança, os paraguaios são comumente descritos como selvagens e fanáticos. A honra e o orgulho de servir ao Brasil são comumente citados, sendo a campanha de recrutamento dos Voluntários da Pátria o grande exemplo desses sentimentos. A autora Silvânia de Queiróz destaca como esse é o principal tema debatido na obra do general Paulo de Queiroz Duarte, *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Em seu livro, Duarte ressalta como a campanha dos Voluntários da pátria foi um grande sucesso, recebendo diversos homens dispostos a ingressarem na guerra. Porém, conforme ressaltado pela autora, o general não se preocupa em analisar por que a Aliança necessitava de

mais soldados (afinal, a campanha se estendeu muito mais do que Império havia antecipado), nem em como eram realizados tais recrutamentos, pois devemos lembrar que muitos dos combatentes brasileiros se tratavam de ex escravos que conquistaram suas alforrias aceitando participar no conflito no lugar de seus patrões<sup>31</sup>.

Em análise, podemos observar como é presente nas obras memorialistas a preocupação para que a narrativa da guerra transpareça virtudes como boa moral e civilidade do povo brasileiro. Como destaca Queiroz, o general Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, em sua obra *Episódios militares*, diferentemente da grande parte dos autores da corrente, busca também ressaltar a participação de mulheres durante o conflito. Assim, duas personagens são mobilizadas: Florisbela e Ana Méri, ambas brasileiras. A primeira, é descrita como uma brava mulher que contrariou sua natureza ao decidir servir em campo de batalha pegando em armas. A segunda, é ressaltada pelos seus cuidados e caridades ao acompanhar as tropas auxiliando os feridos e necessitados<sup>32</sup>. Assim, de maneira romantizada, as personagens são citadas praticamente como personificações de virtudes e sentimentos, tais como o patriotismo, bravura e amor quase maternal. A narrativa construída por Pimentel abre diversos espaços para discutirmos temas como o imaginário acerca da figura feminina, ainda mais quando consideramos que o autor não tece maiores comentários sobre as diversas mulheres anônimas que participaram direta ou indiretamente de ambos os lados da guerra. Porém, neste presente trabalho, nos limitaremos somente a ressaltar como a descrição dessas duas personagens refletem a tendência da corrente memorialista de exaltação de figuras que passam a carregar um simbolismo representativo de valores carregados de bastante conservadorismo.

Sobre o fim da guerra, as obras memorialistas comumente não buscam problematizar como o tratado de Tríplice Aliança estipulava que o conflito somente se encerraria com a total rendição de Solano López. Portanto, mesmo após Argentina e Uruguai se retirarem oficialmente, a permanência das tropas brasileiras em solo paraguaio, assim como as operações militares empreendidas contra um exército em frangalhos, são justificadas como necessárias, uma vez que López ainda não aceitava a derrota e continuava em fuga para o interior do país, sendo morto em batalha somente em 1870.

---

<sup>31</sup> QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: *genocídio americano*: a Guerra do Paraguai** de J. J. Chiavenato. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010, p. 79-86.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 91-96.

Desta forma, podemos observar de maneira bastante sucinta do que se trata a corrente memorialista sobre a Guerra do Paraguai. Ressaltamos como a corrente foi inaugurada logo após o fim oficial do conflito por militares brasileiros que vivenciaram a guerra. No Brasil, a corrente permaneceu dominante até o final da década de 1970, quando se iniciou a ascensão do Revisionismo encabeçada pelo jornalista Júlio José Chiavenato. Quanto às críticas que devemos realizar às obras memorialistas, ressaltamos novamente como essas são caracterizadas por carregar um forte teor ufanista. Comumente, a narrativa apresentada é extremamente centrada na descrição das batalhas, onde o exército da aliança tem seus feitos exaltados e comandantes e soldados são romantizados como personificações de bons ideais. Em contrapartida, os soldados paraguaios são comumente descritos como brutos e fanáticos, o que coloca em evidência o argumento explorado de civilização contra barbárie. As reflexões sobre as causas e motivos da guerra são em grande maioria apresentadas centradas na figura de Solano López, cujo imaginário é fortemente construído através de caracterizações de louco, vaidoso e conquistador. O que contribui para a narrativa do Paraguai como grande agressor, já que maiores reflexões sobre a intervenção imperial no Uruguai e suas consequências para o Paraguai não são apresentadas. Assim, em conclusão, podemos identificar como a narrativa extremamente polarizada acaba resultando em reducionismos, que perdem de vista a complexidade da guerra e dos países envolvidos em favor de uma história romantizada de bons e maus moços.

Também não podemos deixar de refletir sobre como a história da Guerra do Paraguai foi importante para o prestígio conquistado pelos militares brasileiros. Com o término do conflito, o império se encontrava afundado em dívidas, pois o prolongamento não previsto da guerra, os empréstimos realizados em bancos ingleses e o fim iminente do sistema escravista colocavam o atual sistema monárquico em convulsão. Porém, o exército surgia como a única instituição que saía fortalecida do conflito, operando uma efetiva separação em relação ao império. Silvânia de Queiroz sintetiza os caminhos trilhados pelos militares no pós-guerra da seguinte forma:

A guerra do Paraguai contribuiu para o fortalecimento material, político e simbólico do Exército Nacional, que se apresentou como primeiro defensor dos interesses pátrios. A alta oficialidade do exército aproveitaria aquele destaque para ampliar seu poder sobre a política, já no fim da monarquia. Mais tarde, participaria em destaque da proclamação da República, ocuparia as duas primeiras presidências, participaria com destaque do Estado Novo, ocuparia o poder de 1964 a 1985. (QUEIROZ, 2010, p. 164)

Fica evidente como, dentre outros fatores, controlar a narrativa sobre a Guerra do Paraguai era de grande interesse para a classe militar brasileira. Assim, as obras memorialistas

cumpriram esse objetivo e conseguiram manter por muito tempo, no Brasil, esse domínio sobre a memória do tema. Um bom parâmetro para observarmos tal domínio é a análise de livros e manuais didáticos brasileiros. A autora Silvânia de Queiroz realiza esse esforço ao analisar uma sequência de 15 manuais que datam desde 1906, até 2008. Em sua exposição, primeiramente, fica claro como os manuais mais antigos seguiam um modelo bastante tecnicista, onde os exercícios primavam pela repetição de fatos e datas, com pouco estímulo ao pensamento crítico, abordagem que somente seria superada durante os anos de redemocratização no Brasil. Quanto às abordagens específicas sobre Guerra do Paraguai, os manuais analisados apresentam grande disparidade entre aqueles antecessores e sucessores à ascensão revisionista iniciada ao final da década de 1970. Os antecessores apresentam uma narrativa totalmente condizente com as obras memorialistas, focando em figuras históricas e tratando temas como os motivos e consequências da guerra de maneira bastante reducionista e romantizada. Os sucessores apresentam abordagens que variam desde o total acordo com os argumentos revisionistas ou exposições das duas correntes e questões que visam aguçar o pensamento autônomo do aluno<sup>33</sup>. Apesar de reconhecermos a importância do debate sobre o desenvolvimento histórico dos materiais didáticos no Brasil, a conclusão primordial que buscamos com essa citação é a ênfase em como a narrativa memorialista foi dominante e influente para a consolidação da memória quanto a Guerra do Paraguai e também quanto aos militares no Brasil.

## 1.2 – Corrente Revisionista

No contexto de historiografia sobre a Guerra do Paraguai, o termo Revisionismo é utilizado como um generalizante para identificar uma das principais correntes sobre o tema. Assim, podemos compreender como obras revisionistas aquelas que apresentam o conflito através de uma argumentação que busca, dentre outros fatores, principalmente ressaltar um suposto caráter agressor da formação da Tríplice Aliança, os abusos cometidos por seus líderes e tropas, e o Paraguai como grande nação vitimada por tais injustiças. Novamente ressaltamos como o termo é generalizante, porém tentaremos nas próximas linhas explorar com maiores detalhes aspectos gerais que se repetem e nos permitem caracterizar obras como pertencentes a essa corrente historiográfica.

Primeiramente, é necessário discutirmos o período em que a corrente é inaugurada. Apesar de no Brasil a narrativa sobre a Guerra do Paraguai ter sido construída por autores militares e permanecido dominante desde o desfecho oficial do conflito até meados da década

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 181, 206.

de 1970, nos países vizinhos tal processo se deu de forma distinta. Ainda na contemporaneidade da guerra, intelectuais argentinos produziram textos contrários ao avanço do conflito e em defesa do país Guarani. Silvânia de Queiroz<sup>34</sup> nos ajuda a entender tal fenômeno ressaltando como a Argentina vivia fase de grande divisão política entre federalistas e unitários. Nesse contexto, os federalistas enxergavam Mitre e Buenos Aires como poderes opressivos e se inclinavam muito mais a serem simpáticos ao Paraguai, país que, para alguns, apresentava um sistema político alternativo ao unitarismo centrado a partir de Buenos Aires<sup>35</sup>. Clara evidência da divisão e tensão política que vivia a Argentina é o fato de, durante a guerra, o governo de Buenos Aires ter de dividir suas tropas entre as frentes que combateriam no Paraguai e aquelas responsáveis por conter levantes de opositores internos<sup>36</sup>.

Já no Paraguai, o período de pós-guerra foi marcado pelo estabelecimento conflituoso de um governo provisório alinhado politicamente ao Estado brasileiro. Assim, obviamente, as obras que derivam desse período seguem a narrativa oficial do Império. Porém, as obras críticas à guerra e a atuação da aliança não tardaram, possibilitando o surgimento de um movimento intelectual chamado *lopizmo*, caracterizado pela exaltação e heroicização da figura de Solano López. Durante o período ditatorial de Alfredo Stroessner (1954 – 1989), o *lopizmo* foi utilizado como ferramenta política e propagandística. Nesse contexto, a Guerra do Paraguai foi reinterpretada a partir de uma ótica extremamente patriótica, onde a narrativa do conflito passou a expressar toda a bravura do povo paraguaio e a figura de Solano López passou de vilão para grande herói nacional.

Por fim, temos ainda um revisionismo que possui os autores León Pomer e Júlio José Chiavenato como principais expoentes. Michael Toledo<sup>37</sup>, ao discutir a heterogeneidade da corrente, utiliza o termo “revisionismo de esquerda” para distinguir esse movimento. Isso porque, a característica principal presente na obra dos autores citados, é a popularização (não introdução, pois a ideia é anterior aos autores) de uma argumentação econômica que apresenta a Inglaterra e seus interesses capitalistas como principal beneficiadora oculta do conflito. *La Guerra del Paraguay, ¡Gran negocio!*, é a grande obra do historiador argentino León Pomer. Lançada em 1968, em um momento de ditadura na Argentina, o teor crítico aos militares

---

<sup>34</sup> QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai** de J. J. Chiavenato. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 22-23.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>37</sup> TOLEDO, Michael. **A Guerra Além da Guerra: as disputas de discurso presentes no revisionismo de León Pomer sobre a guerra do Paraguai**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

renderam ao seu autor o exílio de seu país natal, trazendo Pomer até o Brasil, onde viveu por muitos anos lecionando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e também na Universidade Estadual de Campinas<sup>38</sup>. A obra de Pomer foi a grande base para que o jornalista brasileiro Júlio José Chiavenato escrevesse o livro *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. Lançado em 1979, o livro avança nas teses de Pomer, apontando a Inglaterra não apenas como uma beneficiadora do conflito, mas sim como grande articuladora e Brasil e Argentina como suas marionetes. Em anos anteriores, Chiavenato deixava o Brasil temendo os avanços repressivos da ditadura militar, que acabava de aprovar o AI-5. Nesse período, o jornalista viajou por países da América Latina, dentre eles o Paraguai, onde, conforme relata em entrevista realizada em 2010 para a autora Silvânia de Queiroz<sup>39</sup>, o contato com o sofrimento do povo paraguaio o motivou a escrever sobre a guerra:

Quando eu tomei contato com a realidade do Paraguai, não da guerra do Paraguai, e, lá, eu percebi que a Guerra do Paraguai aconteceu ontem, está acontecendo agora, está no imaginário popular. Eles não superaram aquela guerra. Eles ainda vivem o trauma da guerra. (QUEIROZ, 2010, p. 226)

Em outro trecho da entrevista, o autor discorre sobre seu argumento quanto a centralidade da influência inglesa na guerra, reafirmando seu posicionamento:

Sem o apoio da Inglaterra, o Brasil não faria a guerra, por que o Brasil não tinha dinheiro para fazer a guerra. Todos os empréstimos, todas as armas foram compradas da Inglaterra e financiadas pelo banco **Rostieldth [sic]**, a partir da influência da guerra, a dívida com a Inglaterra vai aumentando, aumentando em função da guerra, até levar o Império a ficar endividado demais... (QUEIROZ, 2010, p. 238)

Portanto, o que objetivamos nesse primeiro momento é enfatizar o caráter heterogêneo da corrente revisionista sobre a Guerra do Paraguai. Ressaltamos como a interpretação que apresenta a Aliança como agressora e o Paraguai como vítima surge ainda na contemporaneidade da guerra e se fortalece no momento ditatorial paraguaio. Posteriormente, surgiria o revisionismo de Pomer e Chiavenato que enfatiza a influência do capitalismo no conflito. Apesar de convergirem em pontos essenciais na construção da narrativa da guerra, não podemos perder de vista o fato de que se tratam de obras singulares e distintas em tantos outros aspectos. Por exemplo, o *lopizmo* viveu seu auge durante o regime de Stroessnes, que continha um viés político e ideológico profundamente anticomunista. Portanto, nesse contexto, a figura de Solano López foi recuperada como um símbolo máximo de honra, bravura e, principalmente, patriotismo do povo paraguaio. Uma imagem muito distinta da apresentada pelo revisionismo

---

<sup>38</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>39</sup> QUEIROZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai** de J. J. Chiavenato. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

de esquerda, onde o líder guarani se aproxima muito mais de um símbolo de resistência contra o capitalismo.

Realizado esse importante adendo sobre a heterogeneidade da corrente, nossa análise seguirá centrada principalmente no chamado revisionismo de esquerda. Isso porque, primeiramente, a brevidade de nosso trabalho acaba por não permitir uma análise mais densa sobre outras obras, como as paraguaias ou as contemporâneas à guerra. Segundo, pois as obras de Pomer e Chiavenato serão as mais essenciais para a condução de nossa discussão central sobre negacionismo e as construções de Leandro Narloch sobre a Guerra do Paraguai. Assim, seguiremos centrados nos autores citados como principais expoentes do revisionismo, mas sem nos esquecermos da amplitude e heterogeneidade da corrente.

Portanto, é chegado o momento de nos aprofundarmos nos pontos essenciais que caracterizam a corrente revisionista. Primeiramente, o que ganha destaque é a maneira com que comumente é realizada a análise quanto a situação do Paraguai pré-guerra. Parece consenso, mesmo em autores de outras correntes, que o Paraguai apresenta um desenvolvimento histórico bastante distinto de seus vizinhos. Após conquistar sua independência, no início do século XIX, o Paraguai foi governado pelo ditador perpétuo Gaspar Francia. Sem uma saída direta para o mar, o país guarani se via condicionado à uma situação de isolamento. Isso porque, o unitarismo crescente na Argentina era enxergado como uma ameaça à soberania do país, que, seguindo as políticas de Francia, adotava uma estratégia de se fechar e buscar um desenvolvimento econômico e social independente de Buenos Aires. Desta forma, as classes sociais internas que eram entendidas como ameaças à independência do país eram justamente as mais abastadas, ou seja, comerciantes e proprietários de terras que negociavam com a capital argentina. Francia perseguiu duramente tais classes, expropriando bens e terras e tornando a classe camponesa como a grande base de seu governo. Desta forma, assegurou a independência e neutralizou a ameaça argentina. Porém, condicionou seu país a uma situação de isolamento em relação aos vizinhos. Assim, os governos sucessores, de Carlos Antonio López e seu filho Francisco Solano López, tiveram de enfrentar o desafio de modernizar o país e buscar uma diplomacia forte na região do Prata.

Desta forma, a singularidade do desenvolvimento histórico do Paraguai é essencial na construção argumentativa dos autores revisionistas. A política de Francia, de perseguir os mais ricos, é utilizada como evidência da existência de uma chamada ditadura de bem-estar social. A lógica utilizada é a de que, mesmo que não fosse a intenção de Francia, afinal seu objetivo maior era assegurar a continuidade da independência nos moldes da ditadura perpétua, sua

política acabava em última instância favorecendo as classes mais pobres e proporcionando ao Paraguai um desenvolvimento interno independente do capital e influência estrangeira.

Assim, para além de como Francia favoreceu a classe camponesa, um suposto desenvolvimento independente do capital estrangeiro é o ponto de maior ênfase. Nesse sentido, a figura de Carlos Antonio López é essencial, pois é apontado como modernizador que, graças aos fundos arrecadados pela política de Francia de perseguir os mais ricos, conseguiu realizar diversas obras e investimentos na infraestrutura do país. Essa afirmação é fundamental pois se torna estruturante do argumento central, presente nas obras de Pomer e Chiavenato, de que a Inglaterra foi a quarta força oculta determinante da guerra. Michael Toledo<sup>40</sup>, ao analisar a obra *La Guerra del Paraguay – Gran negocio!*, faz a seguinte afirmação:

Antes de discutir propriamente o conflito do Prata, Pomer se preocupa em conduzir o leitor em suas primeiras cem páginas, por uma extensa ambientação em relação aos países envolvidos, e nas quais o autor salienta os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais que melhor reforçam sua linha argumentativa. Dentre as tópicas, ele se concentra na oposição entre o modelo paraguaio de desenvolvimento autônomo e o modelo subserviente, e dependente do capital britânico, dos demais envolvidos. (TOLEDO, 2020, p. 114)

Sobre as colocações de Pomer quanto ao governo de Carlos Antonio López, Toledo comenta:

Além da balança comercial favorável, o sucesso desse modelo de desenvolvimento adotado pelo Paraguai é demonstrado pelo autor por meio da intensa e autônoma industrialização do país. Segundo Pomer, Carlos Antonio López construiu a fundição de Ibicuy, o arsenal de Assuncion, fábricas de pólvora, trens e ferrovias, entre outras, reforçando a autonomia paraguaia em relação aos produtos ingleses e, como indica o título de um de seus capítulos que trata desse processo, “El Mal Ejemplo”, isso teria incomodado os britânicos por oferecer um modelo alternativo de desenvolvimento para a América Latina. (TOLEDO, 2020, p. 123)

O argumento de que o Paraguai apresentava um desenvolvimento avançado o suficiente para ameaçar a hegemonia do capital britânico é anterior à obra de Pomer e recebeu críticas mesmo de outros autores revisionistas, como ressalta muito bem Alexandre Borella Monteiro<sup>41</sup> ao citar o historiador Milcíades Peña e a seguinte passagem de seu livro *La era de Mitre* de 1950: “La monarquía brasileña no actuaba por cuenta de Inglaterra contra el Paragay; actuaba por cuenta propia, impulsada por causas internas del Brasil, no por presiones externas” (MONTEIRO, 2010, p.183). Francisco Doratioto<sup>42</sup>, historiador brasileiro fortemente crítico à

<sup>40</sup> TOLEDO, Michael. **A Guerra Além da Guerra**: as disputas de discurso presentes no revisionismo de León Pomer sobre a guerra do Paraguai. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

<sup>41</sup> MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra**: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

<sup>42</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

historiografia revisionista, do qual ainda discutiremos com maiores detalhes mais adiante neste trabalho, fornece mais informações sobre a política de industrialização promovida pela família López, enfatizando que grande parte dos investimentos acontecia por meio do capital inglês e especialistas estrangeiros, colocando em cheque a argumentação de que o Paraguai seguia um modelo de desenvolvimento totalmente autônomo:

Os projetos de infraestrutura guarani foram atendidos por bens de capital ingleses e a maioria dos especialistas estrangeiros que os implementaram era britânica. As manufaturas oriundas da Inglaterra chegaram a cobrir, antes de 1865, 75% das importações paraguaias, quase todas originadas de Buenos Aires, em operações controladas por comerciantes britânicos ali instalados. Esses comerciantes concediam aos importadores paraguaios um crédito de oito meses para o pagamento das mercadorias. (DORATIOTO, 2022, p. 34)

De qualquer forma, o desenvolvimento paraguaio é uma das principais tônicas do revisionismo de esquerda e, para além de uma nação soberana e independente do capital estrangeiro, o Paraguai também é descrito como um país exemplo em questões educacionais. Um ponto de grande ênfase construído por Chiavenato se refere ao índice de alfabetização no país guarani. Em sua obra *Genocídio Americano*, o jornalista repete por diversas vezes a colocação de que toda a população paraguaia, no momento de pré-guerra, era alfabetizada. Chiavenato se apoia no programa educacional criado por Francia e prolongado por Carlos Antonio López que visava a alfabetização de cidadãos camponeses. A ênfase de que o sucesso de tal programa havia erradicado por completo o analfabetismo no país não é inédita de Chiavenato<sup>43</sup>, porém não era exatamente condizente com a realidade, conforme salienta a autora Silvânia de Queiroz:

A proposta de um Paraguai sem iletrados, [...] registra mais uma vez uma forte tendência da historiografia do autor [Chiavenato]: à absolutização e ênfase de fenômenos sociais e históricos, não raro reais. Hoje não há mais dúvidas sobre o importante programa educacional primário desenvolvido por Francia e ampliado por Carlos Antonio López, através do Paraguai rural, possivelmente único na América Latina e superior ao de muitos Estados europeus da época, para não falar do Brasil de então. Porém, tratou-se de iniciativa enquadrada e determinada pelas realidades objetivas, envolvendo apenas uma parte da população paraguaia escolar do sexo masculino. (QUEIROZ, 2010, p. 140)

Assim, podemos observar como existe na narrativa de Chiavenato uma tendência à “absolutização e ênfase” de fenômenos particulares do Paraguai que são utilizados para convergir ao argumento central de que o desenvolvimento do país guarani passou a representar uma ameaça aos interesses ingleses, o que teria sido o grande motivador da guerra<sup>44</sup>. Embora

<sup>43</sup> Ver por exemplo a obra CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. **Solano López: O Napoleão do Prata**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

<sup>44</sup> Mais uma vez enfatizamos que temos como principal foco o revisionismo de esquerda e as obras citadas. Dentro da heterogeneidade da corrente, existiram autores que elencavam diversos outros motivos que levaram à guerra,

Pomer seja mais comedido em argumentar sobre o suposto papel definidor da Inglaterra, o autor também realiza discussões sobre como o país europeu foi o que mais se beneficiou do conflito, afinal, além de ter lucrado com a venda de materiais bélicos e empréstimos realizados, o país também observou o fim do modelo de desenvolvimento paraguaio que, ao final da guerra, se encontrava totalmente devastado. Assim, se torna necessário ressaltarmos como é característico das obras debatidas a influência do contexto histórico em que foram escritas, tanto em relação às críticas aos militares (devemos lembrar do momento de ditadura na Argentina e Brasil quando respectivamente Pomer e Chiavenato escreveram suas obras), como também o cenário de guerra fria que se desenvolvia e que, conforme ressalta Michael Toledo<sup>45</sup>, ressoa no pano de fundo de críticas ao capitalismo presente nas obras<sup>46</sup>.

Uma vez superada as análises dos antecedentes da guerra, a narrativa sobre o conflito em si também se mostra bastante distinta em relação à corrente nacional patriota. Dentre os pontos chaves que podemos citar, está o início oficial da guerra. Diferentemente dos autores que elencam a captura do Marquês de Olinda (novembro de 1864) e a invasão do Mato Grosso (dezembro de 1864) como estopim oficial, os revisionistas recuam mais a cronologia apontando para a intervenção imperial no Uruguai (setembro de 1864<sup>47</sup>) como grande ponto inicial das hostilidades entre os países. A argumentação se sustenta no fato de que no dia 30 de agosto de 1864, o governo Paraguaiou dirigiu ao Império uma nota bastante enfática na qual deixava explícito que, caso se consolidasse a intervenção, o Paraguai adentraria o conflito em defesa do Uruguai e haveria guerra entre os países.

Das motivações paraguaias para tal ultimato, devemos citar como o país não possui saída para o mar e, com um governo aliado no Uruguai, essa questão era contornada sem a necessidade de submissão a Buenos Aires. Para além desse fator, o país guarani também entendia a intervenção imperial como uma ameaça a sua própria soberania, afinal, a conformidade com a situação desequilibrava os poderes no Prata e legitimava a violência

---

tais como o expansionismo da ideologia unitária argentina e a disputa de territórios entre Brasil e Paraguai. Ver por exemplo: PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre**: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia. 3° ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1968 e ROSA, José Maria. **La guerra del Paraguay**: y las montoneras argentinas. -1° Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 1985.

<sup>45</sup> TOLEDO, Michael. **A Guerra Além da Guerra**: as disputas de discurso presentes no revisionismo de León Pomer sobre a guerra do Paraguai. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 122. Michael Toledo analisa especificamente a obra de Pomer. Porém, devido às similaridades argumentativas e de contexto histórico, estendemos também a reflexão para *Genocídio Americano*.

<sup>47</sup> Os processos para intervenção no Uruguai se iniciaram muito antes dessa data. Porém, foi em 7 de setembro de 1864 que, ignorando os avisos de Solano López, o Império ordenou a invasão de territórios uruguaios. Ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 85.

exercida pelo Império. Do lado brasileiro, a narrativa oficial do governo era a de que a intervenção era necessária em decorrência dos relatos de maus-tratos e abusos cometidos pelo governo oriental contra cidadãos brasileiros que residiam em território uruguaio. Porém, diversos autores, tais como Alexandre Monteiro<sup>48</sup>, discutem como tal situação era muito mais complexa:

[...] na verdade eles [brasileiros no Uruguai] retiravam o gado do Estado Oriental sem pagar tributos e não obedeciam as leis locais e podiam até mesmo utilizar o trabalho escravizado em um país onde essa forma de exploração já não mais existia, devido a extinção da escravatura em 1842! (MONTEIRO, 2010, p. 157)

Sobre os supostos maus-tratos exercidos pelo governo uruguaio, na época liderado por Bernardo Berro, representante do partido Blanco, o autor comenta:

Em nosso entendimento, o presidente Bernardo Berro procurou pôr fim à liberdade de uma ação que era ilegal [...]. Procurou por fim ao contrabando de seu gado. (MONTEIRO, 2010, p. 39)

Voltando aos autores revisionistas, portanto, a leitura da intervenção brasileira no Uruguai é entendida como: em primeiro lugar, uma ação ilegítima, uma vez que as motivações oficiais são apontadas como fabricadas e a real intenção era manter o Estado oriental sob tutela. E, mais importante, que a guerra contra o Paraguai não era apenas prevista, como também desejada. Para sustentar essa argumentação, para além da ênfase de que o governo brasileiro ignorou a nota paraguaia em que as consequências para a intervenção eram colocadas, também é realizado uma análise quanto à formação da tríplice aliança.

Assinado oficialmente em 1º de maio de 1865, após as tropas paraguaias avançarem sobre território argentino com o objetivo de chegarem até as bandas orientais, um acordo foi firmado entre Argentina, Brasil e Uruguai em que ficava previsto uma aliança contra o país guarani. A formação da Tríplice Aliança é narrada pelos autores revisionistas de forma muito mais crítica, discordante e, em algumas passagens, principalmente na obra de Chiavenato, ganha também um teor conspiratório. Na obra do jornalista brasileiro, a tese de que o acordo somente teria se concretizado após as tropas paraguaias adentrarem Corrientes é negada de imediato. Em contrapartida, é narrado com grande ênfase o encontro entre autoridades dos países que formariam a Aliança em Puntas del Rosario em junho de 1864, um ano antes do início oficial da guerra. Na ocasião, se reuniram Rufino Elizade (chanceler argentino), José A. Saraiva (conselheiro brasileiro), Venâncio Flores (principal liderança colorada e, após a intervenção imperial, presidente uruguaio) e, tão importante para a narrativa do autor, Edward

---

<sup>48</sup> MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

Thornton (diplomata inglês). O objetivo era discutir o cenário político do Estado oriental, que se encontrava em guerra civil, e estratégias para sua “pacificação”. Porém, na visão defendida por Chiavenato, o encontro representou o início de um tratado secreto entre as potências sul-americanas para realizar a guerra contra o Paraguai sob influência inglesa. Sobre a formação da Aliança, escreve o autor:

A assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1º de maio de 1865 é uma farsa: um ano antes ele já estava pronto, esperando apenas que os representantes do imperialismo inglês o assinassem, assim que chegasse a hora da guerra. (CHIAVENATO, 1990, p. 103)

Ao continuar a discussão sobre a formação da Tríplice Aliança, Chiavenato enfatiza diversas vezes a presença de Thornton durante o encontro, o que seria uma prova máxima da influência inglesa. Como prova de que o tratado foi forjado em Puntas del Rosário e não em 1865, o autor enfatiza o curto período de tempo em que o tratado supostamente teria sido finalizado se realmente tivesse sido estruturado durante o período de guerra:

Para se provar de que esse Tratado da Tríplice Aliança já estava delineado e pronto há muito tempo, com a participação ativa do representante diplomático inglês Edward Thornton, desde Puntas del Rosário, basta destacar sua transcendental importância histórica para o Brasil, Argentina e Uruguai e verificar o tempo gasto para discuti-lo e aprova-lo, oficialmente. Oficialmente, o tratado de Tríplice Aliança começou a ser discutido em 20 de abril de 1865; em 1º de maio de 1865 já estava assinado. Portanto, um tratado de tal magnitude, discutiu-se, negociou-se e assinou-se [...] em apenas onze dias! (CHIAVENATO, 1990, p. 105)

Assim, podemos observar como é característico na narrativa do autor um tom conspiratório e reducionista. Afinal, ao tratar tal encontro como o início da Tríplice Aliança, o autor acaba por retirar grande parte de sua real complexidade. Doratioto<sup>49</sup>, ao discutir a mesma passagem, destaca como os presentes no encontro tentavam discutir um acordo de paz onde as condições de Aguirre, representante do partido blanco, também eram consideradas. E, mais revelador, quanto a participação de Thornton, Doratioto lembra como o diplomata inglês estava ali presente para assegurar a integridade e soberania do Estado uruguaio, pois, como pertinentemente lembra o historiador, a independência do país, conquistada contra o império brasileiro em 1828, havia sido apoiada pela Inglaterra. Assim escreve o autor, primeiramente sobre as condições da reunião:

No dia 16 de junho, os negociadores chegaram ao acampamento de Flores e, imediatamente, ficou estabelecido um armistício na Guerra Civil. Dois dias depois, dia 18, ocorreu a Conferência de Puntas del Rosario, na qual Saraiva e Thornton anotaram as exigências para a paz de Flores, enquanto Elizalde fazia o mesmo em relação aos dois representantes de Aguirre. (DORATIOTO, 2022, p. 75)

---

<sup>49</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Sobre a participação de Thornton, Doratioto escreve:

Esse diplomata acompanhou, de fato, a ação diplomática brasileira e argentina nesses meses, em um grau de intimidade que deu elemento de argumentação para apontar o imperialismo britânico como fator do conflito. Contudo, essa intimidade decorria da própria responsabilidade da Grã-Bretanha na manutenção da independência do Uruguai, obtida em 1828 graças à ação dessa potência europeia. (DORATIOTO, 2022, p. 77-78)

Mais adiante, ainda discutiremos mais detalhadamente os argumentos de Doratioto, tanto em relação à formação da Tríplice Aliança como outros fatores essenciais da guerra. Porém, para o presente momento de nossa discussão, o que procuramos é enfatizar como a influência real inglesa durante a confederação de Puntas del Rosário parece distante da descrita por Chiavenato.

Devemos também ressaltar como Chiavenato apresenta em *Genocídio Americano* pontos interessantes e faz críticas ao Tratado da Tríplice Aliança bastante condizentes, principalmente quando reflete sobre como algumas condições ali estabelecidas eram reveladoras de uma intencionalidade agressora. Por exemplo, como o tratado deixava explícito que a paz somente seria aceita com a total rendição de Solano López, ou como também é revelado que o saque e a partilha do país guarani já eram antecipados. O autor também é certo em apontar como o tratado foi rechaçado pela comunidade internacional, por países como Peru, Chile e Estados Unidos. Porém, não podemos deixar de observar como seu trabalho é envolto em um tom conspiratório e carece de um melhor tratamento historiográfico das fontes, principalmente quando tenta argumentar sobre o papel definidor da Inglaterra no conflito.

Exemplo da deficiência do autor, também reside no fato de que, ao discutir a formação da Aliança, não faz nenhuma menção ao tratado assinado entre o governo brasileiro e a confederação argentina em 1857. Conforme ressalta Alexandre Monteiro<sup>50</sup>, esse foi um período de grande divisão política na Argentina, que foi oportunamente aproveitado pelo Império para a formação de diversos acordos econômicos, políticos e, dentre eles, um que deixava firmado uma cooperação militar entre os países em caso de ataque paraguaio<sup>51</sup>. A adição de tal informação poderia fornecer elementos que elucidassem como a atuação de Brasil e Argentina foram muito mais autônomas, ainda mais quando consideramos que as preocupações do Brasil em tal acordo residiam nas disputas territoriais com o Paraguai<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.54 – 59.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 153.

Superado as discussões referentes à formação da Tríplice Aliança, outro ponto chave que caracteriza a corrente revisionista é a representação do líder paraguaio durante o conflito, Solano López. Aqui novamente devemos ressaltar a heterogeneidade da corrente e como existe uma abrangente margem de diferentes abordagens para com esse personagem. Porém, de forma generalizante, podemos dizer que o revisionismo supera a visão profundamente caricata construída pela historiografia tradicional brasileira, onde López aparece simplesmente como um megalomaniaco sanguinário movido por pretensões de dominação. No Paraguai, a ditadura de Alfredo Stroessner foi um dos fatores responsáveis por reverter de maneira totalmente oposta essa visão, tornando López um herói e símbolo de bravura e patriotismo. Essa exaltação exagerada, que era utilizada por Stroessner como catalisador de suas ideologias, possui um significado bastante distinto das representações de Solano López apresentadas por autores como Pomer e Chiavenato, cujas obras são o nosso maior foco para este trabalho.

Portanto, no chamado revisionismo de esquerda, López é apresentado como um grande líder, que mostrou estar disposto a defender seu país e povo com sua vida e, em última instância, uma vítima. Uma vítima do imperialismo das potências sul-americanas e, principalmente, da influência de um capitalismo para o qual o sistema político de seu país representava uma ameaça. Assim, na construção da figura de López, é buscado enfatizar fatores que revelariam aspectos positivos de sua pessoa, tais como sua intelectualidade e capacidade diplomática. Nesse sentido, algumas passagens da vida do ditador são narradas com maior ênfase. As viagens de López pela Europa, antes de se tornar presidente, são narradas como missões diplomáticas e de aprendizado, se tornando uma prova da capacidade e experiência do líder. Outro momento narrado com grandes honras pelos autores revisionistas, foi quando López partiu em missão conciliatória, em 1859, para a Argentina. Na ocasião, a guerra civil argentina tomava contornos que pareciam marcar uma vitória esmagadora dos federalistas liderados por Justo José de Urquiza. Temendo que o país se fragmentasse e deixasse de representar uma frente ao império brasileiro (rivalidade que o Paraguai pretendia explorar), López agiu de maneira diplomática para que Urquiza recuasse com seu exército e a unidade argentina fosse mantida. De forma irônica, Chiavenato acrescenta que “Solano López promove a pacificação da Confederação Argentina que se voltará contra o seu país a curto prazo” (CHIAVENATO, 1990, p. 55). Assim, as ações de Solano López são enfatizadas com o fim de, primeiramente, afastar a imagem caricata negativa construída durante a guerra e continuada pela historiografia memorialista e, em segundo, apresentar um personagem muito mais capaz, intelectual e pacífico.

Apesar de não se tratar de uma abordagem totalmente acrítica de Solano López, autores como Chiavenato procuram desmistificar quaisquer polêmicas sobre o ditador mesmo nas passagens mais contraditórias de sua vida. Exemplo disso é quando, ao trabalhar a rápida ascensão de López ao exército paraguaio, que se tornou general ainda na idade de dezoito anos, Chiavenato busca construir uma narrativa capaz de afastar qualquer ideia de nepotismo que pudesse estar envolvida (devemos lembrar que Solano López era filho do presidente até então). Assim, segue o autor na seguinte linha argumentativa:

[...] o presidente Carlos Antonio López teve que lançar mão daquele lhe esteve mais próximo, melhor entendia o seu governo e que mais facilmente ele poderia instruir para a criação da defesa armada do Paraguai. Era uma questão prática: o Paraguai preparava-se para resistir ao tirano Rosas [presidente da Argentina até então]; não havia exército nem líderes militares suficientes ou capazes. Carlos Antonio lançava mão dentro de um quadro dirigente que praticamente inexistia, do que melhor ou mais fácil era possível. Assim como aos dezoito anos Francisco Solano López foi improvisado general pelo seu pai, formou por sua vez um exército também com armas e oficiais improvisados. (CHIAVENATO, 1990, p. 48)

A argumentação do autor parte do pressuposto de que a política de Francia de perseguir os mais ricos havia deixado o país sem uma classe dominante, um processo que não havia sido corrigido por seu sucessor Carlos Antonio López. Assim, quando chegado o momento de necessidade, faltava ao presidente um homem capaz e de confiança. Sobre essa tese do autor envolvendo a ausência de uma classe dominante no Paraguai, que é utilizada não somente para justificar a carreira militar de López, mas também fatores decisivos da guerra, tais como, na opinião do autor, a incapacidade das autoridades paraguaias de perceberem que lutavam também contra o capital inglês, Silvânia de Queiroz<sup>53</sup> apresenta uma crítica bastante pertinente, ressaltando como “Chiavenato não discute mais profundamente o que entende por “classes dominantes”” e como “é contra-sentido a proposição de formação social sem classes dominantes” (QUEIROZ, 2010, p. 148-149). Segue a elaboração da autora, que reflete também em como a tese do jornalista acaba contradizendo outras de suas proposições:

A grande característica do regime *franquista*, que lançou as bases para a nova ordem paraguaia, foi precisamente a destruição das facções *espanholistas* das classes dominantes e a *fragilização* dos *portenhistas* e dos grandes proprietários crioulos, que o autor [Chiavenato] propõe, como apenas assinalado, que teriam sido exterminados. [...] Nesse sentido, o *handcap* positivo – e não negativo – da formação nacional paraguaia seria, por longos anos, precisamente, a fragilidade de uma classe dominante tradicional, processo reiterado pela interrupção dos laços mercantis com o exterior.

Não é nosso objetivo aqui estabelecer verdades absolutas sobre o Paraguai ou Solano López, tampouco é nosso objetivo analisar detalhadamente as proposições de Chiavenato. Nos

---

<sup>53</sup> QUEIROZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai** de J. J. Chiavenato. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

empenhamos, neste momento, somente em apontar como o autor mobiliza teses e argumentações para a construção de uma imagem do ditador paraguaio livre de grandes contradições. Embora, devemos enfatizar mais uma vez, não se tratar de uma abordagem totalmente acrítica ou mesmo, em nosso entendimento, uma aproximação ao *lopismo*, já que o autor brasileiro não apresenta López como um símbolo máximo de patriotismo.

Outra grande tônica da corrente revisionista que devemos citar é a apresentação da guerra de uma forma muito mais visceral, principalmente em comparação com obras brasileiras ufanistas que buscam explorar as glórias e valores das batalhas. Dessa forma, os conflitos são narrados de forma a ressaltar a miséria presente, de tropas mal abastecidas que, para além de enfrentar os soldados inimigos, também lutavam contra doenças, fome e frio. Obviamente, a crítica presente no revisionismo busca ressaltar principalmente os abusos dos soldados da Aliança. Assim, saques, estupros e crueldades são narrados com grande tom de denúncia e revolta. Nesse sentido, algumas passagens da guerra ganham maior espaço nas obras revisionistas. É o caso da batalha de Acosta Ñu, que ocorreu no ano de 1869, já nos momentos finais do conflito. Na ocasião, Assunção já havia sido tomada e, frente a quase total destruição do exército paraguaio, Argentina e Uruguai retiravam suas tropas. Porém, o Tratado da Tríplice Aliança previa que a guerra somente estaria acabada com a total rendição de Solano López, que no momento se escondia no interior do país. Portanto, tropas brasileiras seguiam em uma caçada ao ditador guarani. A essa altura da guerra, o comandante Duque de Caxias havia se retirado do campo de batalha sob o entendimento de que o conflito havia se encerrado na conquista de Assunção, deixando assim Conde D’eu no comando das tropas. Esse é um fato de grande importância para a construção da narrativa revisionista, pois Duque de Caxias ganha um papel próximo ao de um réu confesso, afinal, é dele que passa a ser atribuída a frase de que para ganhar a guerra seria preciso “matar até o feto do ventre da mulher [paraguaia]” (CHIAVENATO, 1990, p. 154).

Consequentemente, Conde D’eu passa a representar a personificação de toda a crueldade e excessos cometidos pela continuidade da guerra. “Sádico”, “vândalo” e “bárbaro” são algumas palavras usadas por Chiavenato para caracterizar o comandante. Era D’eu quem comandava as tropas brasileiras durante a batalha de Acosta Ñu, quando, mesmo em frangalhos, as tropas paraguaias, indispostas à rendição, eram formadas quase inteiramente por crianças e adolescentes. Assim narra Chiavenato sobre a formação de tais tropas:

A defesa do Paraguai estava na mesma proporção que o desejo de extermínio dos seus inimigos. Assim, quando o Duque de Caxias entendeu que era preciso matar paraguaios no ventre das suas mães, os paraguaios já sabiam que precisavam resistir,

para salvar a nacionalidade, até a morte. A guerra sem quartel provocou a resistência sem esperança: por isso, surgiram os batalhões de crianças. (CHIAVENATO, 1990, p.155)

Especificamente sobre Acosta Ñu, escreve o autor:

Acosta Ñu é o símbolo mais terrível da crueldade dessa guerra: as crianças de seis a oito anos, no calor da batalha, apavoradas, agarravam-se às pernas dos soldados brasileiros, chorando, apavoradas, agarravam-se às pernas dos soldados brasileiros, pedindo que não as matassem. E eram degoladas no ato. Escondidas nas selvas próximas, as mães observavam o desenrolar da luta. Não poucas pegaram em lanças e chegaram a comandar grupos de crianças na resistência. (CHIAVENATO, 1990, p. 158)

Chiavenato é feliz em retratar a miséria e angústia da guerra. O autor também levanta críticas e questionamentos bastante pertinentes sobre as consequências da continuidade da caçada a Solano López que, mesmo na visão de alguns aliados, não era mais necessária. Porém, também chama a atenção como o autor explica a formação de batalhões de crianças pela consciência de que “precisavam resistir”, e de que era necessário “salvar a nacionalidade”. A única menção realizada ao líder paraguaio no capítulo dedicado à batalha de Acosta Ñu, diz que o confronto “permitiu que Francisco Solano López conseguisse escapar do cerco das tropas do Conde D’eu” (CHIAVENATO, 1990, p. 159). Chiavenato não levanta maiores reflexões sobre como também foi uma decisão consciente de López e demais autoridades paraguaias formar batalhões de crianças ao invés de aceitar a rendição.

Outro ponto de grande destaque apresentado pelo revisionismo e especialmente por Chiavenato, diz respeito ao balanço final de números de paraguaios mortos durante a guerra. O autor brasileiro é bastante enfático ao trazer os seguintes números: 99,50% da população masculina e 75,75% da população geral paraguaia foram mortas. O primeiro ponto que devemos destacar é que o autor não apresenta, ao realizar suas contas, as fontes que utiliza para delimitar o total de paraguaios antes e depois da guerra. Porém, afirma que a população do país, antes da guerra, estava em torno de 800.000. Ao realizar um balanço sobre estudos científicos que tentaram verificar a mortandade da guerra, Doratioto<sup>54</sup> revela que não existe um consenso entre os especialistas, existindo aqueles que apontam que o Paraguai possuía, antes da guerra, uma população de 285.715 a 318.144, e outros que defendem uma população entre 388.511 e 456.979 habitantes. Assim, a porcentagem estimada de mortos para esses especialistas varia de 8,7% até 69%<sup>55</sup>. Interessante o suficiente, mesmo Chiavenato em sua obra deixa escapar que os números paraguaios eram difíceis de serem verificados ao afirmar que “Quando começou a

<sup>54</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 691-697.

guerra, o Paraguai tinha aproximadamente oitocentos mil habitantes. (Há estatísticas informando que a população deveria chegar a um milhão e trezentos mil, o que é muito improvável)” (CHIAVENATO, 1990, p. 148).

Mais uma vez ressaltamos como não é nosso objetivo delimitar verdades sobre a guerra, ainda mais frente a dificuldade de estabelecer com precisão a porcentagem correta de mortos (ou mesmo da população total paraguaia antes da guerra). O que pretendemos nesse momento é ressaltar como Chiavenato introduz uma estatística sem apresentar devidamente suas fontes e, mesmo que acidentalmente revelando a não exatidão dos números, apresenta tal estatística como totalmente verdadeira.

Portanto, de maneira bastante generalizante, pudemos discutir brevemente do que se trata a corrente revisionista sobre a Guerra do Paraguai. Destacamos como podemos resumir as principais características da corrente como uma narrativa em defesa do país guarani e que busca expor os crimes e abusos cometidos pelo exército da Aliança. Também nos preocupamos em ressaltar como existe grande heterogeneidade na corrente, com diferentes abordagens sobre os motivos e personagens da guerra. Nosso foco maior foi depositado no chamado revisionismo de esquerda, que busca explicar o conflito a partir das influências do capitalismo e da Inglaterra, cujos principais autores, em nosso entendimento, são Leon Pomer na Argentina e Júlio J. Chiavenato no Brasil. Assim, antes de refletirmos sobre os principais avanços e também lacunas presentes na corrente, é importante destacarmos o contexto e impacto político e social das obras.

Como já destacado, ambas as obras, *La Guerra del Paraguay – Gran negocio!* e *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*, foram lançadas em momentos de ditadura militar. A primeira rendeu ao seu autor, León Pomer, o exílio de seu país. A segunda teve um desfecho um tanto mais singular. Lançada em 1979, a obra de Chiavenato coincidiu com um momento ditatorial que, conforme ressalta Silvânia de Queiroz<sup>56</sup>, o discurso oficial adotado pelos militares era o de reabertura política (cujo objetivo maior era prolongar a ditadura). Assim, a obra foi blindada de censura e, na verdade, se firmou como um sucesso de vendas. Para além de permanecer por consecutivas semanas entre os livros mais vendidos, Queiroz defende a tese de que a obra se consolidou como uma arma intelectual contra o momento opressivo que a população brasileira vivia. Segue a explanação da autora, que conduziu sua

---

<sup>56</sup>QUEIROZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai** de J. J. Chiavenato. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

pesquisa por meio de entrevista à professores e intelectuais que viveram o momento histórico específico:

Através das entrevistas realizadas podemos observar a grande repercussão e importância da obra *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai* no meio intelectual e acadêmico. Todos os entrevistados tiveram contato com a obra de Chiavenato durante o período de graduação ou quando docentes em concursos universitários – as respostas confirmaram a relevância que a obra teve em sua visão sobre a guerra do Paraguai e na formação política da época.

Entre os pontos interessantes, nota-se que todos os historiadores acreditavam que a obra tinha como principal objetivo afrontar a ditadura militar, tanto que ela passou a ser usada como referência na luta pela democracia. (QUEIROZ, 2010, p. 179-180)

Assim, reconhecido a devida importância histórica das obras, em especial a de Chiavenato que, no Brasil, foi responsável por apresentar uma narrativa finalmente divergente da oficial, encabeçada pela historiografia militar, é chegado o momento de tecer as críticas à corrente. Primeiramente, tratando especificamente do trabalho do autor brasileiro, devemos destacar que o mesmo se trata de um jornalista e não um historiador. No prefácio à 24ª edição, Chiavenato até mesmo escreve que a obra “é um livro para ser lido como se ele fosse uma reportagem” (CHIAVENATO, 1990, p.14). Apesar da retratação do autor, devemos salientar que um maior rigor historiográfico teria fornecido ao seu livro uma maior solidez, já que muitas vezes os argumentos são apresentados sem que as fontes documentais fossem devidamente introduzidas, rendendo a algumas passagens um certo tom conspiratório.

Já se tratando do argumento central de que o capitalismo teria sido o maior motivador da guerra, destacamos como Pomer se preocupava em salientar como o desenvolvimento paraguaio era singular e, por não depender do capital estrangeiro, representava uma ameaça às potências capitalistas. Para além disso, o autor apontava para como a Inglaterra foi o país que mais enriqueceu com a guerra, através da venda de armamentos e empréstimos. Chiavenato aprofunda as teses do autor argentino, destacando o papel inglês como muito mais decisivo, tendo participação ativa mesmo em momentos como a estruturação do Tratado da Tríplice Aliança. Como já discutimos anteriormente com a ajuda de Doratioto, o desenvolvimento paraguaio na época dos López, apesar de singular, não ocorria totalmente alheio ao capitalismo em desenvolvimento no Prata. Quanto à participação inglesa, também vimos que era uma questão bastante complexa e como nomes como Thornton tentaram evitar que as tensões escalassem. Em conclusão, ressaltamos como a tese de que Brasil e Argentina apenas seguiam as diretrizes ditadas pela Inglaterra foi uma das mais criticadas nas obras analisadas, isso por, em última instância, desembocar em um grande reducionismo que retira a complexidade das

motivações dos Estados envolvidos e mesmo os absolve de seus atos, os transformando também em vítimas, afinal, o Brasil saiu da guerra profundamente endividado e colapsado socialmente.

### 1.3 – Corrente Restauracionista.

A última corrente historiográfica sobre a Guerra do Paraguai que trataremos neste trabalho diz respeito à corrente Restauracionista. Utilizaremos esse termo, o mesmo utilizado pelo historiador Mário Maestri<sup>57</sup>, por concordarmos com a colocação de que podemos observar, nas obras ainda a serem analisadas, uma clara tendência ao retorno de premissas e conclusões comuns às apresentadas pela corrente memorialista. Portanto, é necessário contextualizarmos o período histórico em que a corrente é inaugurada. Primeiramente, devemos ressaltar que o impacto do revisionismo no Brasil, representado primordialmente pela obra *Genocídio Americano*, de Júlio J. Chiavenato, para além de romper com a narrativa hegemônica oficial, também abriu um espaço a ser preenchido por novos trabalhos sobre o tema que não repetissem os mesmos erros apresentados pelo jornalista brasileiro. Afinal, como já discutido nesse trabalho, apesar de Chiavenato possibilitar um importante avanço nos debates sobre a guerra, seu livro foi duramente criticado por utilizar de argumentos em última instância reducionistas, tais como o da central influência inglesa no conflito ou a vilanização exagerada de líderes e soldados da aliança.

Grande parte das críticas dirigidas à Chiavenato também repousam no fato do autor não ter conseguido apresentar um alto rigor historiográfico no tratamento de suas fontes. Críticas essas que também se baseiam na formação do jornalista, que nunca foi historiador. Assim, autores como Ricardo Salles e Francisco Doratioto, despontaram no Brasil entre as décadas de 1980 e início dos anos 2000, com propostas de leituras da guerra que se isentasse de uma parcialidade desmedida, seja para o lado da Aliança, seja para o lado paraguaio. Desta forma, através de uma robusta análise de fontes primárias, os autores citados se consolidaram como principais referências brasileiras para a historiografia da guerra. Porém, apesar de superarem algumas deficiências específicas do revisionismo de Chiavenato, as obras também foram criticadas por realizarem um resgate dos argumentos e proposições centrais da historiografia tradicional. Mais adiante, nos aprofundaremos nessas críticas. Neste momento, basta a ênfase de que obras como *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*<sup>58</sup>,

---

<sup>57</sup> MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [S.L.], 27 mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>. Acesso em: 03 maio 2023.

<sup>58</sup> Salles, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

de Ricardo Salles, e *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*<sup>59</sup>, de Francisco Doratioto, se tornaram incontornáveis para qualquer debate sobre a historiografia do conflito.

Também devemos ressaltar como alguns autores preferem utilizar outros termos para se referirem a uma terceira corrente historiográfica sobre a Guerra do Paraguai. É o caso de Andrew Cesar de Goes<sup>60</sup>, que utiliza o termo “neorrevisão”. Assim, para além das obras citadas anteriormente, de Goes também consegue agregar à corrente outros trabalhos que também pretendem superar antigos vícios historiográficos, mas que acabam por não restaurar os argumentos memorialistas. Dessa forma, obras mais recentes, tais quais as que buscam explorar a guerra a partir de novas perspectivas, trabalhando, por exemplo, a participação de mulheres e minorias raciais na Guerra do Paraguai, podem ser incluídas também. Porém, para este trabalho, devido ao foco em nossa discussão central, optamos pela utilização do termo Restauracionismo e, para tratarmos dessa corrente, a delimitação de um recorte centrado principalmente nas obras de Francisco Doratioto. Não deixamos, porém, de ressaltar a importância de obras mais recentes que buscam expandir as perspectivas da guerra, apenas enfatizamos que a brevidade deste trabalho não permite uma análise mais profunda sobre essas.

Francisco Doratioto é um historiador brasileiro e uma das maiores referências intelectuais sobre a Guerra do Paraguai. Sobre o tema, se destacam três obras do autor: *O Conflito com o Paraguai*, de 1991; *A Guerra do Paraguai*, de 1998; e *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, de 2002. Em seu trabalho, o autor é responsável por uma ampla análise de fontes primárias e reconstruções absolutamente ricas em detalhes sobre as batalhas militares. Nesse sentido, Alexandre Monteiro<sup>61</sup> comenta sobre as obras citadas:

[...] as obras de Doratioto são de fundamental importância, tendo em vista a riqueza de detalhes a respeito da revisão historiográfica feita pelo citado autor. Além disso, não podemos deixar de ressaltar que Doratioto faz um resgate precioso não só dos antecedentes da Guerra do Paraguai, como das batalhas e dos resultados da mesma. (MONTEIRO, 2010, p.192)

Também é uma forte premissa enfatizada por Doratioto<sup>62</sup>, a intenção de construção de uma narrativa que supere a parcialidade comumente presente nas obras sobre o tema. Em

<sup>59</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

<sup>60</sup> GOES, Andrew Cesar de. **GUERRA DO PARAGUAI / GUERRA GUASU**: narrativas nos livros didáticos do Brasil e do Paraguai. 2021. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

<sup>61</sup> MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra**: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

<sup>62</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

passagem de *Maldita Guerra*, ao refletir sobre as motivações do conflito, o autor escreve: “Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos”, como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses” (DORATIOTO, 2022, p.138). Obviamente, a premissa apresentada tem como pretensão superar não somente os reducionismos de um “revisionismo infantil”, mas também os apresentados pela historiografia oficial patriota. Porém, em análise, podemos argumentar que o combate à corrente revisionista é a preocupação central do autor. Autores como Mário Maestri<sup>63</sup> apontam para como, na construção de sua proposta, Doratioto acaba por recuperar premissas básicas estabelecidas pela historiografia oficial militar brasileira. Segue a reflexão de Maestri:

Maldita guerra, na sua parcialidade, constitui narrativa dos sucessos no Prata de 1864-1870 desde os pontos de vista do Estado nacional brasileiro, ou seja, dos interesses gerais de suas classes dominantes, com um respeito apenas diplomático ao antagonista do Império, que tem todos seus atos e razões justificados ou apresentados sob a melhor luz, usando-se para tal fortemente os recursos da narrativa. (MAESTRI, 2009, p.17)

Assim, uma vez ressaltada a importância e robustez do trabalho de Doratioto, adiante, procuraremos analisar os argumentos que sustentam a tese de que o autor apresenta uma historiografia restauracionista.

Em um primeiro momento, devemos ressaltar a estruturação geral das obras do autor, que seguem um modelo cronológico de acontecimentos e tem como grande foco as batalhas militares. Apesar do autor já se aproximar das obras memorialistas nesse ponto, como já ressaltado, Doratioto também realiza uma ampla análise dos antecedentes sociais e políticos dos países envolvidos no momento anterior à guerra. O que é essencial para a estruturação de seu argumento central de que a Guerra do Paraguai ocorreu em decorrência dos conflituosos processos de consolidação dos Estados Nacionais no Prata<sup>64</sup>. Assim, Doratioto demonstra a importância do entendimento das relações entre federalistas e unitários na Argentina, da mesma forma como a relevância da política imperial brasileira e sua busca por estabelecer influência política em seus vizinhos.

Em sua análise sobre o desenvolvimento paraguaio, Doratioto reconhece sua singularidade, mas discorda da máxima revisionista de que existia uma ditadura de bem-estar social. Sobre a política de Francia, o autor prefere ressaltar como o isolamento promovido pelo

---

<sup>63</sup> MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [S.L.], 27 mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>. Acesso em: 03 maio 2023.

<sup>64</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.24.

ditador, para além de proteger o país contra uma ameaça externa, visava também manter os moldes de um sistema político autoritário no qual o próprio Francia era o maior privilegiado:

Até o início da década de 1840, inexistiram contatos oficiais do Paraguai com seus vizinhos. Francia isolou seu país como a melhor forma de manter a independência em relação a Buenos Aires e à sua própria ditadura, na qual as instituições “públicas” eram um apêndice de sua vontade e idiossincrasias pessoais. (DORATIOTO, 2022, p. 26)

Sobre a base do governo de Francia, a classe camponesa, Doratioto ressalta como as terras confiscadas das classes mais abastadas, eram apenas arrendadas para os camponeses, permanecendo propriedades do Estado. Portanto, não se aproximando, de forma alguma, de uma reforma agrária. O autor também se preocupa em ressaltar como o modelo de produção era bastante exploratório:

Ao confiscar terras da elite tradicional, o poder econômico do Estado paraguaio fortaleceu-se. Nessas terras organizaram-se as Estancias de la Patria, estabelecimentos estatais arrendados a camponeses ou explorados pelo próprio Estado, nas quais também utilizava mão de obra de escravos negros ou de prisioneiros. (DORATIOTO, 2022, p. 27)

Sobre o governo dos López, Doratioto segue a argumentar sobre a existência de uma política favorável somente aos interesses pessoais dos governantes. O autor discute sobre como o processo de modernização do país iniciado por Carlos Antonio López visava principalmente o fortalecimento militar paraguaio. Também é preocupação do autor demonstrar como tal processo não ocorreu de maneira totalmente autônoma e alheia a dinâmica do capitalismo inglês:

Na Inglaterra, Solano López [que nesse momento ainda não era presidente] entrou em contato com a Blyth & Co, à época uma das companhias mais avançadas do mundo em tecnologia. Por intermédio dessa companhia, o Paraguai passou a comprar armamento, a enviar jovens paraguaios para nela receberem treinamento, e ainda recrutou, entre 1850 e 1870, uns 250 técnicos europeus, dos quais duzentos ingleses, para modernizar o país. (DORATIOTO, 2022, p.33-34)

Assim, para além de colocar em xeque o argumento revisionista que apresenta o Paraguai como um país que se desenvolveu internamente a ponto de representar uma ameaça à hegemonia inglesa, o autor também busca ressaltar como o Paraguai modernizava seu exército a passo que continuava atrasado socialmente. Nesse sentido, complementa o autor:

Também é equivocada a apresentação do Paraguai como um Estado onde haveria igualdade social e educação avançada. A realidade era outra e havia uma promíscua relação entre os interesses do Estado e os da família López, a qual soube se tornar a maior proprietária “privada” do país enquanto esteve no poder. (DORATIOTO, 2022, p.34)

Já discutimos aqui como autores como Chiavenato promovem uma ênfase descabida dos programas educacionais paraguaios ao afirmar que no país não existiam

analfabetos. Porém, também parece pertinente ressaltar que Doratioto, ao defender que no Paraguai não havia “educação avançada”, desconsidera por completo programas como o iniciado por Francia e continuado por Carlos López que, conforme ressalta Silvânia de Queiroz<sup>65</sup>, apesar de limitado por diversas questões, era “possivelmente único na América Latina e superior ao de muitos Estados europeus da época” (QUEIROZ, 2010, p.140). Também chama atenção para como Doratioto utiliza do autoritarismo presente no Paraguai para deslegitimar qualquer proposição de avanços sociais. Na argumentação do autor, o modelo político do país guarani parece enriquecer somente seus governantes e não possibilitar nenhum tipo de favorecimento ou melhoria para as classes mais pobres.

Sobre os motivos que levaram as nações à guerra, como já citado brevemente, Doratioto defende a tese de que o conflito ocorreu em decorrência da consolidação dos Estados Nacionais. Assim, a intervenção imperial no Uruguai é de grande importância para esse processo. O autor ressalta como, para o Paraguai, era importante que o governo blanco mantivesse sua autoridade respeitada, pois assim o país guarani garantia um aliado com saída para o mar<sup>66</sup>. Doratioto também mostra concordar com o entendimento de que a narrativa oficial do império para a intervenção, de que essa era necessária pois o governo oriental encobria uma política de maus-tratos para com brasileiros que ali residiam, se tratava de uma fabricação, já que “na realidade, o Rio de Janeiro tratava de criar condições para justificar a invasão da República vizinha” (DORATIOTO, 2022, p.71). Desta forma, o autor se distancia das obras memorialistas mais ufanistas, porém, em algumas colocações sobre esse importante evento, apresenta conclusões bastante conservadoras.

Ao refletir sobre o início oficial da guerra, Doratioto mostra concordar que o estopim determinante foi a captura do Marquês de Olinda e a invasão do Mato Grosso pelas tropas paraguaias. Isso porque, para o autor, a concretização da intervenção imperial, através de manobras militares, não é suficiente para marcar o início do conflito. Os autores revisionistas que defendem que a guerra começa com a intervenção, sustentam seus argumentos no fato de que, em agosto de 1864, o governo paraguaio era bastante enfático em alertar o império de que a intervenção levaria à guerra entre as nações. Porém, Doratioto argumenta que “a ameaça implícita no protesto paraguaio de 30 de agosto não foi levada a sério, quer pelo governo brasileiro, quer pelo argentino” (DORATIOTO, 2022, p. 82). Para sustentar sua tese, o autor

---

<sup>65</sup>QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai** de J. J. Chiavenato. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

<sup>66</sup>DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.138.

apresenta uma sequência de acontecimentos que teriam levado Solano López e o governo paraguaio ao descrédito. Primeiramente, Doratioto enfatiza que, dias antes do ultimato paraguaio, López havia recusado um pedido de ajuda uruguaio. Segue o autor:

Em 25 de agosto, Herrera [ministro uruguaio] pediu a Solano López essa intervenção [...]. A resposta paraguaia foi negativa e utilizou como justificativa o argumento de que nem sempre o governo uruguaio mantivera o Paraguai informado de todas as negociações que fazia [...]. A Legação brasileira em Assunção tomou conhecimento dessa recusa no mesmo dia, obtendo-a por meio de espião não identificado, e interpretou-a como prova do desejo de Solano López afastar-se do governo de Aguirre. (DORATIOTO, 2022, p. 83-84)

Doratioto também utiliza como argumento a diplomacia específica desenvolvida no Paraguai que, em seu entendimento, devido ao autoritarismo empregado por López, havia impossibilitado que diplomatas brasileiros pudessem interpretar de forma correta as intenções do governo guarani. O autor também enfatiza como a capacidade militar do país era entendida como inferior, o que desacreditava o Império de que o Paraguai faria a guerra:

Os relatórios dos agentes diplomáticos brasileiros em Assunção minimizaram a capacidade militar paraguaia e as intenções agressivas de Solano López. A troca de representantes brasileiros no Paraguai, no período pré-guerra, e seu isolamento da sociedade local impediram-nos de bem conhecer a realidade paraguaia. (DORATIOTO, 2022, p. 84)

O isolamento paraguaio e sua diplomacia específica, são utilizados por Doratioto para, não apenas explicar como os diplomatas brasileiros ignoraram o aviso de López, como também para explicar de que maneira o Paraguai se sentiu confortável para iniciar a guerra:

Viana de Lima [diplomata brasileiro em Assunção no momento de pré-guerra] tinha dificuldade em entender a realidade paraguaia, quer por falta de informações, quer por não ter apreendido a peculiar lógica da sociedade local. Esta sempre vivera sob ditaduras, isolada do exterior até 1840, o que resultou em uma errônea percepção de seu poderio nacional, em uma incapacidade de compreender a realidade internacional e na ausência de instituições republicanas e de opinião pública. Guiando-se pela lógica diplomática, ao considerar fatores como a desproporção de recursos entre o Império e o Paraguai, bem como os riscos inerentes a uma guerra, Viana de Lima ainda considerava que Solano López “talvez apenas rompa relações” com o Brasil. (DORATIOTO, 2022, p. 85)

Em interessante paralelo, Silvânia de Queiroz<sup>67</sup> aponta para como a tese de Doratioto de que a falta de diplomacia paraguaia foi fator determinante da guerra se aproxima da defendida por Chiavenato de que a falta de uma forte classe dirigente impediu ao país guarani uma leitura correta da conjuntura política do conflito<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: *genocídio americano*: a Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenato**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 148.

O autor Alexandre Monteiro<sup>69</sup> também tece críticas à posição defendida por Doratioto sobre a reação imperial frente ao ultimato paraguaio. Monteiro argumenta que, vide a ênfase da nota paraguaia e as movimentações militares no Uruguai, é difícil supor que o governo brasileiro não havia considerado com seriedade as consequências da intervenção. Em contraponto, o autor busca demonstrar como a guerra contra o Paraguai foi antecipada, porém, devido a disparidade de forças, se supunha que o conflito tivesse curta duração e fosse vencido com facilidade:

Portanto, fica a pergunta: como o governo imperial teria dado pouca importância à oposição peremptória paraguaia a invasão do Uruguai? Resposta que Doratioto tenta dar em **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai, apoiando-se em questão marginal, ao propor que a ameaça que o Paraguai de Francisco Solano López representava teria sido minimizada principalmente pela carência de bons chefes militares guaranis. Nesse caso, o Império não teria dado pouca importância ao aviso paraguaio das consequências da invasão do Uruguai. Teria, isso sim, se despreocupado com o resultado da guerra certa causada por aquela intervenção, ao considerar que a venceria facilmente, sobretudo em aliança com a Argentina. (MONTEIRO, 2010, p. 155)

De fato, mesmo após iniciado o conflito, as autoridades da Aliança ainda acreditavam em uma vitória rápida, como demonstra mesmo Doratioto ao citar o infame discurso de Mitre após as tropas paraguaias invadirem Corrientes, onde o presidente argentino afirmava que a expectativa da guerra era a de “em 24 horas ao quartel, em quinze dias em Corrientes, em três meses em Assunção” (DORATIOTO, 2022, p. 201). Porém, o autor ainda mantém sua conclusão de que Brasil e Argentina não consideraram com seriedade o ultimato paraguaio e que a guerra com o país guarani não foi antecipada. Assim, apesar de reconhecer a importância da soberania do governo blanco para o Paraguai e de como a intervenção imperial visava primordialmente manter a influência brasileira no Uruguai, o autor ainda aponta a invasão do Mato Grosso como ponto inicial do conflito e, conseqüentemente, o Paraguai como país agressor.

Outra grande preocupação de Doratioto é refutar a ideia de que a Inglaterra foi a grande articuladora oculta do conflito. Como já discutido, o autor busca enfatizar como o desenvolvimento paraguaio na época dos López não ocorria de maneira totalmente alheia à hegemonia do capital inglês e, portanto, o país guarani não poderia representar uma ameaça à potência europeia. Para sustentar sua argumentação, alguns outros pontos se tornam essenciais em sua reconstrução da guerra, dentre eles, a participação do diplomata britânico Edward Thornton. Para além de sua atuação como mediador durante os processos de pacificação no

---

<sup>69</sup> MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra**: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

Uruguai, Doratioto também discute os esforços do diplomata inglês para que a guerra não se consolidasse. Assim, o autor busca analisar uma carta de Thornton, datada de dezembro de 1864, endereçada ao chanceler paraguaio José Berges. Nesse documento, Thornton argumenta que não deveria haver suspeitas que a intervenção imperial no Uruguai viria a ameaçar a independência do país oriental, para além disso, o diplomata também defende que o império agia de forma legítima pois possuía o direito de “pedir satisfação pelas ofensas que seus súditos tiveram de aguentar” (DORATIOTO, 2022, p. 130). Ao final, Thornton tenta ser convincente de que a guerra não era necessária e chega a oferecer sua mediação para que Paraguai e Brasil chegassem a um acordo pacífico. Assim, Doratioto apresenta a carta como prova cabal de que não havia interesses britânicos para que a guerra acontecesse<sup>70</sup>.

Sobre os empréstimos realizados por bancos ingleses que financiaram a Aliança durante a guerra, Doratioto argumenta que esses agiram de acordo com a lógica capitalista de maximização de lucros, sem necessariamente um apoio ideológico à Aliança ou contra o Paraguai. Assim escreve o autor sobre esse aspecto:

Durante a guerra, os aliados obtiveram empréstimos de banqueiros ingleses. O capital não tem ideologia e busca a melhor remuneração associada ao menor risco. Fazer empréstimos ao governo de Solano López seria, pela lógica empresarial, uma atitude arriscada, pois, desde o segundo semestre de 1865, era evidente a impossibilidade de o Paraguai vencer a guerra. (DORATIOTO, 2022, p. 134)

Doratioto levanta questões pertinentes e é bastante feliz na tentativa de demonstrar que o papel inglês na Guerra do Paraguai não foi definidor, ou ao menos não na medida descrita pelo revisionismo de Chiavenato. Porém, devemos observar como, ao citar a carta de Thornton, o autor não levanta maiores reflexões sobre como os pontos destacados pelo diplomata não seriam suficientes para resolver as contradições entre as nações do Prata. Afinal, mesmo Doratioto, em outras passagens de sua obra, mostra concordar que; 1, as justificativas imperiais para a intervenção eram fabricadas e, na realidade, objetivava-se manter o Estado oriental sob tutela<sup>71</sup> e; 2, a simples manutenção da independência uruguaia não agradava o governo paraguaio, que objetivava a continuidade de um governo aliado com saída para o mar<sup>72</sup>. Entendemos que o objetivo do autor nessa passagem não é discutir a legitimidade dos argumentos de Thornton, mas sim enfatizar que para a Inglaterra não interessava o início de uma guerra na região. Porém, em nosso entendimento, o levantamento de tais reflexões seria pertinente uma vez que a carta apresentada não oferecia nenhum ponto favorável capaz de

---

<sup>70</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.130.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 138.

convencer as autoridades paraguaias de que a guerra não era necessária. Por fim, o argumento de que “o capital não tem ideologia”, também nos parece uma redução simplista dos interesses ingleses. Afinal, por mais que existisse uma lógica financeira, apoiar a Aliança também foi uma decisão consciente dos banqueiros, que se encontrou com a conivência do governo britânico.

Outra construção definidora sobre as obras de Doratioto diz respeito às representações acerca da figura de Solano López. Primeiramente, o autor reflete sobre as origens do movimento *lopizta* e o que possibilitou que, no Paraguai, a figura do ditador passasse de vilão para herói (devemos lembrar que o imediato pós-guerra no Paraguai foi marcado por um governo provisório tutelado pelo Império e que, portanto, as produções paraguaias da época apontavam López como causador do conflito). Para explicar tal fenômeno, Doratioto utiliza a argumentação de que, devido a situação de miséria em que o Paraguai se encontrava nas décadas que sucederam a guerra, existia no país, ao mesmo tempo, uma juventude que ansiava por uma sociedade melhor e uma carência de autoestima e heróis nacionais. Segue o autor:

O Paraguai era apresentado como país de déspotas e derrotado em uma guerra da qual fora o agressor. Ao mesmo tempo, despontava uma geração de estudantes universitários e secundaristas — poucos e concentrados em Assunção —, desejosos de construir uma sociedade melhor, mas sem encontrar um pensamento que, ao mesmo tempo, recuperasse a autoestima nacional, rompendo o sentimento de inferioridade em relação às outras nações, e apontasse para a superação da realidade miserável. Esses jovens necessitavam de heróis que encarnassem os valores, supostos ou verdadeiros, da nacionalidade paraguaia. (DORATIOTO, 2022, p. 115-116)

Assim, Doratioto busca explicar qual era o contexto histórico paraguaio que abriu possibilidades para a exaltação de Francisco Solano López. Sobre essa visão, Alexandre Monteiro<sup>73</sup> realiza críticas ressaltando, primeiramente, como Doratioto não enfatiza que “a miséria enorme devia-se a destruição e saque posterior do Paraguai sobretudo pelo Império e Argentina” (MONTEIRO, 2010, p. 145-146). O citado autor também complementa sua crítica com o seguinte comentário:

O revisionismo paraguaio e as orientações que tomou constituem movimento de raízes mais complexas, que exige explicações menos simplistas e redutoras. O revisionismo paraguaio articulou-se substancialmente a partir da necessidade objetiva e subjetiva, consciente, semi-consciente e inconsciente, de reinterpretação da enorme agressão nacional sofrida pelo país, durante e talvez sobretudo após a guerra, no contexto da impressionante e inesperada resistência nacional e popular em defesa do país e, certamente, da situação que a população conhecia nele. (MONTEIRO, 2010, p. 148)

---

<sup>73</sup> MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

De qualquer forma, o que Doratioto busca ressaltar com mais ênfase é como sua obra busca se afastar tanto de um *lopizmo*, como de caracterizações caricatas do líder paraguaio. Embora o autor não repita máximas da historiografia memorialista, tais como a de que a guerra somente ocorreu por consequência da megalomania e aspirações expansionistas de López, chama a atenção para como grande parte das ações do ditador são apresentadas sob uma luz negativa. Exemplo disso é a passagem em que, ao refletir sobre a ação conciliatória de Solano López envolvendo unitários e federalistas em 1859 e sua posterior política de influência no Prata, Doratioto afirma que, para a Argentina, “o governo paraguaio era tido como um intruso, cuja presença no Prata poderia constituir uma ameaça ao Estado argentino” (DORATIOTO, 2022, p. 68). Sobre essa colocação do autor, Alexandre Monteiro acentua como Doratioto se refere à Argentina como um país homogêneo, não se dando conta de sua divisão e complexidade política. Segue o autor:

Contudo, é importante mais uma vez salientar que o citado autor [Doratioto] se refere a Argentina como um todo, enquanto se tratava do governo argentino, representante de uma facção, hegemônica, de seu território, a portenho-unitarista. Os que rejeitavam a intrusão paraguaia eram sobretudo os Unitários de Buenos Aires, salvos pela mediação paraguaia. Os Federalistas das províncias, não apenas apoiavam essa política de Solano López, mas o viam como um aliado, contra o liberal-unitarismo. (MONTEIRO, 2010, p. 57)

Também é notório no trabalho de Doratioto que muitos dos fatores decisivos da guerra sejam explicados através de erros estratégicos de Solano López. Como já salientado, é característico do autor a reconstrução detalhada das batalhas militares. De maneira bastante técnica, Doratioto busca analisar tais batalhas ressaltando as estratégias adotadas e os erros e acertos do ponto de vista militar. Porém, para além de vitórias e derrotas, é comum que o autor atribua às estratégias de López consequências muito mais definidoras dos rumos da guerra. É o caso da construção do autor quanto à assinatura do tratado da Tríplice Aliança que, em seu entendimento, somente foi viabilizado com a invasão paraguaia ao território argentino de Corrientes. Doratioto parte do pressuposto que a Argentina permanecia neutra na guerra e que a decisão errônea de López de atravessar Corrientes no objetivo de chegar até as bandas orientais, mesmo com o acesso negado por Mitre, teria sido o ponto definidor para que o país aderisse oficialmente ao conflito<sup>74</sup>.

Se torna pertinente ressaltar novamente que a alegada prepotência de López em declarar guerra contra as duas principais potências sul-americanas é explicada repetidamente por Doratioto como consequência do autoritarismo presente no país e a falta de uma diplomacia

---

<sup>74</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 189-191; 229.

fortemente desenvolvida. Fatores que teriam levado López “a superestimar o poder nacional paraguaio e a fazer uma análise equivocada da correlação de forças militares e políticas no Prata” (DORATIOTO, 2022, p. 100). Sobre a estratégia do ditador em atravessar Corrientes, pertinentemente Monteiro lembra como López contava não apenas com o apoio das forças do federalista Urquiza e do exército uruguaio blanco, mas também com contradições do império:

O governo paraguaio contava igualmente para vergar o Império com o eventual apoio de trabalhadores escravizados. Portanto, havia estratégia minimamente coerente do Paraguai que não se realizou devido aos percalços históricos que terminaram, eventualmente, materializando as eventuais tendências dominantes do processo. (MONTEIRO, 2010, p. 171).

Assim, sobre as representações de Solano López construídas por Doratioto, reflete da seguinte forma Alexandre Monteiro:

Se ele [Doratioto] realmente não acredita em maniqueísmos, quem lê seus livros não verá Solano López de outra forma, pois escreve que foi o soberano paraguaio quem lançou seu país em uma guerra contra adversários mais poderosos em uma manobra mal calculada e precipitada. (MONTEIRO, 2010, p. 191).

Desta forma, concluímos nossa breve análise sobre a historiografia restauracionista e o trabalho de Francisco Doratioto sobre a Guerra do Paraguai. Ressaltamos como o historiador, principalmente em sua obra *Maldita Guerra*, apresenta um trabalho bastante robusto de análise de fontes primárias e busca reconstruir com riqueza de detalhes as passagens do conflito. Assim, se consolidando como uma das principais referências sobre o tema. Porém, da mesma forma, também buscamos ressaltar como seu trabalho não é isento de críticas, sendo bastante presente no âmbito acadêmico autores que buscam apontar as lacunas de sua narrativa e argumentação.

Das críticas que devemos realizar, ressaltamos como Doratioto é bastante preciso em estruturar seu argumento de que a Inglaterra não teve papel central na guerra. Porém, ao realizar afirmações como a de que “o capital não tem ideologia”, o autor parece deslegitimar toda e qualquer reflexão que busque discutir as influências do capitalismo no conflito. Para além disso, também concordamos com a colocação de Mário Maestri<sup>75</sup> de que existe em sua obra uma recuperação de máximas presentes na historiografia memorialista. Ao estabelecer a invasão ao Mato Grosso como início oficial do conflito, Doratioto não reconhece a intervenção imperial no Uruguai como definidora. O autor também não se distancia por completo das representações caricatas de Solano López, afinal, por detrás da generalização de que a guerra ocorreu em decorrência da consolidação dos Estados Nacionais no Prata, as explicações presentes em sua

---

<sup>75</sup> MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [S.L.], 27 mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>. Acesso em: 03 maio 2023.

obra para o início e continuidade do conflito repousam seja na falta de diplomacia paraguaia, na leitura equivocada de forças ou nos erros estratégicos de Solano López.

## Capítulo 2 – *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* – Autor e contexto histórico da obra.

Antes de analisarmos propriamente as construções de Leandro Narloch sobre a Guerra do Paraguai presentes em seu livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, julgamos necessário realizar certas considerações sobre o autor e sua obra. Portanto, nesta seção, pretendemos discutir rapidamente sobre quem é Leandro Narloch, ressaltando sua carreira como jornalista e escritor, assim como seus posicionamentos políticos adotados, principalmente em relação às suas críticas centradas na existência de um suposto ensino doutrinário nas escolas brasileiras. Também pretendemos discutir em termos gerais seu livro, destacando alguns dos assuntos abordados, o imenso sucesso de vendas alcançado e procurando enfatizar como é possível identificar a utilização de um revisionismo histórico na construção de seus argumentos. Por fim e tão importante, também discutiremos sobre o contexto histórico em que a obra foi lançada, ressaltando as transformações que ocorriam no país, com um foco nos avanços educacionais (afinal é central no *Guia* as críticas às escolas brasileiras). Nosso objetivo é tentar elucidar sobre os objetivos e impacto da obra que, muito em decorrência de seu sucesso comercial, obteve notória relevância nos debates políticos do país.

### 2.1 – Sobre o autor.

Leandro Narloch, autor do *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, livro que ainda será discutido mais detalhadamente neste trabalho, é um jornalista e escritor brasileiro, que possui mestrado em filosofia pela Universidade de Londres. Quanto à sua carreira como jornalista, destacamos como Narloch atuou como repórter e editor nas revistas *Superinteressante e Aventuras na História*<sup>76</sup>. Também devemos destacar sua atuação como colunista na revista *Veja*, na qual manteve uma série intitulada *Caçador de Mitos*<sup>77</sup>; no jornal *Folha de São Paulo*<sup>78</sup>, na revista *Crusoe*<sup>79</sup>, e na rede *Jovem Pan*; na qual, até o presente momento de escrita deste trabalho (2023), ainda escreve regularmente<sup>80</sup>. Narloch também foi comentarista na rede CNN, da qual, sob acusações de homofobia, foi demitido após um

---

<sup>76</sup> NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do brasil**. 3. ed. Porto Alegre: Globo S.A., 2019., p. 395.

<sup>77</sup> VEJA. **Caçador de mitos**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/cacador-de-mitos/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

<sup>78</sup> NARLOCH, Leandro. **Coluna do Leandro Narloch**. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

<sup>79</sup> NARLOCH, Leandro. **Artigos de Leandro Narloch**. Revista Crusoe, 2023. Disponível em: <https://crusoe.uol.com.br/lista/secao/artigo/leandro-narloch/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

<sup>80</sup> NARLOCH, Leandro. **Leandro Narloch - Opinião Jovem Pan**. Jovem Pan, 2023. Disponível em: <https://jovempan.com.br/opiniaio-jovem-pan/comentaristas/leandro-narloch>. Acesso em: 11 mai. 2023.

comentário em que associava a homossexualidade com a transmissão do vírus HIV, o caso ocorreu em 2020.

Sobre sua carreira como escritor, Narloch a iniciou em 2009, com o lançamento da primeira edição do já citado *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. No blog pessoal do autor<sup>81</sup>, ainda podemos encontrar disponíveis para compra as seguintes obras: *Guia Politicamente Incorreto da América Latina*, escrito conjuntamente com a autora Duda Teixeira; *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo*, *Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira* e, por fim, *ESCRAVOS A vida e o cotidiano de 28 brasileiros esquecidos pela história*.

A coleção de Narloch atingiu grande sucesso de vendas, principalmente sua primeira obra. No prefácio à 3ª edição (ênfase para que essa é uma edição comemorativa de 1 milhão de exemplares vendidos) o autor ressalta como, no final de janeiro de 2010, “o livro entrou na lista dos mais vendidos – e ficou ali por 150 semanas consecutivas” (NARLOCH, 2019, p.6). Portanto, em questões comerciais, é inegável que a obra representou um singular sucesso. Termômetro desse sucesso, também é o fato do livro ter sido adaptado para uma série documental homônima, encomendada pelo canal *History Channel* e que tinha como apresentador a celebridade Felipe Castanhari. A primeira temporada foi ao ar em 2017 e uma segunda em 2020.

Devemos ressaltar como não pretendemos analisar detalhadamente os trabalhos jornalísticos do autor, todos os livros citados anteriormente, tampouco a série documental originada de sua primeira obra. Neste capítulo, comentaremos brevemente sobre o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* e, no capítulo sucessor, analisaremos especificamente as construções de Narloch sobre a Guerra do Paraguai presentes na mesma obra. O que pretendemos nessa breve exposição é somente ressaltar a carreira do autor, a magnitude que sua obra alcançou em questões comerciais e como Narloch mantém presença consistente nos principais veículos midiáticos brasileiros.

Assim, devemos ressaltar que Narloch representa hoje uma das maiores vozes, ao menos em questões de alcance, na difusão do liberalismo político no país. Tal orientação político-ideológica é admitida pelo próprio jornalista, como bem destaca Rodrigo Leonardo Offerni, ao

---

<sup>81</sup> NARLOCH, Leandro. **Blog de Leandro Narloch**. Disponível em: <https://leandronarloch.com/blog/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

citar uma entrevista concedida por Narloch ao *Instituto Mises Brasil*<sup>82</sup>. Na referida entrevista, Narloch ressalta ser uma “cria” do movimento<sup>83</sup>. Um dos principais temas debatido por Narloch, e o que identificamos como mais contundentemente presente no *Guia*, é a crítica ao sistema educacional brasileiro. Fica evidente na leitura de seu livro, como o autor acusa a existência de um ensino doutrinário articulado por professores de esquerda. Nessa lógica, as disciplinas de humanidades são as mais atacadas, principalmente as de Sociologia, História e Geografia. O enfrentamento a tais professores supostamente doutrinadores também é presente em outros projetos de Narloch, como destaca Offerni ao citar a participação do jornalista no “programa “como irritar seu professor de história”, vendido pelo canal “Aprova Concursos”, especializado em videoaulas para concursos ENEM e vestibulares” (OFFERNI, 2020, p. 148).

Dessa forma, também não podemos deixar de apontar como as críticas realizadas por Narloch referentes aos professores e à educação brasileira ressoam com as premissas básicas defendidas pelo movimento Escola sem Partido. Iniciado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, conforme podemos observar no *website* oficial do movimento<sup>84</sup>, o Escola sem Partido “é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”, defendendo um ensino com “neutralidade e equilíbrio”, contra “um exército organizado de militantes travestidos de professores”<sup>85</sup>. Posteriormente, no ano de 2014, o movimento tomaria proporções que alcançariam a criação de um Projeto de Lei visando o combate à doutrinação escolar. Apesar da pretensa neutralidade, afinal a afirmação é a de que o movimento se opõe a doutrinações de qualquer viés ideológico, concordamos com a conclusão apresentada por Offerni de que “a contextualização e a elaboração da genealogia do movimento Escola sem Partido (EsP) possibilita conforma-lo em um papel de movimento social conservador e reacionário” (OFFERNI, 2020, p 18).

Ainda pretendemos considerar neste trabalho as premissas do Escola sem Partido com maiores detalhes, por hora, voltaremos a focar na trajetória de Leandro Narloch. Pois, conforme

---

<sup>82</sup> “O Instituto Ludwig von Mises Brasil (“IMB”) é um think tank voltado à produção e à difusão de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre”; “Em suas ações o IMB busca: Promover e divulgar os valores e ensinamentos da Escola Austríaca de Economia”. INSTITUTO MISES BRASIL. Disponível em: <https://mises.org.br/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

<sup>83</sup> OFFERNI, Rodrigo Leonardo. **Escola sem Partido: origem e modus operandi de um movimento liberal-conservador e desdobramentos para os conteúdos de Sociologia e História**. 2020. 199f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020, p. 148.

<sup>84</sup> MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola Sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

<sup>85</sup> MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

evidenciado em um artigo de 2018 publicado na Folha de São Paulo<sup>86</sup>, o jornalista tenta se afastar do movimento. Em tal documento, Narloch afirma:

Não me entusiasmo com o projeto de lei do Escola sem Partido. Até acredito que os alunos precisam de um marco legal contra o assédio ideológico, mas desconfio de leis como soluções de nossos problemas.

Grande parte da visão anticapitalista que professores de história e geografia difundem não seria afetada pelo projeto, pois é difícil identifica-la como propaganda política ou proselitismo. Ou seja: mesmo com a lei, o viés ideológico em sala de aula continuaria. (NARLOCH, 2018)

Apesar da posição adotada por Narloch, em análise, podemos concluir que o autor não mostra nenhuma discordância com as premissas básicas do movimento, desacreditando somente a efetividade de tal Projeto de Lei. Sobre o posicionamento adotado, Offerni levanta reflexões pertinentes, tais como a de que Narloch necessita de “uma estética mais liberal do que conservadora para manter a arregimentação de simpatizantes jovens” (OFFERNI, 2020, p. 148). Nesse sentido, podemos discutir como a colocação realizada pelo jornalista pode servir de aceno para pessoas adeptas de ideologias ultraliberais, tais como a anarcocapitalista que, para além de um Estado mínimo, defende a total ausência de Estado (consequentemente desacreditando Projetos de Leis), ideologias essas comumente compartilhada por jovens.

Pertinentemente, Offerni também aponta para como Narloch entra em contradição ainda no primeiro parágrafo de seu texto ao defender que “os alunos precisam de um marco legal contra o assédio ideológico”, ao mesmo tempo que questiona a utilização de leis para o combate a uma suposta doutrinação.

Assim, concluímos esse rápido balanço referente às trajetórias profissionais e posicionamentos políticos de Leandro Narloch (obviamente recortados para o que é de interesse a nossa discussão central). Destacamos sua atuação como jornalista e sua constante presença nos principais veículos midiáticos brasileiros, assim como sua coleção de livros lançados e o estrondoso sucesso de vendas que esses alcançaram. Destacamos também como o autor é uma das principais vozes que buscam denunciar uma suposta doutrinação de viés esquerdista nas escolas do país. Apesar de não estar “organicamente vinculado” (OFFERNI, 2020, p. 150) ao movimento Escola sem Partido, buscamos ressaltar como as posições defendidas pelo autor se

---

<sup>86</sup> NARLOCH, Leandro. **Esquerda precisa dar resposta consistente ao Escola sem Partido**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 25 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/2018/11/esquerda-precisa-dar-resposta-consistente-ao-escola-sem-partido.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2023.

mostram em quase total sintonia com as defendidas por tal movimento, se distanciando somente no que diz respeito à efetividade do Projeto de Lei que visa combater tal doutrinação.

## 2.2 – Conteúdo da obra e o revisionismo histórico de Narloch.

A primeira edição do *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* foi lançada no ano de 2009 pela editora Leya. Porém, para a análise a ser realizada neste trabalho, utilizaremos a 3ª edição impressa, 1ª edição digital, de 2019, da editora Globo Livros. Salvo engano, não existem maiores alterações, destaque para a capa que é diferente e a correção de “erros pontuais”, apontados pelo autor no prefácio da obra como “o nome de uma cidade, a profissão de um intelectual, detalhes de uma história [...]”. Mas nada perto de comprometer as informações essenciais” (NARLOCH, 2019, p. 7). A escolha para essa edição reside em questões puramente de ordem prática, sendo essa a edição que tivemos mais fácil acesso.

A obra consiste em um compilado de considerações sobre os mais diversos temas referentes à história do Brasil. Para título de informação, o livro se divide nos seguintes capítulos: *Índios; Negros; Escritores; Samba; Guerra do Paraguai; Aleijadinho; Acre; Santos Dumont; Império e Comunistas*. Não pretendemos analisar detalhadamente cada capítulo, mas ressaltamos como é a principal tônica do livro a tentativa do autor de mobilizar informações e argumentos que sejam contrários a certas concepções consolidadas pela historiografia científica e acadêmica. Como ressaltado ainda na introdução do livro, Narloch entende que “é hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta” (NARLOCH, 2019, p. 12).

O autor não define com maiores detalhes o que é entendido por “historiografia politicamente correta”, mas, em análise, parece claro que o termo se refere à uma suposta hegemonia ideológica de esquerda presente nos ambientes acadêmicos e perpetuada nas escolas de educação básica através de um ensino doutrinário. Na lógica apresentada, tal historiografia utiliza de modelos pré-estabelecidos para a leitura do passado em que certos grupos sociais são retratados sempre como vilões e outros sempre como vítimas inocentes. Nesse sentido, é bastante elucidativo a seguinte passagem:

Existe um esquema tão repetido para contar a história de alguns países que basta misturar chavões, mudar datas, nomes de nações colonizadas, potências opressoras e pronto. Você já pode passar em qualquer prova de história na escola e, na mesa do bar, dar uma de especialista em todas as nações da América do Sul, da África e da Ásia. As pessoas certamente concordarão com suas opiniões, os professores vão adorar as respostas. (NARLOCH, 2019, p.10)

Para essa cruzada empreendida pelo autor contra uma suposta historiografia “politicamente correta”, é pertinente ressaltarmos como Narloch utiliza de um *revisionismo*

*histórico* para construir seus argumentos. Neste momento, se faz necessário uma maior definição quanto ao nosso entendimento do termo, até mesmo para evitarmos quaisquer maiores confusões com a corrente historiográfica *revisionista* da Guerra do Paraguai, da qual já tratamos com maiores detalhes no capítulo anterior desta monografia.

O historiador italiano Enzo Traverso<sup>87</sup> define o termo revisionismo como “una palabra camaleón” (TRAVERSO, 2004, p.69). O que o autor objetiva com essa colocação é ressaltar como o termo pode adquirir diferentes significados, dependendo do contexto em que está inserido. Um contexto específico elencado por Traverso se refere ao meio marxista, no qual, de maneira bastante simplista, podemos dizer que o termo é utilizado para caracterizar pensadores que defendem uma necessidade de revisão das teorias de Karl Marx frente a conjunturas específicas do presente. Conforme destacado pelo autor, em um outro sentido, esse mais amplo, revisionismo também pode ser utilizado para se referir a um elemento do trabalho historiográfico. Refletindo sobre como não é equivocado, apesar de reducionista, definir a História como um exercício de reconstrução do passado do qual as fontes utilizadas são essenciais para tal processo, escreve o autor:

[...] si mantenemos, entonces, esta definición de la historia, se desprende de ella que ciertas «revisiones» se inscriben en su camino de manera natural. El descubrimiento de nuevas fuentes, la exploración de archivos, el enriquecimiento de testimonios, pueden alumbrar con una luz inédita acontecimientos que se creían perfectamente conocidos o de los que teníamos un conocimiento falaz. (TRAVERSO, 2004, p.71)

Não se limitando ao descobrimento de novas fontes, Traverso também reflete sobre como novas questões, elaboradas a partir de elementos pertinentes especificamente em nosso tempo, também colaboram para novas interpretações do passado:

Si nuestra visión de la Revolución francesa o de la Revolución rusa ya no es la misma que la de hace 50 años o un siglo atrás, es evidente que que esto no se debe sólo al descubrimiento de fuentes inéditas sino a una puesta en perspectiva histórica nueva, propia de nuestra época. (TRAVERSO, 2004, p.72)

É a partir desse último sentido citado que podemos entender porque certa corrente historiográfica sobre a Guerra do Paraguai foi alcunhada de revisionista (corrente que já discutimos neste trabalho na seção 1.2). Pois, a partir de novas fontes e novas questões, autores buscaram confrontar uma visão hegemônica sobre o conflito existente até então (ao menos no Brasil). É nesse sentido também que alguns autores utilizam o termo “neorrevisionismo” para se referirem ao conjunto de obras que posteriormente trouxeram ainda novas interpretações

---

<sup>87</sup> TRAVERSO, Enzo. Revisión y revisionismo. **Pasajes**: Revista de pensamiento contemporáneo, Valência, n. 14, p. 69-76, 2004.

sobre a Guerra do Paraguai. Porém, não é esse o significado que utilizamos quando buscamos refletir sobre as ferramentas utilizadas por Narloch.

Ainda refletindo sobre os diferentes significados alcançados pelo termo revisionismo, Traverso aponta para uma apropriação da palavra articulada por intelectuais que visavam reabilitar a imagem do nazismo na Alemanha. Segue a reflexão do autor, que se refere a tais intelectuais como negacionistas, isso porque, dentre as teses defendidas por esses, estava a completa negação da existência das câmaras de gás utilizadas para o extermínio judeu:

Los negacionistas intentaron presentarse como los portavoces de una escuela histórica «revisionista» opuesta a otra escuela que califican como «exterminacionista» y que incluye, desde luego, al conjunto de los estudios históricos dignos de este nombre, confundiendo todas las corrientes consagradas al judeocidio. (TRAVERSO, 2004, p.69)

Dos motivos para a apropriação do termo, Traverso reflete sobre como tal ação possibilitou que, ao serem confrontados, os negacionistas pudessem argumentar que a prática de revisão é inerente à prática historiográfica e que, assim, todo historiador é um revisionista. Porém, ao analisar os argumentos apresentados para a revisão do nazismo, Traverso destaca como não existe uma análise de novas fontes, mas sim uma manipulação das mesmas objetivando uma distorção do passado que privilegie a concepção apologética do regime. Especificamente, o autor analisa como exemplo as construções de Andreas Hillgruber e Ernst Nolte. De maneira resumida, tais autores defendem que é necessário reconhecer os esforços dos soldados alemães que se sacrificaram tentando impedir o avanço bolchevique; e que os crimes cometidos pelo regime nazista ocorriam em decorrência de tal ameaça. Ênfase de que, no entendimento dos autores, os judeus são responsáveis pela construção do bolchevismo. Sobre isso, comenta Traverso:

Pero el problema fundamental no está ligado a la manipulación de las fuentes. Es evidente que la historización del nazismo propuesta por Hillgmer y Nolte desemboca en una relectura del pasado en la que Alemania ya no ocupa la posición del opresor, sino la de la víctima y sus víctimas reales, en principio los judíos, son considerados, en el mejor de los casos, como «daños colaterales» y, en el peor, como la fuente del mal en tanto responsables de la revolución bolchevique. (TRAVERSO, 2004, p. 72)

Não é, de forma alguma, nosso objetivo comparar, ou mesmo aproximar, Leandro Narloch com os revisionistas do nazismo. O que buscamos é apenas refletir sobre como o jornalista brasileiro apresenta um tratamento de fontes e uma análise argumentativa que se assemelha à prática revisionista descrita por Traverso. Nesse sentido, refletindo sobre a proposta de Narloch e os métodos adotados para a escrita do *Guia*, comenta Offerri:

Ao contrário da produção majoritariamente submetida à metodologia científica e a parâmetros minimamente aceitos na academia – de alcance restrito –, a impressão de verdade que o GPIHB [Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil] e outras publicações ou plataformas revisionistas dedicadas ao passado sugerem, “mesmo que diagnosticados como representações fantasiosas ou ideológicas em determinados casos, afetam a maneira como vemos o passado” (OGASSAWARA e BORGES, 2019, p. 39) e acomoda racistas, liberais, conservadores e reacionários, no conforto de um passado idílico, inventado para aliviar suas consciências e livra-las da responsabilidade histórica atribuída à ideologia em que se fiam, pela historiografia progressista.

Mais do que isso, essa indução de sentidos sobre o passado, renova, a cada edição, a culpa atribuída aos comunistas, às minorias sociais, aos indígenas e negros, por todas as mazelas que incidem sobre a identidade nacional, sobre a economia, sobre a educação, sobre as crises, num repertório sem fim de alvos a serem explorados para o deboche da história. (OFFERNI, 2020, p. 146)

No objetivo de acentuarmos tal viés metodológico presente na obra, convém também ressaltarmos que, durante a produção da série documental derivada do livro de Narloch, a qual já mencionamos na seção anterior, foram realizadas entrevistas com intelectuais e historiadores tais como Lira Neto, Isabel Lustosa, Lilia Schwarcz, Laurentino Gomes e Mary del Priore. Porém, conforme ressalta Offerni<sup>88</sup>, tais entrevistas foram realizadas sem que os citados intelectuais soubessem qual seria sua utilização. Uma vez revelada a vinculação com a obra de Narloch, os entrevistados citados manifestaram indignação e conseguiram que suas falas fossem retiradas da série. Sobre esse caso, Lira Neto teceu as seguintes críticas publicadas em coluna na Folha de São Paulo, em 2017<sup>89</sup>:

Considero tais livros um desserviço ao público jovem, alvo prioritário deles. São simplórios na argumentação, falaciosos na utilização das fontes, pródigos em promover estereótipos e sedimentar preconceitos contra minorias historicamente marginalizadas (NETO, 2017)

Para ilustrar rapidamente algumas das revisões realizadas por Narloch, podemos citar algumas passagens de seu livro. No capítulo *Índios*, remetendo ao período antecessor à colonização, o autor ressalta como era uma prática utilizada por tribos localizadas na Mata Atlântica a caça a partir do fogo. Resumidamente, a estratégia consistia em incendiar a mata e esperar que animais menores saíssem de suas tocas. A partir dessa colocação, sem refletir profundamente na diversidade de povos e culturas indígenas no Brasil, Narloch chega até a conclusão de que “os portugueses ensinaram os índios a preservar a floresta” (NARLOCH, 2019, p. 36). No capítulo *Comunistas*, a partir de afirmações simplistas e descontextualizadas

<sup>88</sup> OFFERNI, Rodrigo Leonardo. **Escola sem Partido: origem e modus operandi de um movimento liberal-conservador e desdobramentos para os conteúdos de Sociologia e História**. 2020. 199f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020, p.145.

<sup>89</sup> NETO, Lira. **Produtora e History armaram truques para criar série sobre história do país**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/lira-neto/2017/10/1930995-produtora-e-history-armaram-truques-para-criar-serie-sobre-historia-do-pais.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2023.

sobre alguns regimes socialistas, Narloch empreende um exercício de imaginar como seria uma experiência desse modelo no Brasil:

Tendo como base todas as experiências comunistas, é razoável pensar que a Amazônia seria uma enorme prisão onde aliados incômodos e inimigos do regime fariam trabalho forçado, como o gulag soviético. Estudantes arrastariam seus professores para fora da sala de aula e os linchariam, por acharem que eles representavam a velha cultura, como aconteceu durante a Revolução Cultural da China. Em episódios semelhantes às mortes nas praias cubanas, cidadãos seriam executados depois de flagrados tentando fugir para o Paraguai. Na pior das hipóteses, 21% da população seria exterminada, como fez o Khmer Vermelho no Camboja. (NARLOCH, 2019, p. 245)

Refletindo sobre essa construção de Narloch, Offerni busca enfatizar como o discurso do jornalista busca legitimar o regime ditatorial brasileiro, o qual apresentava a ameaça comunista como uma das justificativas para sua necessidade:

Esse deslocamento comparativo, do olhar sobre uma hipótese cataclísmica testa a “aceitabilidade de uma abstração” (HABERMAS, 1989, p.16), daquilo que “podemos imaginar” (NARLOCH, 2011, p. 324) a partir da experiência cambojana. Ou seja, o leitor do GPIHB é convidado comparar uma história que não aconteceu – a vitória dos guerrilheiros e a instalação de um regime ditatorial comunista de inspiração asiática – com a versão formulada por Narloch (2011) da ditadura empresarial-militar de 1964, que reduz os crimes do “regime” a um experimento “não democrático que [matou] menos” (NARLOCH, 2011, p. 324 e 325) do que o comunismo cambojano. (OFFERNI, 2020, p 174-175)

Desta forma, também se torna importante ressaltarmos como Narloch acentua que sua obra não se pretende “um falso estudo acadêmico”. De modo muito mais descompromissado, o autor considera seu livro como “uma pequena coletânea de pesquisas históricas sérias, irritantes e desagradáveis, escolhidas com o objetivo de enfurecer um bom número de cidadãos” (NARLOCH, 2019, p.13). Porém, como bem destaca Offerni em enxerto anteriormente citado, suas construções afetam a memória pública, implicando que consideremos seu livro com a devida seriedade, ainda mais quando levamos em conta seu já destacado imenso sucesso comercial. Assim, na próxima seção, pretendemos analisar mais detalhadamente o contexto político e social brasileiro no qual a obra de Narloch se insere para, posteriormente, analisarmos suas construções sobre a Guerra do Paraguai.

### **2.3 – Contexto social e político da obra.**

Como já ressaltado, é característica central do *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* as críticas dirigidas aos professores e ao sistema educacional brasileiro. Portanto, para a análise do contexto político e social em que a obra se insere, procuraremos conduzir nossa discussão centrados nas transformações educacionais que estavam em curso no país. Assim, destacamos como a obra foi lançada primeiramente em 2009, ou seja, em meados do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

O governo Lula, descrito por Rodrigo Leonardo Offerni como “reformista de centro-esquerda” (OFFERNI, 2020, p. 60) foi marcado por uma política conciliatória, que buscou firmar acordos com setores tradicionais das elites brasileiras e também articular uma política que visava a diminuição da desigualdade social através de reformas estruturais. Sobre isso, Offerni reflete da seguinte maneira:

A política de alianças articulada por Luís Inácio Lula da Silva acomodou interesses de diferentes setores da burguesia nacional, setores poderosos da elite latifundiária tradicional, ao mesmo tempo em que converteu militantes e quadros da esquerda em agentes institucionais, mais ou menos reféns das circunstâncias e das prioridades das elites, em detrimento das reivindicações mais graves dos movimentos sociais populares subalternos de onde se originaram. (OFFERNI, 2020, p. 61)

A política de conciliação e os avanços sociais promovidos são alguns dos fatores que possibilitaram que o governo Lula gozasse de relativa estabilidade política. Tal estabilidade é evidenciada, por exemplo, por pesquisas, tais como a realizada pelo Ibope em 2010 e divulgada pelo portal de notícias G1, que apontavam para um índice de aprovação entre a população geral de 87%<sup>90</sup>. Tal conjuntura também foi determinante para a posterior eleição de Dilma Rousseff também pelo Partido dos Trabalhadores.

Sobre as transformações no campo da educação empreendidas pelo governo petista, devemos destacar como é resultante desse período a concretização de importantes programas, tais como o de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007; o Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2004; e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), também de 2007. Devemos ressaltar também a expansão de outros programas, tais como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Foi durante o governo Lula também, mais especificamente em 2008, que os professores conquistaram o estabelecimento de um piso salarial e, no mesmo ano, também passou a ser obrigatório a inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia nos currículos do Ensino Médio. Também é durante esse período que se intensificam os debates sobre a necessidade de cotas raciais nas universidades públicas, o que passaria a ser lei no ano de 2012.

Sobre esses avanços conquistados, devemos ressaltar alguns pontos. Primeiro, que não é nosso objetivo apontar tais conquistas como consequências exclusivas da política adotada por

---

<sup>90</sup> G1. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 11 maio 2023.

Lula e pelo Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, devemos salientar o importante papel desempenhado por movimentos sociais, sindicatos, profissionais de ensino e demais setores que colocaram tais pautas em discussão e garantiram direitos e novas políticas visando uma educação de maior qualidade. Segundo, que muitos dos programas consolidados ou ampliados não se distanciam da linha geral conciliatória e reformista adotada pelo governo petista. Nesse sentido, ressaltando a orientação neoliberal de alguns dos citados programas, discute Offerni:

A ‘Era Lula’ (2003 – 2010), apesar dos avanços significativos que promoveu para a educação, não rompeu com grande parte das práticas neoliberais precedentes e, ao mesmo tempo em que aprofundou algumas delas, criou novas tendências privatistas para a educação. Neste contexto, bem como no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), a iniciativa privada foi agraciada com vultuosos “fundos públicos” (FRIGOTTO, 2000): as editoras foram contempladas com receitas milionárias destinadas ao PNL (MEUCCI, 2014, p. 210); o FIES garantiu uma fatia excepcional do ‘mercado’ da educação para o setor financeiro e instituições privadas de ensino superior, o PROUNI (Programa Universidade para todos) transferiu vultuosos capitais às Faculdades Privadas e aos grandes conglomerados e institutos liberais que, aproveitando-se destes fundos, expandiram consideravelmente seus polos de Ensino a Distância (EAD). (OFFERNI, 2020, p. 45)

De qualquer forma, feita as devidas ressalvas, é inegável que o período representou um grande avanço para a democratização do ensino, tanto no âmbito superior (com os incentivos para as universidades públicas e privadas) quanto no ensino básico (por exemplo, com a expansão do PNL). Porém, em análise, parece seguro afirmar que as principais transformações se centraram no Ensino Superior. Assim, não podemos deixar de refletir sobre como tais políticas foram lidas por setores da oposição. Nesse sentido, reflete Offerni:

O crescimento da oferta e de oportunidades de acesso ao Ensino Superior, da conquista representada pelas cotas sociais e raciais, embora não tenha resolvido as lacunas do ensino na Educação Básica, conseguiu ampliar a representação de camadas outrora excluídas do cenário acadêmico no âmbito universitário. Essa mudança da paisagem universitária brasileira incomodou sobremaneira aqueles que acreditam ser o ensino superior um privilégio reservado à elite intelectual do país, em especial setores liberais e conservadores. (OFFERNI, 2020, p. 69)

É a partir dessa luz que podemos melhor analisar a criação e posterior popularização de movimentos reacionários tais como o do Escola sem Partido. Sob a pretensão de combater uma suposta doutrinação ideológica nas escolas do país, o Escola sem Partido foi fundado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib. Para melhor difundir suas ideias, Nagib estruturou um *website*<sup>91</sup>, no qual, para além de expor suas propostas, também é disponibilizado um espaço para que outras pessoas possam realizar denúncias e expor professores doutrinadores. Conforme consta na ainda existente plataforma, Nagib não mais administra o *website* desde agosto de 2020.

---

<sup>91</sup> MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola Sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

Porém, sob outra administração, tanto a plataforma digital quanto o movimento continuam ativos.

Sobre os motivos que levaram Nagib a fundar o movimento em 2004, em entrevista concedida ao *Diário de Mogi*<sup>92</sup>, o advogado ressalta como na escola em que uma de suas filhas estudava, durante uma aula de História, um professor havia realizado comparações entre o revolucionário comunista Che Guevara e São Francisco de Assis. Seguindo o relato de Nagib, tal comparação o havia motivado a protestar contra o professor e a escola, uma vez que, em seu entendimento, a comparação se configura como uma clara imposição de um viés ideológico (no caso de esquerda). Porém, para sua surpresa, seu ato gerou descontentamento tanto para direção da escola, como também para outros alunos do citado professor, o que, seguindo a lógica do advogado, seria uma evidência factual da existência de um ensino doutrinário. Offerni classifica tal história como um “mito fundador” (OFFERNI, 2020, 59).

De qualquer forma, surgia um movimento que tem por objetivo uma reformulação da educação no país. É importante ressaltarmos como, apesar de surgir em 2004, o movimento Escola sem Partido viria a ganhar notória força nos anos sucessores à 2010 (consequentemente após as principais transformações educacionais durante o governo Lula), principalmente com a onda de protestos que tomaria o país em 2013, um marco da crise que o governo de Dilma Rousseff viria a enfrentar. Após conquistar espaço nos debates conservadores, um indício da relevância que o movimento alcançaria, seria sua adaptação para um projeto de lei proposto inicialmente em 2014 pelo deputado Flávio Bolsonaro. O Projeto passaria por revisões e atualizações e, conforme elencado no *website* oficial do movimento, se desdobraria em três anteprojetos previstos para as esferas municipal, estadual e federal; além de dois decretos, um estadual e outro municipal<sup>93</sup>.

Para evidenciar a existência de uma doutrinação ideológica nas escolas, o movimento utiliza de alguns argumentos estruturantes. Conforme ressalta Offerni, é comum a utilização de uma pesquisa realizada em 2008 pelo instituto Sensus. Segundo tal pesquisa, publicada na revista *Veja*, cerca de 78% dos professores adotam em suas aulas um discurso “politicamente engajado”<sup>94</sup>. A pesquisa não distingue o viés ideológico de tal engajamento, ademais, o Escola

---

<sup>92</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Entrevista concedida pelo coordenador do ESP ao Diário de Mogi. **Blog Escola Sem Partido**, 2016. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/entrevista-concedida-pelo-coordenador-do-esp-ao-diario-de-mogi/>. Acesso em: 11 maio 2023.

<sup>93</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Anteprojeto de Lei intitulado "Programa Escola sem Partido". Escola Sem Partido, [s.d.]. Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto/>. Acesso em: 11 maio 2023.

<sup>94</sup> AMOROZO, Guilherme. País aprovam as escolas ruins. **Veja**, São Paulo, 16 ago. 2008. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pais-aprovam-as-escolas-ruins>. Acesso em: 11 maio 2023.

sem Partido se propõe neutro, defendendo um ensino isento de qualquer forma de doutrinação. Nesse sentido, lemos no *website* oficial do movimento que esse não possui “qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2004.). Portanto, a simplicidade dos dados apresentados pela pesquisa não é entendida pelo movimento como um impedimento para seu uso, uma vez que a ênfase destacada é a existência de um discurso politicamente engajado, independente do viés ideológico, pela maioria dos professores brasileiros. Somado a essa leitura, os acusadores de um ensino doutrinário também constroem uma narrativa de que a preocupação dos professores em engajar politicamente seus alunos os impedem de focar no real conteúdo de suas aulas, negligência essa que reflete no resultado das escolas em avaliações externas de desempenho.

Sobre essas primeiras colocações, Offerni levanta pontos bastante pertinentes. Primeiramente, sobre a pesquisa realizada pelo Instituto Sensus, o autor ressalta:

Quanto à pesquisa que embasa a acusação ao professorado “engajado”, convém elencar algumas de suas lacunas. O primeiro problema dos resultados dessa pesquisa [...] é que eles são expostos no site “[escolasempartido.org](http://escolasempartido.org)” de modo segmentado, através de um infográfico publicado pela revista *Veja*, mas sem a íntegra da matéria em que a pesquisa foi utilizada, sem informações claras e detalhadas sobre a metodologia, o público-alvo, as questões, as opções de respostas e o tipo de amostragem utilizados pelo instituto. (OFFERNI, 2020, p. 111)

Sobre o desempenho negativo das escolas em avaliações externas e sua suposta relação com um ensino doutrinário, o autor pontua:

Primeiramente, a principal obrigação do professor passa longe de ser “dar conta” de treinar os estudantes para avaliações externas de desempenho que sequer retornam devolutivas. A primazia dada aos resultados das escolas em avaliações externas de desempenho, além de prestar-se como artefato argumentativo para atacar professores, é sintomática da ideologia liberal do EsP [Escola sem Partido], que, ao priorizar os resultados em testes para aferição de “competências e habilidades”, em vez da avaliação das capacidades cognitivas, do grau de autonomia, da capacidade crítica e criativa desenvolvidas em diferentes instituições, lança a comunidade escolar em uma corrida meritocrática injusta e desleal, tal como ocorre no “livre mercado” com seus monopólios, oligopólios e conglomerados contra os quais não existe a possibilidade de concorrência justa. (OFFERNI, 2020, p. 48)

Sobre a pretensa neutralidade do Escola sem Partido, Offerni busca ressaltar como um dos principais argumentos utilizados é a ênfase de que o movimento visa apenas o cumprimento de leis já estabelecidas. Nesse sentido, lemos no *website* oficial que o movimento luta “pelo respeito à Constituição Federal dentro das escolas e universidades” e “também pelo respeito ao direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, nos termos do artigo 12, IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2004). Offerni também ressalta como a carreira de Nagib, fundador do Escola sem Partido, sempre esteve atrelada a cargos jurídicos de poder (Nagib foi procurador do Estado de São Paulo e assessor

do STF). Dessa forma, reflete o autor sobre como esses fatores são utilizados para alegar uma neutralidade ideológica do movimento:

[...] a carreira [de Nagib] ligada ao campo do Direito ajudou a reforçar a pretensa “neutralidade” e ausência de “ideologia” do movimento que coordena. Tradicionalmente, juristas e magistrados investem-se de uma neutralidade idealizada, tomada pelo senso comum como verdadeira e imprescindível à atuação na resolução de dissídios e julgamentos. O que poucos percebem é que “as formas jurídicas [...] servem à manutenção das estruturas de poder” (CASARA, 2018, p. 73). Desse modo, os discursos e as práticas do EsP, amparados em uma suposta “aplicação neutra do direito” (CASARA, 2018, p. 74), tentam reproduzir uma lógica de “neutralidade” conservadora para a sala de aula. (OFFERNI, 2020, p. 94)

Para melhor ressaltar a orientação ideológica do Escola sem Partido, convém discutir sobre algumas frentes de combate a uma suposta doutrinação escolar em que o movimento atuou: Em 2017 o movimento se posicionou contrário ao critério adotado pelo Ministério da Educação em anular a nota do candidato que ferisse a Declaração Universal dos Direitos Humanos durante a construção da redação necessária para a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A argumentação apresentada defendia que tal conduta é contraditória uma vez que “desrespeita os direitos humanos dos candidatos, já que o direito à livre manifestação do pensamento está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como na Constituição Federal”<sup>95</sup>. Em 2016, também tendo a redação do ENEM como objeto de discussão, o movimento julgou abusivo que alunos fossem “obrigados a expressar determinada opinião para poder entrar numa universidade”<sup>96</sup>, afinal, “é de supor-se que muitos candidatos tenham ficado temerosos de expressar seu pensamento”<sup>97</sup>, no caso, o tema selecionado havia sido violência contra mulheres. Também é uma das premissas básicas defendidas pelo movimento a obrigação do professor de respeitar “o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”<sup>98</sup>. Nessa lógica, mesmo professores de disciplinas fora das humanidades teriam que adequar seus conteúdos. Por exemplo, conforme destaca Offerni, ao tratar da Teoria da Evolução, um professor de biologia deveria ser obrigado a alinhar seus conceitos com as crenças dos alunos

<sup>95</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Modelo de petição inicial contra o cabresto politicamente correto do Enem. **Blog Escola Sem Partido**, 2017. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/modelo-de-peticao-inicial-contr-o-cabresto-politicamente-correto-do-enem/>. Acesso em: 11 maio 2023.

<sup>96</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Ministério Público engaveta representação criminal contra presidente do Inep. **Blog Escola Sem Partido**, 2016. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/ministerio-publico-engaveta-representacao-criminal-contr-a-presidente-do-inep/>. Acesso em: 11 maio 2023.

<sup>97</sup> Citação extraída da representação criminal apresentada pela Associação Escola sem Partido disponibilizada na página oficial do movimento: <http://escolasempartido.org/blog/ministerio-publico-engaveta-representacao-criminal-contr-a-presidente-do-inep/>. Acesso em: 11 maio 2023.

<sup>98</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa Escola Sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 11 maio 2023.

(ou dos pais dos alunos) que eventualmente estariam contrariadas pelos saberes científicos referentes a esse campo.

Portanto, em análise, parece evidente que o movimento não atua objetivando um ensino neutro, mas sim em prol de um modelo educacional alinhado com sua postura ideológica. Ou seja, um ensino tecnicista que forme cidadãos visando o mercado de trabalho liberal e a manutenção do status quo social e econômico. É sob essa luz que podemos compreender os esforços do movimento para combater o incentivo ao pensamento crítico, evidenciado, por exemplo, na postura adotada quanto à escolha de temas como violência contra as mulheres em provas como as do ENEM; ou em premissas como a de que o ensino deve se adaptar às crenças individuais dos pais dos alunos. Premissa essa que evidencia um entendimento de que tais alunos, primeiramente, não possuem capacidade individual para construírem suas próprias conclusões sobre os temas abordados e, segundo, que esses devem permanecer “submissos (como propriedades) aos pais na infância” (OFFERNI, 2020, p. 79).

Também é necessário ressaltarmos como os modos de atuação do Escola sem Partido se caracterizam por um viés autoritário de intimidação aos professores. No *website* oficial, consta a seguinte orientação:

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la). (ESCOLA SEM PARTIDO, 2004)

No objetivo de apresentar provas contra um ensino doutrinário, o movimento incentiva que alunos adotem medidas como a de gravar aulas e expor seus professores. Somado a isso, o movimento também disponibiliza, através de sua plataforma digital, diferentes modelos de notificações extrajudiciais a serem utilizadas por pais e responsáveis no objetivo de “inibir a prática covarde da doutrinação”<sup>99</sup>. Assim reflete Offerni sobre tais notificações:

Normalmente direcionada ao professor em seu endereço profissional, a notificação extrajudicial visa desde sua entrega à instituição, o constrangimento do educador perante pares e funcionários que possam intermediar o comunicado. A notificação é extrajudicial, justamente por não ter origem em ordem emitida por juízes, e servir como uma espécie de advertência prévia àquele que a recebe, mas o

---

<sup>99</sup> ESCOLA SEM PARTIDO. Notificação extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas. **Blog Escola Sem Partido**, 2016. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contra-a-doutracao-nas-escolas/>. Acesso em: 11 maio 2023.

discernimento da comunidade escolar dependera da resposta ao artefato. (OFFERNI, 2020, p. 110)

Portanto, em conclusão, não podemos deixar de apontar como o Escola sem Partido é um movimento que, por mais que se pretenda neutro, atua para a construção de um ensino tecnicista que apresente conteúdos e métodos que estejam completamente alinhados com seu viés ideológico liberal e conservador. Para isso, o Escola sem Partido não se constringe em utilizar meios autoritários de intimidação contra professores e profissionais entendidos como “doutrinadores”. Em análise, fica evidente como a acusação de doutrinação se dirige às discussões promovidas em sala de aula sobre assuntos como sexualidade, direitos humanos, ou mesmo evolução das espécies. Conteúdos científicos e de suma importância para a atual conjuntura de nosso mundo contemporâneo, porém, entendidos pelo movimento como uma imposição ideológica.

Desta forma, lançado em 2009, o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de Leandro Narloch, está inserido de um período de grandes transformações educacionais alcançadas durante o governo Lula e a construção de movimentos reacionários tais quais o Escola sem Partido. Como já ressaltado, o citado movimento foi inaugurado em 2004, mas somente passou a ser tema de maior relevância nos debates políticos do país nos anos sucessores à 2010. Não é nosso objetivo apontar o lançamento do *Guia* como fator determinante para o alcance que o movimento atingiu. Porém, em nosso entendimento, o *Guia* se constituiu sim como uma das principais armas e referência intelectual para aqueles que acusam a existência de um ensino doutrinador no país.

Evidências da importância do livro para o movimento não residem somente nas construções de Narloch que convergem para a existência de um ensino doutrinário ou no já destacado imenso sucesso comercial da obra. Offerni destaca como o *Guia* se encontrava na “Biblioteca Politicamente Incorreta”, uma aba de recomendações de leitura disponibilizada na plataforma digital do movimento Escola sem Partido. Importante ressalva que devemos realizar, é que não conseguimos localizar tal biblioteca, possivelmente, em decorrência de mudanças no *website*, ressaltamos que o trabalho de Offerni é de 2020. Porém, em artigos ainda disponíveis na plataforma, encontramos diversos textos que recomendam ou citam a obra.

Podemos citar como exemplo o artigo *Doutrinação: o que já era ruim ficou pior*, do autor Luís Lopes Diniz Filho<sup>100</sup>. Nesse artigo, Filho discute sobre sua experiência escolar,

---

<sup>100</sup> FILHO, Luís Lopes Diniz. **Doutrinação: o que já era ruim ficou pior**. 2012. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/doutrinacao-o-que-ja-era-ruim-ficou-pior/>. Acesso em: 11 maio 2023.

destacando como foi doutrinado por professores que lhe ensinaram sobre o surgimento do capitalismo unicamente a partir da teoria marxista. Ao analisar livros didáticos mais recentes, o autor discute que “até a doutrinação foi ficando pior, já que mais simplificadora do que sempre fora” (FILHO, 2012). Seu argumento reside na análise de que os livros didáticos mais recentes não explanam com maiores detalhes como se estrutura a teoria marxista, se limitando somente a expor conclusões sumárias. Em determinado momento, ressaltando como as explicações marxistas para o fim da escravidão e o início do capitalismo são ultrapassadas, Filho cita o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* e as considerações nele presentes sobre a “história econômica e dos movimentos abolicionistas na Inglaterra” (FILHO, 2012) como grande referência bibliográfica.

Não pretendemos aqui analisar tal passagem do *Guia* nem mesmo os argumentos apresentados por Filho em seu artigo. Procuramos somente enfatizar como uma obra não acadêmica, que aborda uma ampla variedade de assuntos, caracterizada por seu teor revisionista, é citada no texto como uma referência bibliográfica séria sobre uma temática tão complexa. Dessa forma, devemos ressaltar novamente como, apesar de não ser “organicamente vinculado” (OFFERNI, 2020, p. 150) ao movimento Escola sem Partido, Leandro Narloch é uma das principais vozes que acusam a existência de um ensino doutrinário hegemonicamente de esquerda nas escolas brasileiras e seu livro, o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, uma das principais armas intelectuais utilizadas para esse propósito.

### **Capítulo 3 – A Guerra do Paraguai, segundo o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*.**

Nesta seção, buscaremos analisar como Leandro Narloch busca construir sua narrativa sobre a Guerra do Paraguai. Nossa análise se dividirá em três momentos. Primeiramente, procuraremos discutir como Narloch realiza um balanço historiográfico sobre o tema. Será ressaltado como o autor apresenta autores como Leon Pomer e J. J. Chiavenato através de espantalhos, reduzindo os argumentos e associando as proposições de tais autores a um suposto ensino doutrinário nas escolas. Também discutiremos como Narloch apresenta alguns argumentos de Francisco Doratioto de forma simplória e distorcida, ocultando a tese central do autor e tentando criar uma oposição entre uma “historiografia politicamente correta” e uma “nova leva” de pesquisadores. Em um segundo momento, também discutiremos de forma mais detalhada como o autor utiliza da historiografia sobre a guerra para atacar os professores e a educação brasileira. Ressaltaremos como o autor estrutura seu texto a partir da formulação debochada de um questionário escolar e como é comum a tônica agressiva e degradante para tratar dos profissionais de ensino. Por fim, discutiremos também a narrativa apresentada pelo autor sobre a Guerra do Paraguai de fato. Em nossa análise, utilizaremos do termo revisionismo histórico (TRAVERSO, 2004) para salientar como é basilar nas considerações de Narloch a distorção e omissão de informações e debates essenciais para a honesta discussão do tema.

#### **3.1 – O balanço historiográfico sobre a Guerra do Paraguai realizado por Narloch.**

Ao iniciar o capítulo referente à Guerra do Paraguai, presente no livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, o autor Leandro Narloch se preocupa em, primeiramente, realizar um exercício de comparação entre “qualquer pessoa com um conhecimento médio de história, que tenha estudado um curso de humanas na faculdade, e até mesmo [...] professores pouco preparados” (NARLOCH, 2019, p. 127) e o funcionamento de brinquedos, tais como bonecas programadas para repetir frases prontas quando certo dispositivo é acionado. A lógica de tal comparação reside no entendimento do autor de que existe um forte senso comum sobre as circunstâncias e acontecimentos da Guerra do Paraguai que são repetidos sem maiores reflexões, mesmo por profissionais da História. Assim coloca o autor:

O efeito é imediato. Quando essas palavras [Guerra do Paraguai] atravessam o ar, penetram no tímpano e atingem o lobo temporal, o brasileiro comum passa a repetir, automaticamente e sem controle, que “o Brasil matou 95% da população masculina do Paraguai”, “só sobraram mulheres e crianças” e “a Inglaterra, devido a seus próprios interesses, levou o Brasil à guerra, temendo que o Paraguai, uma potência em crescimento, desafiasse seu imperialismo”. Pode reparar. São sempre as mesmas frases, as mesmas palavras. (NARLOCH, 2019, p. 127)

Primeiramente, não podemos deixar de ressaltar como a comparação realizada por Narloch evidencia uma das principais características de seu livro: uma abordagem degradante em relação às universidades, especificamente aos cursos de humanas, e aos professores brasileiros. Ademais, a passagem destacada também é reveladora quanto às construções do autor sobre a Guerra do Paraguai. As frases elencadas, elaboradas com proposital sensacionalismo e simplificação dos argumentos, consistem em clara referência à corrente historiográfica que se propõe a entender o conflito a partir da lógica capitalista que existia na região do Prata, corrente essa que, no Brasil, possui o autor J. J. Chiavenato como principal expoente. Tanto a corrente como o autor citado já foram discutidos nesta monografia (seção 1.2), mas, visando facilitar nossa análise, ressaltamos novamente como Chiavenato utiliza de argumentos reducionistas e como, apesar das deficiências, sua obra ganhou grande popularidade, influenciando mesmo a construção de manuais didáticos<sup>101</sup>. Assim, em nosso entendimento, é evidente como a narrativa construída por Narloch referente à historiografia da guerra, busca se encontrar com os argumentos do autor que apontam para a existência de um ensino doutrinário nas escolas.

Dessa forma, Narloch aponta a obra *Guerra do Paraguai: Grande Negócio*, do historiador argentino Leon Pomer, como “o primeiro livro a implantar essas expressões em nossa cabeça” (NARLOCH, 2019, p.127). Em seguida, apresenta a obra *Genocídio Americano*, do já citado J. J. Chiavenato como uma simples “versão brasileira” do livro. Ao analisar as obras, Narloch destaca, através de analogias envolvendo a franquia *Guerra nas Estrelas* (abordagem que deve ser entendida dentro da lógica de que o autor tenta dialogar com seu público majoritariamente jovem), como as obras utilizam de uma abordagem que busca vilanizar a Inglaterra e heroizar o Paraguai.

Sobre essas primeiras colocações do autor, devemos realizar algumas observações. Assumindo que Narloch se refere ao entendimento de que a Inglaterra foi a grande articuladora do conflito, é equivocado atribuir o pioneirismo de tal pensamento à obra de Leon Pomer. Como já destacamos neste trabalho, obras como a do autor argentino Miliciades Peña, mesmo na década de 1950, já criticavam esse entendimento sobre a guerra<sup>102</sup>. Segundo, também não é correto reduzir a obra de Chiavenato como simples “versão brasileira” do livro de Pomer.

---

<sup>101</sup> Ver: QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenato**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010, p. 181 – 206.

<sup>102</sup> Ver: Alexandre Borella. **A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010, p. 136.

Enquanto Pomer se preocupava mais em apontar como o país europeu enriqueceu com o conflito, Chiavenato era bem mais enfático em colocar a Inglaterra como grande protagonista oculta da guerra. Destaca-se também como Narloch não menciona que Chiavenato não era historiador, mas sim um jornalista, ou seja, um colega de profissão. Porém, mais importante, é salientar como Narloch reduz toda a historiografia crítica à atuação da Tríplice Aliança à essas duas obras.

Também convém ressaltar como Narloch utiliza de espantalhos para apresentar os argumentos defendidos nas obras mencionadas. Após salientar que é característico de tais livros apresentar o Paraguai como uma nação desenvolvida no momento de pré-guerra, o autor realiza a seguinte reflexão:

Com base nessas duas obras [Guerra do Paraguai: Grande Negócio e Genocídio Americano], não seria difícil imaginar as cidades paraguaias com calçadas largas, fontes e bulevares, fábricas, cafés e bons jornais, tudo destruído pelos brasileiros entre 1864 e 1870. (NARLOCH, 2019, 128)

Como já discutimos neste trabalho, as obras mencionadas buscavam salientar como o Paraguai se desenvolvia autonomamente, sem a dependência do capital estrangeiro. Nesse sentido, o desenvolvimento enfatizado era centrado principalmente nas políticas de Francia de perseguir os mais ricos, na posterior industrialização promovida por Carlos Antonio López e em uma suposta erradicação do analfabetismo no país. Assim, a colocação de Narloch parece um evidente exagero e distorção do que realmente era defendido por tais autores. Interessante o suficiente, as premissas de que o desenvolvimento ocorria alheio às dinâmicas capitalistas ou que não existiam analfabetos no Paraguai foram amplamente refutadas pela historiografia mais recente sobre a guerra, principalmente pela obra *Maldita Guerra*, de Francisco Doratioto<sup>103</sup>. Portanto, não seria difícil para Narloch apontar os equívocos cometidos por Pomer e Chiavenato. Mesmo assim, o autor prefere recorrer a um sensacionalismo em apontar, a partir de um exercício imaginativo, como os citados autores construíram uma imagem do país guarani muito mais próxima a um modelo de civilização europeia.

Embora o foco do autor seja salientar as concepções que, posteriormente, foram provadas como errôneas ou reducionistas, é interessante também notar como o autor não pontua que tais obras, em especial a de Chiavenato no Brasil, possibilitaram uma visão alternativa à até então narrativa hegemônica sobre o conflito, escrita majoritariamente por militares brasileiros. Nesse sentido, a única passagem que alude a esse fator é a qual Narloch afirma que

---

<sup>103</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

“os dois livros revisaram a primeira versão do conflito, aquela que louvava os feitos heróicos dos militares” (NARLOCH, 2019, p. 127). A rápida colocação do autor consiste em uma óbvia simplificação do que realmente representa a corrente historiográfica memorialista sobre a Guerra do Paraguai. Como já discutimos neste trabalho, para além de permanecer dominante por longo período de tempo, a historiografia escrita por militares também reforçava uma visão degradante contra o Paraguai e seu povo e promovia uma visão ufanista do conflito que, dentre outros fatores, foi de grande importância para o prestígio conquistado pelo exército brasileiro. A realização de tais ressalvas poderia elucidar os leitores de Narloch quanto à complexidade que envolve a disputa sobre a memória da guerra, algo que não pode ser reduzido a uma simples doutrinação de esquerda.

Narloch também discute sobre o contexto político no qual as duas obras foram lançadas. Sobre *Guerra do Paraguai: Grande Negócio*, o autor é sucinto e afirma somente que a obra foi escrita “em 1968 pelo historiador argentino León Pomer, militante político que se exilou no Brasil” (NARLOCH, 2019, p. 127). O autor oportunamente não menciona que a Argentina vivia um período de ditadura militar e que o exílio do autor ocorreu em decorrência direta do lançamento de seu livro, já que, em sua obra, Pomer apresenta contundentes críticas à atuação dos militares da Aliança, incluso os argentinos. Sobre *Genocídio Americano*, Narloch realiza uma análise um pouco mais extensa. Em sua argumentação, o autor busca ressaltar como Chiavenato se aproveitou do momento político existente no Brasil:

Poucos livros estavam tão alinhados com o espírito da época quanto *Genocídio Americano*. Enquanto a obra esgotava nas livrarias, a ditadura militar desmoronava e a esquerda brasileira crescia [...]. Falar mal de militares era intelectualmente estimulante para os autores e um jeito fácil de ganhar popularidade. Nas escolas, professores de história e geografia ressaltavam verdades à esquerda que criariam a base do senso comum nos anos 2000. (NARLOCH, 2019, p. 128)

É necessário salientarmos que o contexto brasileiro na época de *Genocídio Americano* era muito mais complexo do que o proposto por Narloch. Conforme ressalta Silvânia de Queiroz, a obra foi lançada no início do governo de João Figueiredo, militar que deu continuidade ao processo chamado de abertura política que, em linhas gerais, visava prolongar a ditadura e garantir a manutenção da “ordem econômico-social instituída”<sup>104</sup>. Entre as garantias apresentadas pelos militares estava o fim da censura. Portanto, a obra de Chiavenato não pôde ser retirada de circulação, o que não significa que não tenha sofrido ataques. Além da obra ter sido criticada nos grandes veículos de mídia do país, órgãos oficiais, tais como a

<sup>104</sup> QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenato**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010, p. 209.

Academia Brasileira de Letras e o Conselho Federal de Cultura, também manifestaram descontentamento, classificando o livro como “uma distorção da História” e “indigno de ser lido”<sup>105</sup>. Em dezembro de 1979, o general Floriano Peixoto Keller também se esforçava para “restaurar a verdade histórica”, ao escrever uma carta de descontentamento endereçada ao Arquivo Nacional<sup>106</sup>. Assim, para além de não receber nenhum tipo de incentivo público, a obra também sofreu grande pressão dos militares e sua censura somente não se concretizou pela contradição que significaria em relação às premissas de abertura política. Portanto, a colocação de que “falar mal de militares era intelectualmente estimulante” parece uma simplificação sobre o período, que abstrai a reflexão sobre as dificuldades de criticar os responsáveis por um regime autoritário que ainda vigorava.

Narloch também atribui o sucesso de vendas alcançado pelo livro a um crescimento das esquerdas no país. Porém, o autor deixa de fazer algumas considerações importantes. Primeiramente, que tal crescimento não era espontâneo, mas sim um reflexo direto do enfrentamento a um regime violento e opressor. Mais uma vez, também devemos ressaltar que Narloch não reflete sobre como até então, no Brasil, a historiografia dominante sobre o tema era aquela escrita pelos militares, que realizavam uma leitura bastante ufanista e reducionista da Guerra do Paraguai. Portanto, apresentar uma narrativa tão contrastante com o senso comum brasileiro da época é um fator importante que também não é considerado por Narloch.

Por fim, também não podemos deixar de apontar como a narrativa apresentada por Narloch é construída para convergir ao argumento central de sua obra referente a existência de um ensino doutrinário nas escolas do país. Tal característica é evidente na afirmação do autor de que “professores de história e geografia ressaltavam verdades à esquerda que criariam a base do senso comum nos anos 2000”. O autor não define com maiores detalhes nem apresenta fontes sobre quais “verdades a esquerda” se refere. Mais importante, o autor também não apresenta nenhuma contextualização sobre as transformações educacionais que ocorreram durante os períodos de ditadura e posterior redemocratização. Afinal, é pertinente ressaltarmos como o modelo de ensino adotado durante grande parte da ditadura militar era bastante tecnicista e os conteúdos e métodos selecionados visavam a construção de uma nação nos moldes ideológicos do Estado. Obviamente, a Guerra do Paraguai também era trabalhada nesses termos. A autora Bruna Reis Afonso, ao analisar manuais didáticos do período, acentua como a narrativa sobre o conflito era desenvolvida em conformidade com a historiografia memorialista, exaltando

---

<sup>105</sup> Ibidem, p. 123-134.

<sup>106</sup> Idem.

líderes militares e responsabilizando Solano López pelo conflito<sup>107</sup>. A autora também acentua como a reforma de 1971, que, em linhas gerais, visava a construção de uma educação mais voltada à preparação para o mercado de trabalho, impactou na abordagem da guerra:

Nos manuais brasileiros, o caráter cívico também permeou as narrativas didáticas sobre a guerra. O livro Programa de Admissão, por exemplo, dá grande destaque às biografias dos heróis de guerra. No livro Estudos Sociais para 4º e 5º graus, também há espaço para a biografia de Caxias. Ambos foram publicados antes da reforma de 1971. Assim, observa-se uma mudança no desenvolvimento da narrativa. Após a reforma, o foco passou a estar nos acontecimentos. Os personagens ganharam destaque na medida em que suas ações influenciaram o desenrolar da guerra. É aí que a figura de Duque de Caxias sobressai [...]. Dessa forma, os livros continuaram construindo uma narrativa centrada nos grandes acontecimentos e no grande do herói da guerra. Porém, a exaltação da pátria e a glorificação da guerra foram aspectos que não estavam presentes nas narrativas produzidas pelos livros publicados na década de 1970. Assim, as representações da Guerra do Paraguai foram construídas e atualizadas de acordo com os questionamentos e interesses do presente. Os livros brasileiros publicados na década de 1970 traziam outra perspectiva de nação, procurando exaltar a ideia de desenvolvimento e ordem. (AFONSO, 2017, p. 232 – 233)

Narloch não pontua sobre o impacto de tais abordagens educacionais na formação do senso comum sobre a Guerra do Paraguai. Em sentido contrário, o autor apenas entende como doutrinário as abordagens adotadas durante as décadas posteriores de redemocratização, quando, segundo o autor, “*Genocídio Americano* [...] inspirou dez em cada dez livros didáticos” (NARLOCH, 2019, p. 128). Obviamente, a estatística é inventada e consiste em um evidente exagero quanto ao impacto da obra citada. Porém, não é nosso objetivo contestar a afirmação de que *Genocídio Americano* foi utilizada como principal referência bibliográfica na construção de numerosos manuais. Ressaltamos apenas como Narloch utiliza desse fato para elucidar uma suposta hegemonia “politicamente correta” nas escolas, porém, assim o faz sem discutir as transformações educacionais que ocorreram no Brasil durante e após o período ditatorial, ou como o discurso ufanista militar dominou as narrativas sobre a Guerra do Paraguai durante as décadas antecessoras à obra. Nesse sentido, convém citar as considerações de Sylvania de Queiroz sobre o impacto do livro de Chiavenato na educação brasileira e as transformações observadas nas abordagens dos manuais didáticos:

O segundo momento inicia-se em inícios de 1980, quando, as modificações em curso sobre a forma dos livros didáticos, se associam as modificações de conteúdo referente à apresentação da guerra contra o Paraguai. Um fenômeno que se apresenta claramente devido à obra de Chiavenato, *Genocídio Americano*, e secundariamente, ao trabalho de León Pomer. Todos os livros analisados, de 1979 até 2002, utilizam Chiavenato como base, citando-o ou não. A nova abordagem introduz novos temas que problematizam aquele sucesso histórico, discutindo as razões profundas do

---

<sup>107</sup> AFONSO, Bruna Reis. **Os livros didáticos produzidos durante a ditadura militar brasileira e a ditadura de Stroessner no Paraguai: o ensino de história e as versões da Guerra do Paraguai (1959-1983)**. 2017. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

conflito, os interesses do imperialismo, a formação social dos países envolvidos no mesmo, etc.

Nos limites dos manuais escolares, a nova abordagem introduz discussão que fulmina as visões nacional-patrióticas da historiografia nacional sobre aqueles acontecimentos, apontando para questionamento moral daquela intervenção, a partir de visão da história que ultrapassava os limites das nações. Nesse processo são introduzidas questões como: o arrolamento forçado de cativos e homens livres para lutar na guerra; os crimes de guerra cometidos pelos “heróis nacionais”; as perdas humanas; a destruição do Paraguai, etc. Os manuais saem do modelo *catecismo* e passam para o modelo *problematizador*. (QUEIROZ, 2010, p. 206)

Assim, após realizar sua análise simplista e distorcida sobre a obra *Genocídio Americano* e seu impacto para a educação e sociedade brasileira, Narloch apresenta o que será sua principal referência para tratar sobre o conflito platino: *Maldita Guerra: a nova Guerra do Paraguai*, de Francisco Doratioto. Para entendermos o tratamento que Narloch dá à obra citada, é necessário discutirmos uma das premissas apresentadas pelo autor que se aplica a todo o seu livro. Ainda no capítulo de introdução, Narloch discute sobre o desenvolvimento da “historiografia politicamente correta”, ressaltando como a História foi, durante muitas décadas, construída a partir de modelos pré-estabelecidos. Assim coloca o autor:

O modelo é simples e rápido, mas também chato e quase sempre errado. Até mesmo as novelas de TV têm roteiros mais criativos. Os ricos só ganham o papel de vilões – se fazem alguma bondade, é porque foram movidos por interesses. Já os pobres são eternamente do bem, vítimas da elite e das grandes potências, e só fazem besteira porque são obrigados a isso. Nessa estrutura simplista, o único aspecto que importa é o econômico: o passado vira um jogo de interesses e apenas isso. Só se contam histórias que não ferem o pensamento politicamente correto e não correm o risco de serem mal interpretadas por pequenos incapacitados nas escolas. (NARLOCH, 2019, p. 10)

Para além dos comentários que poderíamos realizar sobre o quão simplista e equivocado é a elaboração de Narloch sobre o trabalho historiográfico, ou ainda sobre como sua argumentação novamente visa enfatizar uma doutrinação escolar, neste momento, devemos ressaltar como sua narrativa segue um raciocínio de que os citados modelos de leitura do passado estavam caindo em desuso e começava a surgir uma nova leva de historiadores:

[...] na última década apareceram acadêmicos alertas de que não são políticos a escrever manifestos [...]. Os pesquisadores dessa nova leva tentam elaborar conclusões científicas baseadas em arquivos inexplorados de cartórios, igrejas ou tribunais, têm mais cuidado ao falar de consequências de uma lógica financeira e pesquisam sem se importar tanto com o uso ideológico de suas conclusões. (NARLOCH, 2019, p. 11)

Não é nosso objetivo aqui discutir sobre o desenvolvimento do trabalho historiográfico nos últimos anos, nem se a premissa de Narloch é verdadeira ou falsa. Mais importante, é salientar como Narloch, através de sua construção caricata sobre os modelos historiográficos, faz uma clara alusão à leitura do passado através de um viés marxista. Com isso, o autor visa

deslegitimar todo trabalho que assim se apresente, criando um contraste com “os pesquisadores dessa nova leva”, no entendimento do autor, mais neutros e afastados de um discurso político. É nesse último sentido que Narloch apresenta a obra de Doratioto sobre a Guerra do Paraguai, a qual o autor classifica como um “olhar científico e mais distante da discussão política” (NARLOCH, 2019, p. 129).

Neste momento, também se faz necessário ressaltarmos que não é nosso objetivo tentar desqualificar a obra de Doratioto. Como já ressaltado nesta monografia, o historiador brasileiro realiza um importante trabalho de análise de fontes primárias e apresenta uma robusta reconstrução da guerra, analisando o conflito desde os seus antecedentes, ressaltando os objetivos e consequência das ações dos personagens e nações envolvidas. Ademais, o autor também é bastante feliz ao apresentar uma sólida argumentação contrária ao entendimento de que o imperialismo inglês foi determinante no conflito. O que buscamos enfatizar, é como Narloch apresenta a obra, mesmo que indiretamente, sob uma luz de neutralidade, o que é contrário a qualquer pretensão historiográfica séria. Assim, convém citar as considerações de Doratioto que, no prefácio à terceira edição de *Maldita Guerra*, afirma:

Ademais, outros **interesses do presente influenciam as interpretações** sobre as origens da guerra, sua dinâmica e a atuação de seus personagens principais. É o caso dos nostálgicos de regimes políticos fortes; dos remanescentes do projeto político baseado em “ditadores progressistas” e dos admiradores de “caudilhos anti-imperialistas”. Não se quer, com isso, defender que existam trabalhos historiográficos “neutros”, absolutamente “imparciais”, posto que **a história pessoal de cada autor influencia sua obra**. No entanto, ciente dessa limitação, o historiador utiliza-se do método histórico [...] para reduzir ao máximo a subjetividade interpretativa. (DORATIOTO, 2022, p.15, grifos nossos)

Também devemos ressaltar que, devido ao primeiro lançamento do *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* ter ocorrido em 2009, não criticaremos Narloch por não apresentar as críticas acadêmicas realizadas ao livro de Doratioto e discutidas anteriormente neste trabalho, visto que, a bibliografia de tais críticas (ao menos as citadas nesta monografia) são posteriores à data de lançamento citada. Nesse sentido, em nosso entendimento, Narloch de fato tinha como referência a obra mais completa e atualizada sobre o tema. Porém, é necessário ressaltarmos como, para além de apresentar a obra sob uma luz de neutralidade, Narloch também expõe alguns dos argumentos centrais de Doratioto de forma totalmente simplória e distorcida. Após apresentar o historiador, Narloch faz a seguinte análise da obra:

Com olhar científico e mais distante da discussão política, [Doratioto] descobriu que o Brasil mal tinha noção do risco militar do país vizinho, tanto menos a ideia de destruí-lo. Revelou também que, se o presidente Solano López fosse sensato, não declararia guerra ao Brasil ou teria se rendido em 1865, nos primeiros

meses do conflito, em vez de prolongar o sofrimento dos seus cidadãos por seis anos. (NARLOCH, 2019, p. 129)

Como já discutimos neste trabalho, Doratioto entende que o ultimato do governo paraguaio quanto a concretização da interferência imperial no Uruguai “não foi levada a sério” (DORATIOTO, 2022, p. 82) pelo governo brasileiro. Dentre os fatores que justificam essa postura, o autor destaca como os diplomatas brasileiros desacreditavam a guerra tendo em vista a disparidade bélica entre as nações. Narloch reduz toda a argumentação de Doratioto para um entendimento de que “o Brasil mal tinha noção do risco militar do país vizinho”. Doratioto também entende que o Paraguai foi o país agressor do conflito, porém, o autor não deixa de salientar como Solano López visava manter a integridade do governo blanco uruguaio visando uma saída para o mar para seu país. Narloch reduz as construções de Doratioto referente às motivações paraguaias para uma questão de falta de sensatez do líder paraguaio. Esses são apenas alguns exemplos do teor simplório com que Narloch trata suas fontes, também convém destacar que em nenhum momento o jornalista menciona a tese central que norteia o livro de Doratioto, no caso, a de que a Guerra do Paraguai foi uma consequência direta dos processos de consolidação dos Estados Nacionais do Prata<sup>108</sup>. Dessa forma, ao leitor desavisado, *Maldita Guerra* é apresentado como um livro de conclusões simples e pouco elaboradas.

Com isso, Narloch conclui seu balanço sobre a historiografia do conflito. Ressaltamos como o autor não explora com maiores detalhes a historiografia memorialista da guerra, se abstendo de comentar sobre como o discurso militar ufanista permaneceu hegemônico por longos anos no Brasil. A falta dessa consideração, auxilia o autor em sua argumentação de que a leitura que aponta o imperialismo inglês como motivador do conflito construiu o senso comum brasileiro a partir de uma prática de doutrinação nas escolas. Ao abordar as obras responsáveis pela popularização de tal leitura, Narloch apresenta os argumentos de maneira distorcida ou exagerada, mesmo quando esses já foram amplamente refutados pela historiografia mais recente. É evidente também como o autor analisa o contexto das obras de forma simplista, ocultando considerações importantes para a discussão. Por fim, o autor apresenta a obra de Doratioto a partir de um discurso que busca afastar o livro de qualquer orientação ideológica. Além disso, Narloch também ressalta os argumentos de Doratioto de forma simplória e ocultando a tese central do autor, realizando uma leitura rasa e distorcida da obra.

---

<sup>108</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 138 – 139.

Em uma última consideração, também é pertinente observarmos como, apesar de apontar *Maldita Guerra* como sua principal referência, ao trabalhar propriamente os acontecimentos da guerra, Narloch também utiliza outras obras como bibliografia, duas chamam mais a atenção: *A Retirada de Laguna*, do visconde Taunay e *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, do cadete Dionísio Cerqueira. A primeira foi lançada inicialmente em 1871, a segunda, em 1910. Ambas foram escritas por militares e podem ser consideradas como pertencentes à historiografia memorialista, corrente essa que não é discutida devidamente por Narloch. Mais interessante, é notar como o jornalista se preocupa em construir uma narrativa de exaltação referente à uma “nova leva” de historiadores, mas não se constrange em citar como referências obras centenárias sobre o conflito.

### 3.2 – Como são realizados os ataques ao ensino de História.

Como já ressaltamos anteriormente, é um dos objetivos centrais da obra *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* enfatizar uma suposta doutrinação de viés esquerdista nas escolas. É nesse sentido que Narloch explora a temática da Guerra do Paraguai. Nesta seção procuraremos analisar quais os métodos adotados pelo autor para construir sua narrativa e realizar ataques aos professores brasileiros.

É de grande importância para a argumentação de Narloch a ênfase realizada quanto ao sucesso e impacto da obra *Genocídio Americano* de J. J. Chiavenato. O autor acentua como a citada obra continua a influenciar a educação brasileira, como evidência, Narloch analisa rapidamente dois livros didáticos:

[...] são poucos os livros didáticos que mostram o lado cruel do ditador paraguaio. Grande parte deles continua implantando os velhos chips de repetição de chavões da década de 1980. O livro *História e Vida*, em circulação em 2008, ainda repetia que “o Paraguai dependia pouco de outros países para satisfazer suas necessidades básicas”. A apostila de 2007 do Objetivo, um dos maiores colégios de São Paulo, desfia uma teoria obsoleta há mais de uma década: “A Guerra do Paraguai deve ser entendida nos quadros do imperialismo britânico no século 19. O Paraguai surgia como o país mais desenvolvido da América do Sul”. (NARLOCH, 2019, p. 130)

Neste momento é necessário realizarmos algumas observações. Primeiramente, apesar de Narloch utilizar um recorte focado nos livros didáticos mais recentes em relação ao momento de escrita de sua obra, é pertinente ressaltarmos como o ensino brasileiro sobre a Guerra do Paraguai esteve durante muitos anos alinhado com a historiografia memorialista do conflito. Nesse sentido, o mais comum era que os manuais mostrassem “o lado cruel do ditador paraguaio”. Tal ressalva é importante para elucidarmos sobre a complexidade que envolve a disputa sobre a memória do conflito e que o discurso hegemônico já esteve centrado na leitura

realizada pelos militares, não somente baseado na obra de Chiavenato, como faz parecer Narloch. Realizado esse adendo, é necessário reconhecermos que Narloch aponta para uma deficiência real: o evidente atraso presente nos livros didáticos brasileiros em relação aos saberes acadêmicos mais atualizados sobre determinados temas, incluso a Guerra do Paraguai.

Porém, ao expor tal crítica, Narloch deixa de realizar algumas análises essenciais para a discussão da problemática. O autor não discute sobre os processos que envolvem a produção de um livro didático no Brasil. Em nenhum momento Narloch cita o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) ou suas diretrizes. Narloch não ressalta como os interesses do Estado e das editoras são fatores determinantes para a produção e aprovação de um livro didático, nem de como é prática comum que poucas grandes editoras dominem o mercado e relancem coleções sem realizar grandes alterações ou atualizações durante consecutivos anos. Para melhor agregar à essa discussão, convém citar o trabalho bastante recente, realizado em 2021, pelo autor Andrew Cesar de Goes<sup>109</sup>. A proposta de Goes é analisar as diferentes abordagens referentes à Guerra do Paraguai presentes em livros didáticos brasileiros e paraguaios. Sobre os livros brasileiros (os analisados datam entre 2018 e 2020), o autor evidencia como a grande maioria tem como principal referência bibliográfica a obra *Maldita Guerra*, de Francisco Doratioto, ou seja, evidenciando uma possível superação das propostas reducionistas de Chiavenato. Ressaltamos novamente como o trabalho foi finalizado em 2021 e não é nosso objetivo com essa citação tentar contrapor as observações realizadas em 2009 por Narloch. Mais interessante para nossa discussão, é como Goes busca ressaltar como os livros didáticos mais atuais também não estão alinhados com as produções acadêmicas mais recentes sobre o tema. Assim coloca o autor:

Considerado superado ou não no Brasil, nota-se que os livros didáticos ainda sofrem uma espécie de delay (atraso) em relação as discussões em vigor na academia. Mesmo, com a produção de inúmeras obras, artigos, pesquisas e estudos neorrevisionistas feitos no Brasil, boa parte dos livros didáticos ainda utilizam como referência principal das discussões Doratioto (2002), o que é algo interessante para se questionar: se os livros estão trazendo inúmeras questões sociais inéditas, como a participação de negros, mulheres, em grande parte motivados pelo fôlego da historiografia neorrevisionista de diferentes autores que escreveram antes mesmo de Doratioto, por que ele ainda segue sendo a referência? Inúmeras vezes já criticado ou questionado na academia brasileira, assim como os livros que buscam fazer o encontro de perspectivas trazem Chiavenatto (1979) como marco teórico revisionista e o colocam aparentemente como o único desta corrente. (GOES, 2021, p. 206)

---

<sup>109</sup> GOES, Andrew Cesar de. **GUERRA DO PARAGUAI / GUERRA GUASU: narrativas nos livros didáticos do Brasil e do Paraguai**. 2021. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

Portanto, parece evidente a existência de uma dificuldade apresentada pelas produções de livros didáticos de acompanhar os saberes construídos na academia. Sobre essa questão, o autor ainda adiciona a seguinte reflexão:

Trata-se de luta colossal entre interesses governamentais, alinhados com interesses do mercado editorial, PNLD, escolas, professores, entre outros agentes envolvidos no processo de escolha dos materiais didáticos. Sem dúvidas, essa disputa também contribui para o retardo das atualizações acadêmicas nas narrativas escolares. (GOES, 2021, p. 207)

Portanto, não pretendemos negar a existência de uma deficiência nos programas educacionais brasileiros nem de como *Genocídio Americano*, mesmo apresentando argumentos reducionistas que, ainda em sua contemporaneidade, já eram criticados, de fato inspirou grande parte dos manuais didáticos após o seu lançamento. O que procuramos enfatizar é como Narloch abstrai toda a discussão referente à complexidade que envolve a produção de tais manuais e reduz toda a problemática aludindo, de forma conspiratória e sensacionalista, a um processo de implementação de “velhos chips de repetição de chavões”. O que o autor objetiva com essa narrativa simplista, mais uma vez, é enfatizar, mesmo que subliminarmente, a existência de um suposto ensino doutrinário “politicamente correto”.

Assim, seguindo a narrativa de Narloch, após analisar superficialmente os livros didáticos, o autor segue com um relato pessoal, referente a sua experiência escolar. Com isso, o autor busca ressaltar como também aprendeu sobre a guerra nos moldes “politicamente corretos”, reforçando que tal discurso permanece hegemônico mesmo depois de tantos anos. Para sustentar sua argumentação de que tal leitura da guerra faz parte de uma agenda política imposta pelas escolas, o autor também reflete sobre as orientações ideológicas de seus professores:

Eu fui um dos estudantes que aprenderam a tragédia paraguaia. Era aluno de um colégio de freiras e considerava os professores de história e geografia meus heróis. Um deles era candidato a deputado estadual, o outro organizava mutirões para a construção de casas na periferia. As provas que eles passavam eram geralmente questionários – ganhava 10 quem respondesse os lugares-comuns na linha política do professor ou do livro didático que ele usava. Demorou para eu perceber que a história do genocídio no Paraguai fazia parte de um discurso político. (NARLOCH, 2019, p. 130)

Sobre a construção desse relato, devemos realizar algumas observações. Primeiramente, chama a atenção a escolha de alguns termos por Narloch. Ao utilizar “tragédia paraguaia” para se referir a uma abordagem que tinha a obra de Chiavenato como principal referência, o autor acaba por associar o destaque da destruição do país guarani com as teses reducionistas já refutadas de que o Paraguai se desenvolvia autonomamente em relação ao capital estrangeiro ou a de que a Inglaterra foi a articuladora do conflito. Dessa forma, Narloch faz parecer que

qualquer leitura que aponte as consequências devastadoras da guerra para o Paraguai é igualmente equivocada. Porém, apesar dos excessos cometidos por Chiavenato, não podemos deixar de lembrar que o conflito representou sim grande tragédia ao país derrotado, constituindo um dos elementos definidores para a construção da identidade nacional paraguaia<sup>110</sup>.

Quanto à abordagem utilizada por Narloch para retratar seus professores, devemos observar como o autor, primeiramente, se preocupa em destacar as atividades políticas exercidas pelos profissionais. Em seguida, utiliza de uma caricatura: “ganhava 10 quem respondesse os lugares-comuns na linha política do professor”, para salientar um processo de doutrinação. A preocupação em destacar que os professores possuíam uma orientação ideológica, tem por objetivo realizar uma espécie de denúncia, seguindo um raciocínio muito alinhado com as premissas de movimentos tais como o Escola sem Partido, que defende que o professor deve permanecer totalmente neutro em sala de aula (uma proposta que, conforme já discutido, visa na verdade a construção de um ensino nos moldes ideológicos do movimento). Porém, apesar da indignação de Narloch, não podemos deixar de apontar a obviedade de que não existe nenhuma ilegalidade em um professor ser “candidato a deputado estadual”, ou organizar “mutirões para a construção de casas na periferia”. Nesse sentido, Rodrigo Leonardo Offerri<sup>111</sup> realiza a seguinte reflexão sobre tais construções:

A aversão ao professor (aparentemente o professor de história) “candidato à deputado estadual” (NARLOCH, 2011, p. 177) do qual Narloch se ressentiu, também corrobora o discurso “*sem partido*”, já que pressupõe que um professor não pode ou não deve ser candidato. Na perspectiva do GPIHB [Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil] e do EsP [Escola sem Partido], pastores, juizes, militares, radialistas, jornalistas, procuradores e promotores podem ter opinião política e participar de eleições, dispor de poderes para legislar, e deliberar politicamente, mas professores não. (OFFERRI, 2020, p. 143)

Portanto, Narloch atribui a uma prática totalmente legal uma conotação negativa, promovendo uma visão degradante e limitante para a figura do professorado brasileiro. Neste momento, não podemos deixar de refletir sobre como essa abordagem se articula com a promoção de práticas autoritárias, tais como o incentivo realizado pelo movimento Escola sem Partido para que alunos filmem e exponham seus professores. Afinal, o escárnio à imagem do professor é constante no livro de Narloch, identificado também na forma como o autor busca estruturar o restante de seu texto no tocante à Guerra do Paraguai. Após seu relato pessoal, o

<sup>110</sup> Ver: Quinteros, M. C. (2020). A Guerra Guasu na construção da identidade nacional no Paraguai. **Diálogos**, 24(3), 178-197.

<sup>111</sup> OFFERRI, Rodrigo Leonardo. **Escola sem Partido: origem e modus operandi de um movimento liberal-conservador e desdobramentos para os conteúdos de Sociologia e História**. 2020. 199f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020

jornalista se propõe a realizar “uma vingança”, e “voltar ao passado e exorcizar o velho questionário da escola” (NARLOCH, 2019, p. 131). Assim, Narloch passa a formular seu próprio questionário, formado por cinco perguntas caricatas sobre a Guerra do Paraguai, imitando o que, alegadamente, um dia seus professores fizeram. Primeiramente, o autor responde às perguntas em uma versão “como eu devo ter respondido” (NARLOCH, 2019, p. 131), na qual Narloch expõe de maneira simplista e distorcida as visões de Chiavenato sobre a guerra. Posteriormente, Narloch responde às mesmas perguntas, mas dessa vez em uma versão “como eu deveria ter respondido” (NARLOCH, 2019, p. 131), na qual o autor, novamente de maneira simplista e distorcida, expõe as visões de uma historiografia mais recente da guerra.

Posteriormente analisaremos como Narloch utiliza de um revisionismo histórico para responder às suas próprias perguntas e construir uma narrativa sobre a história e historiografia da Guerra do Paraguai que se adequa aos seus objetivos de salientar um ensino doutrinário nas escolas. Por hora, focaremos nossa análise em como as construções do autor promovem uma visão hostil e degradante para como os professores e o ensino brasileiro.

Primeiramente, devemos ressaltar como a própria construção de um questionário caricato se constitui em um claro deboche para com a prática educacional. O uso de termos como “vingança” e “exorcizar” também atribui um tom agressivo e desumanizante à sua narrativa. Sobre isso, convém citar a reflexão de Offerni, que novamente realiza paralelos entre as defesas de Narloch e as atuações do Escola sem Partido:

Exorcizar pressupõe expulsar demônios, e a escolha do verbo não é alheatória, pois anatemiza, tanto a prática docente, quanto a historiografia à esquerda sobre a Guerra da Tríplice Aliança. A operação, ao mesmo tempo em que estereotipa o professorado como títeres de regimes autoritários de esquerda, dedicados à reprodução de versões oficiais e idiotizantes da história, sugere que as versões combatidas por Narloch são malditas ou endemoniadas. Nessa operação, Narloch corrobora com a prática fundamental do EsP: o ataque à classe docente e a inculcação do ressentimento à escola, aos professores e aos materiais didáticos. (OFFERNI, 2020, p. 143)

Ademais, as perguntas elaboradas por Narloch também visam construir uma imagem distorcida e caricata sobre a atuação docente. Nas palavras de Offerni, são “questões bastante cínicas, que nenhum professor graduado em uma universidade pública formularia” (OFFERNI, 2020, p. 154). A maioria é elaborada de forma a abrir margem para que Narloch acentue os reducionismos e exageros cometidos por Pomer e Chiavenato. É o caso da questão número 4: “Fale sobre o papel da Inglaterra na articulação da Guerra do Paraguai”, e a número 5: “Fale sobre o genocídio cometido pelo Brasil contra o povo paraguaio” (NARLOCH, 2019, p. 140 e 145). Porém, as questões mais caricatas, de forma sutil, buscam realizar associações entre

professores, a historiografia reducionista da guerra e um ensino doutrinário. É o caso da questão número 2: “Fale sobre a revolução que acontecia no Paraguai antes de ele entrar em guerra”, e a número 3: “Quem foi o herói paraguaio Solano López?” (NARLOCH, 2019, p. 135 e 137). Sobre essas associações, pontua Offerni:

A ideia de “revolução” exposta na questão é um deboche sobre as interpretações historiográficas que enxergavam, no Paraguai, um Estado Nacional com um modelo de estruturação peculiar e menos refém de capitais estrangeiros do que os vizinhos gigantes Brasil e Argentina (CHIAVENATO, 1983, p. 31). A atribuição do rótulo de herói para López debocha de interpretações que o viam como um estadista nacionalista disposto a enfrentar o imperialismo britânico.

Ocorre que em qualquer graduação de história, as primeiras aulas tratam justamente da necessidade de problematizar as versões oficiais e heroicas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras. Como o livro é dirigido a um público não acadêmico, encarrega-se de difundir uma impressão inverossímil de que todo professor de história de educação básica vê no Paraguai pré-guerra, e em seu líder Solano López, respectivamente, uma pátria revolucionária em desenvolvimento e um herói anti-imperialista. (OFFERNI, 2020, p. 154)

Portanto, parece evidente como Narloch busca construir uma imagem falaciosa sobre a educação brasileira. Para esse objetivo, o autor não se constrange em empregar uma linguagem agressiva e promover uma visão degradante sobre os professores e o ensino de História. Tais características são notórias na proposta do autor de elaborar um questionário revestido de deboche e perguntas formuladas a partir de distorções que escondem associações subliminares entre professores e certas concepções sobre a Guerra do Paraguai.

Em conclusão, ressaltamos novamente como as considerações realizadas por Narloch sobre Guerra do Paraguai visam convergir à centralidade de sua obra, ou seja, suas críticas ao sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, o autor encontrou terreno bastante fértil ao tratar sobre o tema, visto que concepções reducionistas sobre a guerra, tais como as defendidas por Chiavenato, estiveram durante muitos anos pautando os livros didáticos brasileiros. Porém, em nossa análise, buscamos ressaltar como Narloch, através de um discurso conspiratório e abstraindo reflexões importantes, atribui tal deficiência a uma suposta hegemonia ideológica presente na academia e nas escolas caracterizada pelo autor como “politicamente correta”. Em nosso entendimento, a conclusão apresentada trata-se de uma total redução da complexidade que envolve o debate. Também buscamos ressaltar como, em sua tentativa de enfatizar o modelo doutrinário adotado nas escolas, o autor recorre a uma linguagem agressiva e acaba por construir uma visão debochada e degradante sobre os professores brasileiros. Tal linguagem é evidente, seja no tratamento utilizado por Narloch para se referir aos seus antigos professores, como também na estrutura de seu texto, que imita um questionário através de perguntas sensacionalistas e caricatas.

### 3.3 – As distorções de Narloch sobre a Guerra do Paraguai.

Após analisar o balanço historiográfico e os ataques à educação realizados por Narloch, nesta seção, buscaremos focar nossa discussão nas construções do autor referentes à Guerra do Paraguai de fato. Como já ressaltado, o autor utiliza como principal referência a obra *Maldita Guerra* de Francisco Doratioto. Em nossa análise, procuraremos ressaltar como Narloch apresenta os argumentos do historiador de forma simplória e distorcida, ocultando análises importantes e induzindo seus leitores a conclusões rasas sobre o conflito. Para melhor embasar nossa discussão, utilizaremos também o conceito de revisionismo histórico (TRAVERSO, 2004). Assim, buscaremos salientar como o autor realiza uma total reabilitação da memória da Tríplice Aliança, construindo para isso uma caricatura de Solano López, apontado na obra como único responsável pelas consequências negativas da guerra.

Para entendermos como Narloch constrói sua narrativa e argumentação, é necessário ressaltarmos, novamente, como o autor estrutura seu texto. Narloch formula um questionário de cinco perguntas sobre o tema e se propõe a respondê-las de duas maneiras diferentes. Em um primeiro momento, o autor constrói uma resposta alinhada com a historiografia entendida por ele como “politicamente correta” da Guerra do Paraguai. Em seguida, o autor responde a mesma pergunta, mas dessa vez expondo concepções distintas. É importante destacarmos como em nenhum momento Narloch propõe com isso um debate ou balanço entre diferentes leituras da guerra, mas sim uma exposição simplista entre uma resposta errada e outra correta. É evidente como as respostas erradas aludem, de maneira simplória e sensacionalista, às concepções de Chiavenato e Pomer. Em contrapartida, de maneira igualmente simplória e sensacionalista, as respostas corretas se baseiam na obra de Doratioto (embora Narloch também venha a citar autores militares da historiografia memorialista). É pertinente destacarmos também como as respostas podem ser lidas como um diálogo fictício entre professor (respostas erradas) e aluno (respostas corretas), visto que, em alguns momentos, as respostas corretas são iniciadas com frases como “nada disso, professor”, e “não é bem assim, professor”.

Tal estruturação narrativa é essencial para entendermos como Narloch acaba por desvalidar debates importantes e induzir seus leitores a chegarem em conclusões simplistas sobre o entendimento do conflito. Afinal, ao construir as respostas equivocadas, Narloch não apenas acentua as leituras reducionistas de Chiavenato e Pomer, mas inclui também elementos essenciais que poderiam levar o leitor a uma visão mais crítica e menos acusatória da guerra do que a proposta pelo autor. Assim, é necessário analisarmos a primeira questão formulada por Narloch: “Também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, a Guerra do Paraguai foi o

maior conflito da história da América do Sul. Que fatores criaram esse conflito?” (NARLOCH, 2019, p. 131). É pertinente observarmos que a pergunta é bastante ampla e em si não carrega nenhum sensacionalismo do autor. Porém, Narloch apresenta a seguinte resposta como incorreta:

A Guerra do Paraguai teve início devido ao imperialismo brasileiro e à sua ânsia em dominar a América do Sul nos aspectos políticos e econômicos. Em 1863, as Forças Armadas brasileiras, fortemente influenciadas pela poderosa elite agrária e pecuarista, invadiram o Uruguai. Independente havia poucas décadas, o Uruguai vivia uma peleja entre duas correntes políticas opostas, os blancos e os colorados. O Brasil possuía fortíssimos interesses econômicos na região, por isso apoiou o golpe de Estado dos colorados. Esse apoio desequilibrou o quadro de forças, provocando a ira da nação paraguaia, que insistia para que o Brasil permanecesse fora do conflito uruguaio. No Natal de 1864, o Paraguai não teve alternativa senão invadir o território brasileiro pelo atual Mato Grosso do Sul. (NARLOCH, 2019, p 131)

Devemos observar como, ignorando os excessos cometidos propositalmente pelo autor, evidentes em frases como “ânsia [do Império] em dominar a América do Sul” e “o Paraguai não teve alternativa senão invadir o território brasileiro”, toda a reflexão apresentada é de extrema pertinência para qualquer consideração sobre a Guerra do Paraguai. Porém, quando Narloch a realiza sob a alegação de ser uma resposta equivocada à pergunta proposta, deixa subentendido ao seu leitor que toda a intervenção imperial no Uruguai pouco ou nada influenciou os rumos da guerra. Ao responder a mesma pergunta, mas agora de forma alegadamente correta, Narloch afirma o seguinte:

Nada disso, professor. Essa história de fatores não cola. A Guerra do Paraguai aconteceu sobretudo porque havia naquele país um presidente vaidoso, cruel, louco e equivocado. No conflito entre blancos e colorados no Uruguai, o Paraguai era o menos envolvido. Poderia ter ficado em paz quando os brasileiros invadiram o Uruguai. Mas o presidente Solano López estava obcecado em entrar em guerra com o Brasil, um vizinho 22 vezes mais populoso. Imaginou que os paraguaios seriam os próximos a ser invadidos pelos brasileiros. Pura loucura, que só aconteceu porque o Paraguai não tinha bons diplomatas, jornais privados e partidos políticos para discutir ideias e moderar ações políticas. (NARLOCH, 2019, p. 131 – 132)

Sobre essas colocações de Narloch, devemos realizar algumas observações. Primeiramente, o autor atribui à posição paraguaia contrária a intervenção imperial, para além das loucuras e vaidades de Solano López, um medo de serem “os próximos [...] invadidos pelos brasileiros”. Em nenhum momento Narloch menciona como o país guarani necessitava de uma saída para o mar para assegurar sua soberania. Convenientemente, o autor também não cita que os blancos uruguaios solicitaram a ajuda paraguaia<sup>112</sup>. Nesse sentido, nas disputas políticas que ocorriam no Estado oriental, o Paraguai não era “o menos envolvido”. Por fim, após toda a sua

---

<sup>112</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 83.

construção caricata acerca da figura de Solano López, destaca-se a menção de argumentos notoriamente presentes na obra de Doratioto, no caso, que “o Paraguai não tinha bons diplomatas, [nem] jornais privados e partidos políticos para discutir ideias e moderar ações políticas”.

Como já discutimos nesta monografia, Doratioto não entende a intervenção brasileira no Uruguai como ponto inicial da Guerra do Paraguai. Em sua argumentação, o autor aponta que, dentre outros fatores, a debilidade da diplomacia paraguaia havia levado os representantes brasileiros a desacreditarem que o país guarani realmente declararia guerra caso a intervenção se confirmasse. Porém, esses são argumentos citados de forma totalmente simplória por Narloch, dando uma falsa roupagem intelectual para sua proposta, que, em resumo, consiste no entendimento raso de que o conflito somente ocorreu pois “Solano López estava obcecado em entrar em guerra com o Brasil”. Uma conclusão avessa à de Doratioto, que entende a guerra como consequência dos processos de consolidação dos Estados nacionais no Prata. Tese essa que, apesar de sua centralidade para o historiador, não é citada em nenhum momento por Narloch.

Uma vez finalizadas as considerações sobre os motivos da guerra, Narloch segue sua narrativa realizando descrições detalhadas sobre as batalhas militares mais importantes do conflito. Novamente, o autor busca sempre que possível acentuar a crueldade, loucura e incapacidade de Solano López. Em determinado momento, Narloch tece as seguintes considerações sobre a formação da Tríplice Aliança:

Pouco antes de invadir a Argentina, Solano López pediu autorização para que suas tropas cortassem o território de Corrientes, apenas para chegar ao Rio Grande do Sul. Recebeu um não. Os argentinos, um pouco mais sensatos, tinham medo de que o Brasil os enxergasse como inimigos. Solano López decidiu, então, declarar guerra ao segundo maior país da América do Sul.

Talvez ele pensasse em brigar com a Argentina desde antes de começar a guerra. Um dos sonhos de Solano López era criar o Grande Paraguai, cujo território agregaria, ao norte, o Mato Grosso; ao sul, o extremo norte argentino, o Rio Grande do Sul e o Uruguai. As províncias de Corrientes e Misiones também poderiam apoiar os paraguaios sozinhas, já que pensavam em se separar de Buenos Aires. A estratégia de Solano López não deu certo. Contribuiu para isso o fato de que os soldados paraguaios, quando invadiram a cidade de Corrientes, não conseguiam deixar de saquear as casas dos argentinos [...]. Os saques deixaram os argentinos ainda mais contrariados e propensos a apoiar os brasileiros. Em maio de 1865, a Argentina e o Uruguai apoiaram o Brasil oficialmente, formando a Tríplice Aliança. (NARLOCH, 2019, p. 133-134)

Devemos observar como Narloch busca explicar os motivos que levaram a Argentina a se aliar com o Brasil. Primeiramente, o autor salienta uma maior sensatez argentina, obviamente em comparação com Solano López, e também um medo do país vir a se tornar um inimigo do

Império. Parece evidente como tais argumentos são simplistas e se baseiam na visão fatalista do autor que já conhece os desfechos da guerra. Ademais, também é evidente como Narloch considera a Argentina um país politicamente homogêneo. Somente após ressaltar os supostos objetivos expansionistas de Solano López, o autor comenta que “as províncias de Corrientes e Misiones também poderiam apoiar os paraguaios sozinhas, já que pensavam em se separar de Buenos Aires”. A rápida consideração não é suficiente para elucidar as disputas que ocorriam entre unitários e federalistas. Em seguida, o autor volta a propagar uma visão de Argentina homogênea ao atribuir aos saques paraguaios a principal causa que “deixaram os argentinos [destaque para a visão generalizante] ainda mais contrariados e propensos a apoiar os brasileiros”.

Para melhor elucidar as simplificações e distorções de Narloch, convém citar as considerações de Doratioto sobre a formação da Aliança. Primeiramente, sobre as tensões entre unitários e federalistas, o autor resalta como o Paraguai contava com o apoio de Urquiza, principal liderança federalista. Porém, Urquiza, que havia demonstrado apoio às causas paraguaias em outras ocasiões, com o desenrolar do conflito, acabou por unir forças com Mitre e o Império. Sobre suas motivações, comenta o autor:

Explica a atitude de Urquiza o temor, exposto a Mitre, dos prejuízos às atividades econômicas de sua província e das vizinhas, caso fossem palco de uma guerra. A atuação do Brasil no conflito, com sua poderosa esquadra no Prata, traria grandes perdas a essas províncias, localizadas às margens do rio Paraná, dificultando, se não impedindo, que mantivessem comércio pelo oceano Atlântico. O caudilho entrerriano, que inicialmente propusera uma ação conjunta com o Paraguai e o Uruguai, contra Buenos Aires, imaginara, então, que a luta se daria apenas contra um inimigo, quer contra o governo argentino, quer contra Flores. A ação militar do Império, em harmonia crescente com Buenos Aires, inviabilizou o plano inicial de Urquiza, bem como o de Solano López e o de Aguirre, porém apenas o primeiro se deu conta disso. (DORATIOTO, 2022, p. 199)

Também convém citar a passagem que, sem deixar de salientar as tensões políticas no país, Doratioto destaca as reações de parte da população argentina quanto a formação da Aliança e a permanência na guerra:

A manutenção da Argentina na aliança, em fins de 1866, resultou da convicção de ser essa a melhor alternativa para o país de Mitre e do pequeno círculo de políticos que o apoiava, bem como de comerciantes que enriqueciam com o conflito. A guerra era impopular entre os argentinos e o cansaço com ela adquiriu tons de sublevação na Argentina. Em fins de 1866, surgiram as montoneras, rebeliões nas províncias contra o governo central que se prolongaram por todo o ano seguinte. As tropas argentinas tiveram que ser retiradas do Paraguai para lutar nas províncias de seu país. O Exército argentino passou a ter participação mais modesta, em comparação com as forças brasileiras, na luta contra Solano López. (DORATIOTO, 2022, p. 374)

Assim, parece evidente as reduções cometidas por Narloch, que simplifica os motivos e circunstâncias que levaram à formação da Aliança, seja através da ênfase em fatores que não

foram determinantes (como uma suposta sensatez argentina ou mesmo os saques paraguaios), seja em sua visão homogênea do país argentino (convenientemente não citando os levantes populares contra a guerra). Por fim, antes de encerrar nossas considerações sobre a passagem destacada, também devemos analisar uma outra proposição do autor: a ambição de Solano López em construir o “Grande Paraguai”. Sobre isso, devemos destacar como o termo “Grande Paraguai” não está presente na obra *Maldita Guerra*. Na verdade, a tese, que se resume na ideia de que López pretendia com o conflito anexar territórios vizinhos, é notória na historiografia memorialista, que, em grande parte, reduzia os motivos da guerra para as pretensões expansionistas paraguaias. Nesse sentido, convém citar a análise realizada por Silvânia de Queiroz sobre o manual didático *Viver a História*, do autor Cláudio Vicentino, lançado curiosamente no ano de 2002:

[...] o autor propõe pretensões expansionistas de Solano López, segundo a historiografia nacional-patriótica [como motivações do conflito]. Apresenta mapa com as *ambições* de Solano López, onde destaca o “*Paraguai Maior*”, já citado por outros autores, visão construída pela historiografia apologética. Segundo essa proposta, como vimos, Solano López pretendia expandir o Paraguai, dominando todo o Uruguai, todo o Rio Grande do Sul, todo o Mato Grosso, partes da Argentina (Corrientes e Entre Rios). E, também igual aos trabalhos anteriores a 1970, a principal razão da guerra é a vontade do presidente Solano López de expandir seu território. (QUEIROZ, 2010, p. 200)

Primeiramente, não podemos deixar de apontar como a análise realizada evidencia que a dificuldade dos livros didáticos em acompanharem os avanços acadêmicos não existe somente na adoção de argumentos da historiografia da qual Chiavenato faz parte, mas também na adoção de argumentos da historiografia memorialista. Apesar da leve disparidade entre os termos (Grande Paraguai e Paraguai Maior), observamos que a tese é a mesma elencada por Narloch. Portanto, é importante destacarmos como Narloch comete o mesmo erro que acusa os livros didáticos e professores brasileiros, o de repetir “uma teoria obsoleta há mais de uma década” (NARLOCH, 2019, p.130).

Portanto, parece evidente como as construções de Narloch buscam construir uma caricatura para a figura de Solano López. Ainda respondendo a primeira questão de seu próprio questionário, Narloch realiza a seguinte reflexão, atribuindo somente ao líder paraguaio a responsabilidade pela continuidade da guerra:

Em vez de se render e preservar a população, o presidente Solano López passou cinco anos teimando que venceria os três países que o cercavam. Começar uma guerra dessas e continuar nela não foi resultado de fatores – foi autossabotagem de um presidente louco. (NARLOCH, 2019, p. 135)

Não é nosso objetivo tentar absolver a figura de López, como já ressaltado nesse trabalho, é necessário pensarmos nas ações do ditador, tais como a de formar batalhões

compostos inteiramente por crianças e adolescentes, como decisões conscientes. Porém, devemos ressaltar como Narloch deixa de comentar sobre alguns fatores essenciais para pensarmos sobre a longa extensão do conflito. Por exemplo, Narloch não resalta que era previsto pelo Tratado da Tríplice Aliança que a paz somente seria negociada com a total rendição de Solano López<sup>113</sup> e que, durante o conflito, o líder guarani solicitou uma reunião com os representantes da Aliança, mas, dela não participou o general Polidoro “em obediência a uma instrução permanente do governo imperial a suas autoridades militares de não se negociar com o chefe de Estado paraguaio” (DORATIOTO, 2022, p. 359). Narloch também não comenta sobre como, após a conquista de Assunção, mesmo Caxias, comandante da Aliança no momento, defendia que a guerra não era mais necessária, porém, sob ordens de Dom Pedro II, o conflito teve continuidade<sup>114</sup>. É a partir dessas omissões que devemos entender como Narloch opera uma reabilitação da imagem do Império, responsabilizando somente o lado paraguaio pela tragédia.

A terceira questão do questionário formulado por Narloch visa discutir quem foi o ditador Solano López. Em análise, a resposta apresentada como correta também evidencia a omissão de debates importantes e um tom degradante utilizado pelo autor para tratar os personagens paraguaios:

Quando a guerra acabou, em 1870, os paraguaios que sobraram odiavam o homem. Solano López era visto como um tirano que levara o país à desgraça. Foi declarado traidor da pátria, suas terras foram confiscadas, e sua mulher, a prostituta irlandesa Elisa Lynch, mandada de volta para a Europa. (NARLOCH, 2019, p. 138)

Não é nosso objetivo discutir a opinião pública paraguaia sobre López ao final da guerra. Porém, algumas considerações importantes sobre o assunto não são realizadas por Narloch. O autor não resalta que o imediato pós-guerra no Paraguai foi marcado pelo estabelecimento de um governo provisório tutelado pelo Império. Nesse sentido, não surpreende que López fosse considerado traidor da pátria. Narloch também dedica um quadro paralelo ao seu texto principal para discutir o passado de Elisa Lynch. Em suas considerações, o autor resalta a dificuldade de precisar se a primeira dama paraguaia havia sido de fato uma prostituta ou não. Porém, apesar das ressalvas realizadas pelo próprio autor, na passagem destacada, Narloch não se abdicar da ênfase em assim caracterizá-la. Sobre essa abordagem do autor, Offerri levanta a seguinte reflexão:

---

<sup>113</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 236 – 237).

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 505 – 514.

Sem explicar a suposta contribuição historiográfica dessa alegação, e admitindo a escassez de documentos para a acusação, o autor do GPIHB usa o julgamento moral e a preocupação com o comportamento sexual das pessoas – indício de sua predisposição ao autoritarismo (CARONE, 2012) - para potencializar a vilania atribuída pela historiografia militar-nacionalista brasileira, ao Presidente paraguaio Francisco Solano López e seus familiares na ocasião da guerra. (OFFERNI, 2020, p. 152 – 153)

A quinta questão formulada por Narloch é a seguinte: “fale sobre o genocídio cometido pelo Brasil contra o povo paraguaio”. Nota-se que a escolha pelo termo genocídio é uma clara referência ao título da obra *Genocídio Americano*, do jornalista brasileiro J. J. Chiavenato. Ao elaborar a resposta incorreta para a questão, Narloch utiliza novamente da estratégia de enfatizar os equívocos cometidos pelo seu colega de profissão e, ao mesmo tempo, incorporar alguns acontecimentos factuais da guerra que poderiam elucidar ao seu leitor a complexidade do conflito. Segue a resposta apresentada como incorreta pelo autor:

O Brasil praticou atrocidades contra os paraguaios. Ao fim da guerra, 70% da população havia morrido – 90% dos homens paraguaios foram vítimas do combate. Foi um verdadeiro genocídio. Da população de mais de 800 mil pessoas, sobraram menos de 200 mil, das quais apenas 14 mil homens. Os soldados brasileiros se acostumaram a matar crianças famintas e mulheres em farrapos. (NARLOCH, 2019, p. 145)

Devemos ressaltar como Narloch apresenta nesse momento as estatísticas calculadas por Chiavenato. Posteriormente, durante a elaboração da resposta apresentada como correta, Narloch enfatiza o balanço realizado por Doratioto e a conclusão de que, apesar da dificuldade de precisar a porcentagem de paraguaios mortos, as estatísticas calculadas por Chiavenato consistem em uma provável inflação dos números. Porém, é importante notarmos como a estrutura textual utilizada por Narloch acaba por desvalidar outros acontecimentos da guerra. Ao final de sua consideração destacada, o autor cita que “os soldados brasileiros se acostumaram a matar crianças famintas e mulheres em farrapos”. Ignorando o exagero e sensacionalismo cometidos propositalmente pelo autor, é amplamente documentado que, de fato, as tropas brasileiras chegaram a enfrentar batalhões de crianças paraguaias, tal como ocorreu durante a batalha de Acosta Ñu<sup>115</sup>, já discutida neste trabalho. Porém, ao realizar tal menção em meio a uma resposta apresentada como equivocada e ao lado das cifras inflacionadas de Chiavenato, Narloch deixa subentendido ao seu leitor que a afirmação é igualmente falsa. Mais uma vez, contribuindo para sua reabilitação da imagem da Aliança.

---

<sup>115</sup> Ibidem, p. 626 -635.

Durante a elaboração da resposta apresentada como correta, também se destaca outros esforços do autor para amenizar a violência cometida pelos soldados aliados e responsabilizar somente o lado paraguaio pelas consequências do conflito:

Mesmo se o fantástico número de 70% de mortes fosse real, não daria para culpar o Brasil por essa tragédia. Calcula-se que de um terço a dois terços das mortes, entre aliados e paraguaios, se deu por doenças, como cólera, varíola e diarreia, ou simplesmente por fome e frio. Se houve um responsável por essas mortes, foi o ditador paraguaio Solano López, que começou a guerra e contribuiu para o seu prolongamento. (NARLOCH, 2019, p. 146)

É importante observarmos como Narloch tenta amenizar a violência do conflito enfatizando como grande parte das mortes não ocorreu durante as batalhas militares entre os exércitos. Como as mazelas destacas (doenças, fome e frio) ocorriam, ou eram potencializadas, em decorrência direta da guerra, Narloch, mais uma vez, responsabiliza somente Solano López pelas mortes. Afinal, no entendimento do autor, López foi o único responsável pelo início e prolongamento do conflito. Uma conclusão simplória, alcançada a partir de distorções e omissões de debates essenciais, que acaba por reduzir toda a complexidade do conflito e isentar os países da Aliança de toda responsabilidade negativa sobre a guerra.

Outra estratégia que podemos observar na narrativa de Narloch, é a construção de falsas simetrias que visam amenizar alguns pontos controversos sobre a atuação dos soldados brasileiros durante a Guerra do Paraguai. É o caso do paralelo construído pelo autor entre estupros e casamentos entre soldados brasileiros e mulheres paraguaias:

Ao se render às tropas aliadas, as mulheres e as crianças ficavam entregues tanto à violência quanto à solidariedade dos soldados brasileiros. Ocorreram estupros e assassinatos de paraguaias indefesas, assim como casos de ajuda humanitária e até casamentos. Muitas paraguaias acabavam virando parte do dia a dia dos acampamentos, com as brasileiras que acompanhavam os soldados e voluntários [...]. O historiador gaúcho Fernando Ortolan descobriu certidões de mais de trezentos casamentos de soldados brasileiros com paraguaias logo que a guerra acabou. (NARLOCH, 2019, p. 147)

A menção a “estupros e assassinatos de paraguaias indefesas” é logo seguida da ênfase de que também houve “ajuda humanitária e até casamentos”. Assim, ficando subentendido de que as ações se equiparam, ou ainda que os atos de suposta bondade anulam os de crueldade. Também devemos ressaltar que Narloch não tece nenhuma consideração sobre as circunstâncias de tais casamentos. Assim, se esquivando de realizar qualquer reflexão sobre o cenário social do Paraguai pós-guerra. Nesse sentido, convém citar a seguinte consideração do historiador

Fernando Ortolan<sup>116</sup>, o mesmo citado por Narloch no trecho destacado, sobre algumas das consequências da guerra para o povo paraguaio:

Para uma parte da população sobrevivente, a alternativa encontrada foi emigrar para fora de suas fronteiras. Muitos, devido a falta de recursos materiais para a reconstrução do país no pós-Guerra, acompanharam o retorno das tropas aliadas; famílias inteiras, em sua maioria mulheres e crianças, da região de Misiones e Itapuá, cruzaram o Paraná, povoando a província argentina de Corrientes e a região do Mato Grosso, no Brasil. (ORTOLAN, 2010, p. 78)

Por fim, antes de finalizar suas considerações sobre a Guerra do Paraguai, Narloch discute também sobre como o Paraguai foi condenado a indenizar financeiramente o Brasil pelos gastos na guerra:

Já o Brasil, que gastou na guerra 614 mil contos de réis, o equivalente a onze anos de orçamento federal, usou como base de cálculo para a indenização o valor de 460 mil contos. Nenhuma parte desse dinheiro foi paga. A dívida acabou oficialmente perdoada na década de 1930, pelo presidente Getúlio Vargas. O Brasil, na verdade, foi bonzinho com o Paraguai. (NARLOCH, 2019, p. 147-148)

Mais uma vez, devemos ressaltar como o autor omite informações essenciais e reduz a complexidade da questão, que envolve a manutenção da soberania paraguaia, induzindo seu leitor a conclusões simplistas. Sobre o processo de indenização e posterior perdão das dívidas, Doratioto destaca o seguinte:

O governo imperial reduziu, intencionalmente, a indenização de guerra a ser cobrada do Paraguai. Uma comissão do Ministério da Fazenda, estabelecida para esse fim, estipulou o custo monetário total do conflito, para o Estado brasileiro, a ser pago pelo Paraguai, em 460 718 contos de réis, enquanto a estimativa do Tesouro, correta, indicava despesas de pouco mais de 614 mil contos de réis. Essa dívida não foi cobrada mas também não foi cancelada nas décadas seguintes, pois, como explicou o barão do Rio Branco muitos anos depois, ela era uma garantia da independência do Paraguai, já que intimidava a Argentina de tentar anexá-lo. Em caso de anexação, Buenos Aires teria que responsabilizar-se por esse débito de guerra. A dívida foi perdoada somente por Getúlio Vargas, no início dos anos de 1940, como resposta à idêntica iniciativa da Argentina. (DORATIOTO, 2022, p. 707)

Portanto, a conclusão final alcançada por Narloch, a de que “o Brasil [...] foi bonzinho com o Paraguai”, não poderia ser mais reveladora quanto às intenções e objetivos do autor. Através de uma série de omissões e distorções, Narloch opera uma verdadeira reabilitação da imagem do Império e da Tríplice Aliança. O autor deixa de realizar reflexões essenciais para o entendimento da guerra, buscando explicar os elementos do conflito através da criação de uma caricatura de Solano López e atribuindo a total responsabilização pelas consequências negativas

---

<sup>116</sup> ORTOLAN, Fernando Lóris. **Dócil, elegante e caridosa. Representações das mulheres paraguaias na imprensa do pós-Guerra do Paraguai (1869-1904)**. 2010. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ao lado paraguaio. Assim, o autor impede que seu leitor realize uma leitura mais crítica quanto a participação brasileira, induzindo esse a conclusões totalmente simplistas sobre o conflito.

É nesse sentido que buscamos salientar que Narloch utiliza de um revisionismo histórico para realizar suas construções sobre a Guerra do Paraguai. Como ressalta o historiador italiano Enzo Traverso, é necessário cuidado ao utilizar o termo. Pois, “la contrapartida del «revisionismo» es una historia *oficial*” (TRAVERSO, 2004, p. 74). Como já ressaltamos em outras oportunidades, não é nosso objetivo com a análise realizada estabelecer verdades absolutas sobre a Guerra do Paraguai, ou defender uma narrativa específica do conflito em detrimento da apresentada por Narloch. O que buscamos ao caracterizar as construções do jornalista como revisionistas, é salientar como o autor não apresenta uma análise historiográfica sobre o conflito, mas sim uma leitura reducionista, produzida a partir da distorção de fontes, omissões de informações e a invalidação de debates importantes sobre os mais diferentes aspectos da guerra. São exemplos disso: a invalidação do debate quanto à intervenção imperial no Uruguai, a ausência de análises quanto às premissas do Tratado de Tríplice Aliança, e também a ausência de considerações sobre o empenho brasileiro de continuar a guerra mesmo com o exército paraguaio em frangalhos. Dessa forma, é necessário apontar as falsificações cometidas pelo autor e os perigos que suas construções representam. Afinal, não podemos perder de vista a centralidade que os ataques aos professores e a educação brasileira possuem em sua obra.

### **Considerações finais.**

Para realizarmos nossas últimas considerações sobre as construções de Leandro Narloch sobre a Guerra do Paraguai, convém recapitularmos rapidamente o que buscamos desenvolver ao longo deste trabalho.

Assim, devemos destacar como, em um primeiro momento, buscamos discutir sobre as principais correntes historiográficas da Guerra do Paraguai. Consideramos que a discussão realizada foi de grande proveito, não apenas para elucidarmos a existência de debates e diferentes leituras do conflito, como também para basearmos nossa análise quanto a narrativa desenvolvida por Narloch. Em seguida, buscamos discutir também sobre o autor, sua obra e o contexto histórico brasileiro de sua primeira publicação. Ressaltamos a carreira de Narloch como jornalista e como o mesmo mantém presença consistente nos principais veículos midiáticos do país. Ressaltamos também como seu livro alcançou um imenso sucesso de vendas, apresentando uma crítica central direcionada ao sistema educacional brasileiro, acusado pelo autor de ser enviesado por uma doutrina “politicamente correta”. Em nossa discussão, procuramos ressaltar também como a obra foi publicada em um contexto de transformações educacionais e como, através de distorções e omissões, o livro contribuiu para o fortalecimento de um tensionamento político e o fortalecimento de movimentos reacionários, tais como o Escola sem Partido.

Por fim, também buscamos destacar o revisionismo histórico utilizado pelo autor em suas construções sobre a Guerra do Paraguai. Ressaltamos como Narloch realiza uma leitura reducionista sobre o conflito buscando responsabilizar somente o lado paraguaio e reabilitar a imagem do Império e da Tríplice Aliança. Em nossas considerações, buscamos destacar como Narloch encontrou no tema um terreno fértil para atacar a educação brasileira, visto que, é evidente que a construção de manuais didáticos esteve pautada durante muitos anos na leitura reducionista de J. J. Chiavenato sobre o conflito. Fator utilizado por Narloch para evidenciar uma suposta doutrinação de esquerda nas escolas. Porém, em nossa argumentação, buscamos ressaltar como a deficiência dos manuais didáticos em acompanhar os saberes acadêmicos remontam a questões mais complexas que não são abordadas por Narloch. Portanto, em nossa consideração, parece evidente como a memória da Guerra do Paraguai é disputada por Narloch por meio de um revisionismo histórico e no objetivo de estruturar ataques desonestos aos professores e a educação brasileira.

Devemos ressaltar, novamente, como não é nosso objetivo estabelecer verdades absolutas sobre a Guerra do Paraguai. O que buscamos na realização de nossa análise, foi somente destacar os métodos e objetivos utilizados por Leandro Narloch em sua discussão sobre o tema. Devemos salientar que a Guerra do Paraguai é apenas uma das temáticas discutidas por Narloch em seu livro, sendo central em grande parte de suas abordagens a utilização de um revisionismo histórico e a realização de ataques à educação e aos professores brasileiros. Assim, se torna necessário enfatizarmos a importância do combate a tais discursos e suas utilizações nas disputas políticas contemporâneas. É pertinente refletirmos em como observamos atualmente o avanço de políticas liberais na educação, tais como a proposta do Novo Ensino Médio, que consolidam uma transformação centrada na formação voltada ao mercado de trabalho e descompromissada com a formação do pensamento crítico. Nessa dinâmica, se destaca a desvalorização de diversas disciplinas, tais como História, Filosofia e Sociologia. Assim, apesar de reconhecermos a existência de diversas deficiências em nosso sistema educacional, entendemos como de suma importância a mobilização para a defesa dos avanços historicamente conquistados.

**Fontes Utilizadas.**

NARLOCH, Leandro. **Artigos de Leandro Narloch**. Revista Crusoé, 2023. Disponível em: <https://crusoe.uol.com.br/lista/secao/artigo/leandro-narloch/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

NARLOCH, Leandro. **Blog de Leandro Narloch**. Disponível em: <https://leandronarloch.com/blog/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

NARLOCH, Leandro. **Coluna do Leandro Narloch**. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

NARLOCH, Leandro. **Esquerda precisa dar resposta consistente ao Escola sem Partido**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 25 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/2018/11/esquerda-precisa-dar-resposta-consistente-ao-escola-sem-partido.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2023.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do brasil**. 3. ed. Porto Alegre: Globo S.A., 2019.

NARLOCH, Leandro. **Leandro Narloch - Opinião Jovem Pan**. Jovem Pan, 2023. Disponível em: <https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/comentaristas/leandro-narloch>. Acesso em: 11 mai. 2023.

VEJA. **Caçador de mitos**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/cacador-de-mitos/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

**Bibliografia:**

AFONSO, Bruna Reis. **Os livros didáticos produzidos durante a ditadura militar brasileira e a ditadura de Stroessner no Paraguai:** o ensino de história e as versões da Guerra do Paraguai (1959-1983). 2017. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

AMOROZO, Guilherme. Pais aprovam as escolas ruins. **Veja**, São Paulo, 16 ago. 2008. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pais-aprovam-as-escolas-ruins>. Acesso em: 11 maio 2023.

ANJOS, Klênia Maria Reis dos. **A Dimensão Social de Um Conflito:** negros livres e libertos na Guerra do Paraguai (1840-1870). 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005;

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 42, p. 161-184, 2021.

BARROSO, Giane Aparecida. **Pensando a Guerra do Paraguai:** representações simbólicas. 2005. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In: KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes (Orgs.). **Do fake ao fato:** (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, 2020. pp. 183-204.

BORMANN, José Bernardino. **Guerra do Paraguai:** volume I. Rio de Janeiro: RCMP, 2021.

BURKE, Peter. "História como memória social". In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CANCOGNI, Manlio e BORIS, Ivan. **Solano López:** O Napoleão do Prata. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano:** a Guerra do Paraguai. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 205 p.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

ESCOLA SEM PARTIDO. Anteprojeto de Lei intitulado "Programa Escola sem Partido". **Escola Sem Partido**, [s.d.]. Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto/>. Acesso em: 11 maio 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. Entrevista concedida pelo coordenador do ESP ao Diário de Mogi. **Blog Escola Sem Partido**, 2016. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/entrevista-concedida-pelo-coordenador-do-esp-ao-diario-de-mogi/>. Acesso em: 11 maio 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. Modelo de petição inicial contra o cabresto politicamente correto do Enem. **Blog Escola Sem Partido**, 2017. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/modelo-de-peticao-inicial-contr-o-cabresto-politicamente-correto-do-enem/>. Acesso em: 11 maio 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. Ministério Público engaveta representação criminal contra presidente do Inep. **Blog Escola Sem Partido**, 2016. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/ministerio-publico-engaveta-representacao-criminal-contr-presidente-do-inep/>. Acesso em: 11 maio 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. Notificação extrajudicial: arma das famílias contra a doutrinação nas escolas. **Blog Escola Sem Partido**, 2016. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas/>. Acesso em: 11 maio 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Programa Escola Sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 11 maio 2023.

FILHO, Luís Lopes Diniz. **Doutrinação**: o que já era ruim ficou pior. 2012. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/doutrinacao-o-que-ja-era-ruim-ficou-pior/>. Acesso em: 11 maio 2023.

GELLER, Odair Eduardo. **José Bernardino Bormann, José Ignácio Garmendia e Juan Crisóstomo Centurión e a constituição narrativa da Guerra contra o Paraguai**. 2018. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GOES, Andrew Cesar de. **GUERRA DO PARAGUAI / GUERRA GUASU: narrativas nos livros didáticos do Brasil e do Paraguai**. 2021. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S.L.], 27 mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55579>. Acesso em: 03 maio 2023.

MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança. História e ideologia. **O Olho da História**, Salvador, n. 18, jul. 2012. Disponível em: <http://olhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/maestri.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

MONTEIRO, Alexandre Borella. **A Grande Guerra: história e historiografia do conflito no Prata [1864-1870]**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 16, n. 17, p. 179-200, 30 jul. 2014.

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola Sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

NETO, Lira. **Produtora e History armaram truques para criar série sobre história do país**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/lira-neto/2017/10/1930995-produtora-e-history-armaram-truques-para-criar-serie-sobre-historia-do-pais.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2023.

OFFERNI, Rodrigo Leonardo. **Escola sem Partido: origem e modus operandi de um movimento liberal-conservador e desdobramentos para os conteúdos de Sociologia e História**. 2020. 199f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). **Revista TransVersos**, n. 18, p. 64-85, 2020.

ORTOLAN, Fernando Lóris. **Dócil, elegante e caridosa. Representações das mulheres paraguaias na imprensa do pós-Guerra do Paraguai (1869-1904)**. 2010. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PEÑA, Miliciades. **La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia**. 3º ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1968.

QUEIRÓZ, Silvânia de. **Revisando a Revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai de J. J. Chiavenato**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

Quinteros, M. C. (2020). A Guerra Guasu na construção da identidade nacional no Paraguai. **Diálogos**, 24(3), 178-197.

ROSA, José Maria. **La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas**. -1º Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 1985.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

SALLES, Ricardo. **A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Fabiana Luiza da. **Solano López e Duque de Caxias na historiografia brasileira sobre a Guerra do Paraguai (1893-2003)**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2010

SILVA, Lays e Serpa de Souza de Oliveira; DE MELO, Vitor Furtado. Possíveis impactos da efetividade do direito à memória sobre episódios de genocídio para a contemporaneidade: uma análise dos casos do século XX. **Revista de Direito da Unigranrio**, v. 11, n. 2, p. 176-207, 2021.

SOUZA, Viviane dos Santos de; MOURA, Márcia Valéria Oliveira. Nada mais ideológico do que “Escola sem Partido”. In: SILVA, Andréa do Nascimento Mascarenhas; ASSIS, Marcelise Lima de (org.). **Educação e crise política**. Alagoinhas: Bordô-Grená, 2019. p. 118-132.

TOLEDO, Michael. **A Guerra Além da Guerra**: as disputas de discurso presentes no revisionismo de León Pomer sobre a guerra do Paraguai. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020

TRAVERSO, Enzo. Revisión y revisionismo. **Pasajes**: Revista de pensamiento contemporáneo, Valência, n. 14, p. 69-76, 2004.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. APRESENTAÇÃO-NEGACIONISMO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS DE PESQUISA. **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 13-36, 2021.

VENÂNCIO, Renato P. **O Incorreto no Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. Resenha do livro: Guia politicamente incorreto da história do Brasil. 2 ed. São Paulo: Leya, 2012. (Primeira edição em 2009), versão ebook.